

INTRODUÇÃO

Durante os anos do governo Thatcher, a intensidade da política neoliberal esteve localizada na propaganda ideológica que a frase *There is no alternative!* concentrou. Esta frase fez parte da sedimentação de um senso comum conservador (BÓRON, 2001, p. 255-264), e concretizou a mercantilização dos direitos e da vida. Esse senso comum permitiu que esta propaganda milenarista¹, ou melhor, que transmitiu a idéia milenarista da falta de alternativas e do fim de tudo, passasse a ser um fato incontestável e explicador de tudo: fim do trabalho, fim do comunismo soviético, fim da luta de classes, fim da história, fim do emprego, fim das instituições modernas, fim dos sindicatos, fim do Estado, fim da universalidade. Dessa forma, a falta de alternativas desempenhou um papel ideológico e permitiu que um conjunto de medidas em curso – econômicas, produtivas e políticas – atingissem as organizações da classe trabalhadora e, assim, os sindicatos. Foi uma forma ideológica que, ao associar a idéia sobre o fim de tudo com a existência de somente uma alternativa, neoliberal e individualizante, estabeleceu as bases para o desenvolvimento de um modelo justificador da realidade que associou a falta de alternativas à privatização dos direitos.

Essa conjuntura, ao permitir o advento dessa associação, dificultou a ação que os sindicatos, enquanto defensores dos direitos dos trabalhadores, poderiam desenvolver.

Como o sindicato surgiu para colocar os desiguais em condições de negociar e conquistar direitos que deveriam ser declarados como universais, a proclamação sobre a falta de alternativas, e o fim de tudo, fez com que, em uma conjuntura de desemprego crescente, ele passasse a ter dificuldades de realizar tal defesa. Estas dificuldades, associadas às mudanças na ação sindical, no sentido de uma incorporação mais intensa ao *status quo*, foram denominadas como a crise do sindicalismo.

Essa propaganda milenarista cumpriu um papel ideológico, permitindo que medidas políticas diminuíssem organizativamente – como, por exemplo, na Inglaterra de Margareth Thatcher – o lugar dos sindicatos na sociedade. O

¹ Milenarista: crença no fim dos tempos; crença na falta de alternativas, em face da compreensão de que se viveu o final dos tempos (JAMESON, 1997, p. 27).

epicentro desse processo foi a greve dos mineiros ingleses em 1984-1985. Esta paralisação enfrentou um governo inflexível no seu propósito de derrotar o movimento sindical e foi vencida. E foi esta derrota dos mineiros ingleses que deu força hegemônica ao neoliberalismo no ataque ao sindicalismo e colocou o movimento sindical inglês, aglutinador, organizador e massivo, em crise. E, também, foi essa crise que intensificou a discussão, no sindicalismo em geral, sobre a necessidade – já que “não havia alternativas” – de se desenvolver uma saída para além daquelas já conhecidas – corporativismo, sindicalismo de negócios americano, social democracia, *trade unionism* inglês. Esta “alternativa”, ao ser discutida dentro do movimento sindical, foi incrementando uma ação densamente moldada e adaptada à conjuntura neoliberal da “falta de alternativas”, com exceção daquela que o mercado possibilitasse.

A aceitação generalizada de que não havia alternativas não impediu a realização de greves nos anos 80 e 90, como a dos funcionários do transporte público na França, a dos transportes privados nos EUA, a dos petroleiros brasileiros e a dos doqueiros ingleses. Elas ocorreram contra a propaganda ideológica que buscou demonstrar que o movimento sindical era elitista e contrário às políticas flexibilizadoras e desreguladoras que o neoliberalismo impôs como solução para a falta de alternativas em uma conjuntura de crise do *Welfare state*.

Mesmo que não tenha significado o fim dos sindicatos e o fim das lutas sindicais, esse momento de derrotas e de desenvolvimento da crise sindical criou um impasse entre um tipo de ação que caracterizamos como modelar – aglutinador e organizador dos trabalhadores – e um outro tipo que ainda não tinha sido construído. E para entendermos como essa crise do sindicalismo se formou, devemos relacionar esta questão com uma determinada caracterização da etapa de desenvolvimento social, para somente assim podermos interpretar a crise da ação sindical cutista, que se desenvolveu a partir dos anos 90.

Discutir a relação crise sindical e etapa de desenvolvimento social correspondeu à nossa inscrição no plano das análises estruturais, de cunho marxista. E, para tal, buscamos na caracterização de Ernest Mandel, sobre as

configurações históricas, econômicas e sociais do capitalismo monopolista a partir dos anos 70, o apoio analítico necessário.

Essa caracterização de Mandel correspondeu a uma explicação sobre as ondas longas de desenvolvimento social quando o capitalismo monopolista ampliou as suas contradições para manter a sua reprodução ampliada no pós-guerra. Formada pelas fases ascendente e descendente, a onda longa do capitalismo mandeliano possui diversos andamentos que são constituídos por características específicas. Em um destes momentos ocorreu um decréscimo no acúmulo de capital, na sua reprodução ampliada, o que impulsionou a intensificação da exploração do trabalho e da extração da mais valia de uma forma intensiva neste final de século XX. Esta grande onda de desenvolvimento, com estas duas fases, é denominada como Capitalismo Tardio (MANDEL, 1985).

O Capitalismo Tardio mandeliano tem como elementos significativos a busca de valorização do capital e, nesta, o aumento do exército industrial de reserva. Estes dois elementos combinados vão conformando a etapa e elevando ao máximo a intensificação do trabalho e a sua flexibilização legal, que por sua vez permitiram que o modo de vida dos trabalhadores tivesse sido modificado. O decréscimo no acúmulo de capital, que impulsionou o aumento da exploração – a mais valia nas suas duas formas e o aumento do desemprego – foi a dinâmica, que ao incluir os sindicatos, fez deste uma instituição em crise.

Esse decréscimo, desde os anos 70, levou ao desenvolvimento de formas institucionais para impedir o avanço de conquistas trabalhistas, o que estimulou a flexibilização dos direitos. A resposta do movimento sindical a esta necessidade capitalista – o aumento da exploração – não foi equalizadora dos direitos (razão original do sindicalismo), e o impasse sindical, ou melhor, a crise sindical se desenvolveu. Ao se ampliar, não correspondeu à afirmação de uma ação sindical modelar, ou reformista, ou ainda revolucionária para o sindicalismo. Ela obedeceu ao desenvolvimento de uma ação coletiva que foi se adaptando à ideologia, justificando a desregulamentação dos direitos que se seguiram. O sindicalismo brasileiro, particularmente a Central Única dos Trabalhadores – CUT, se inseriu nesta crise em fins dos anos 80, início dos 90.

Assim, partimos da hipótese geral de que essa crise do sindicalismo em geral também é a crise do sindicalismo cutista em particular, quando houve o desenvolvimento de uma ação coletiva diferenciada em relação aos processos sindicais institucionalizados até os anos 70.

Essa atuação foi consubstanciada na falta de saídas, e adotou a alternativa que esta etapa tardia impôs ao intensificar o ritmo, o tempo e a quantidade do trabalho, diminuindo o emprego, os direitos e reprimindo ideologicamente a ação coletiva. Esta ação alternativa foi formada dentro da crise do sindicalismo e fez com que o desenvolvimento das ações coletivas, nesta fase, deixasse de ser uma realidade de dificuldades tradicionais na organização das lutas sindicais – pouca organização na base, burocratismo, dificuldade no encaminhamento das propostas, cooptação e adaptação aos aparatos – para ser uma crise da ação coletiva, portanto, com um aumento expressivo e diferenciado dos problemas organizativos e aglutinadores sindicais. Mais do que isso, a crise do sindicalismo permitiu o desenvolvimento de uma ação sindical que, cada vez mais diferenciada e atomizada, foi permitindo uma adaptação ao aparato estatal, o que finalizou a crise da CUT.

Para entender como essa crise e o desenvolvimento dessa ação diferenciada ocorreram no interior do sindicalismo cutista brasileiro, foi necessário revisitar a noção de crise dentro da Sociologia. E, assim, observamos que, genericamente, nos estudos sociológicos enciclopédicos, a crise aparece como uma interrupção de algo em movimento. Para nós, diferentemente, a crise significou a constituição do movimento, da mudança de uma ação sindical para outra forma que, por estar definida dentro de uma fase (da etapa do Capitalismo Tardio) descendente com características próprias, foi influenciada por estas características.

Como crise significa mudança, as dinâmicas mais gerais, como a correlação de forças entre as classes no final do século XX, foram assumindo e determinando uma intensidade própria. Esta questão faz parte do debate clássico da Sociologia, sobre a ação coletiva, sua origem e seus desdobramentos. Isto é, podemos relacionar as discussões sobre os condicionantes e os limites da ação, temas que permeiam a origem da Sociologia, com a apreciação sobre as limitações que a crise sindical impôs à ação sindical cutista.

Por isso, no primeiro capítulo, abordaremos esta temática junto com dois assuntos paralelos: um deles seria a demonstração da existência de um “trauma” original na Sociologia, o qual gerou diferentes formas sociológicas de entender o social e que permitem revisitar a concepção de crise. O outro seria o trato analítico que podemos realizar entre crise sindical e a etapa de desenvolvimento social. Esta etapa correspondeu à fase descendente do Capitalismo Tardio e, desta forma, iremos, sociológica e historicamente, demonstrar as mudanças hegemônicas na condução da economia até a fase descendente da acumulação do capital. Para isto, recorreremos a autores como Ernest Mandel, David Harvey e Giovanni Arrighi.

Daí a necessária incursão, após a definição da etapa, no segundo capítulo, sobre as questões que envolvem a adaptação do sindicalismo ao aparato estatal. Teoricamente, tratamos da polêmica Lênin-Bernstein via Arrighi (1998), para realizar as conexões entre o processo de desenvolvimento de uma ação considerada modelar e o surgimento de uma outra forma de ação coletiva. Esta definição da etapa foi condição para o entendimento sobre como se processou uma determinada adaptação da ação coletiva e como esta foi diferenciada em relação aos processos históricos anteriores. Estas polêmicas políticas envolveram a dicotomia reforma-revolução e percorreram o ideário do movimento sindical e operário, discutidos nesta tese a partir de Giovanni Arrighi (1998) e das formulações sobre o universo político social democrata, realizados por Adam Przeworski (1991). Relacionado a isto, a discussão sobre a etapa ofereceu um significado à interpretação da crise, e localizá-la e caracterizá-la foram importantes passos para demonstrar como a adaptação cutista que se processou não era de cunho social democrata, ainda que possuísse, a CUT, laços políticos com esta forma de concepção da ação coletiva.

No terceiro capítulo, para fixar o desenvolvimento inicial do conflito interno da CUT e sua manifestação pública, foi estabelecido, com o auxílio da bibliografia especializada sobre a crise, um marco original, que foi a eleição de Fernando Collor de Mello. Ainda que tenhamos instituído este marco, ao trabalharmos com a noção de crise como um movimento contínuo, vamos observar que a eleição de Collor e seu impacto no sindicalismo cutista fazem

parte deste processo. É um momento de intensificação das contradições que o sindicalismo cutista vivenciou e fez públicas, as questões internas que a eleição do primeiro presidente neoliberal no Brasil impôs à CUT.

Esse governo estabeleceu uma relação aparentemente duvidosa com o movimento sindical. Aparente, mas com uma intenção objetiva: trazer o movimento sindical para o campo do entendimento social e, assim, das ações manifestas de seu governo, ao mesmo tempo em que seu programa de abertura comercial foi estabelecido. Duvidosa, porque fez com que o sindicalismo cutista participasse de reuniões com um governo que não tinha outro objetivo além do de confundir o movimento social e elevar a propaganda presidencial.

A CUT, prisioneira da crise maior do sindicalismo, com reduções na base dos sindicatos, com mudanças e regressões na composição da agenda sindical, passou a realizar ações defensivas e proclamações oposicionistas, que deram vazão às modificações no seu perfil de ação.

Nesse capítulo, uma intrincada composição das relações cutistas com os governos pós-ditadura foi demonstrada: ao mesmo tempo em que a CUT se mantinha na oposição declarada, participava dos espaços institucionais que a Constituição de 1988 possibilitou.

Por exemplo, na sua relação com o governo Fernando Henrique Cardoso, ela foi adquirindo o contorno de um sindicalismo mais participativo. Foi neste governo que foi promovida a flexibilização das leis trabalhistas, o que suscitou o debate do primado do negociado sobre o legislado. Este debate correspondeu às medidas executivas do governo federal, ao modificar as leis trabalhistas e colocá-las no âmbito da negociação e da flexibilização (como indicou Harvey), no domínio de um processo de des-regulação (como quer Castel), que foi intenso. Negociar acima de legislar foi uma dicotomia que correspondeu à diminuição do papel do aparato estatal dentro das relações trabalhistas. Desta forma, a ideologização neoliberal – a negociação sem interferências executiva e legal – ganhou espaço, tendo em vista que a Força Sindical, central sindical adversária da CUT, aceita de modo geral estas medidas, sendo inclusive defensora da sua intensificação. A CUT, ao mesmo tempo em que se declara contrária a este processo, foi assumindo as políticas

institucionalizantes que a participação nos Conselhos e espaços institucionais permitiu.

O quarto capítulo tratou da intensidade dessa adaptação e de suas manifestações: a defesa do governo de Luís Inácio Lula da Silva, a defesa da institucionalização, a defesa da mudança na ação, a defesa da participação nos lucros e resultados (PLR). Esta participação, PLR, instituída ainda no governo FHC, passou a ser um dos poucos ganhos materiais dos trabalhadores sindicalmente organizados. E mesmo como expressão desta flexibilização, da qual a CUT foi contrária, passou a ser defendida pelo sindicalismo cutista.

O primeiro governo Lula e as condições que se desenvolveram para o fortalecimento dessa ação sindical atomizada, com a defesa minimalista de direitos, fizeram com que as resoluções se transformassem em proclamações universalizantes, com todas as limitações que estas declarações possuem dentro da realidade *standardizada*.

Junto a isto, a manutenção da estrutura sindical oficial criou um paradoxo: todos a criticam e superá-la passou a ser necessário, mas ela persiste legal e ideologicamente. Mesmo com a Constituição de 1988 e suas modificações, na base do sindicalismo, ela vem se perpetuando. Em 2008, no segundo governo Lula, com a Lei de Reconhecimento das Centrais Sindicais (Lei n. 11648/08), a estrutura foi modificada com regras que colocaram o ápice do sindicalismo – as Centrais Sindicais – dentro da estrutura oficial com um relativo poder normativo.

Esse controle, estendido para o próprio movimento, correspondeu à passagem da fiscalização das relações entre a sociedade e o indivíduo para o âmbito do particular e das facilidades da flexibilidade, que a lei permite: as responsabilidades e consequências das ações passaram a ser assumidas pelos setores ou grupos sociais, dentro das frações de classe, que sem um poder de decisão maior, a não ser cumprir as regras, adotam este papel estabilizador das relações sociais. Isto ocorreu igualmente no processo produtivo com o aparecimento dos círculos de qualidade, quando se passou para o operário (agora operador) o domínio da qualidade e das soluções possíveis no ajuste do tempo e do movimento. As decisões na esfera da

direção continuam sob a égide da hierarquia superior dentro destas relações de trabalho.

Assim se configurou uma relativa reforma da estrutura: o controle sobre o movimento passou para o próprio movimento com uma pretensa aura democratizante, que a ideologização neoliberal sedimentou.

O alcance das decisões tomadas nesse domínio é limitado: a participação dos trabalhadores na fábrica ficou restrita aos mecanismos de controle de qualidade e cumprimento das metas, não no controle da gestão da fábrica; e nos espaços institucionais ficará restrito a uma ação de controle do movimento sobre o próprio movimento, o que dará a este espaço a aura ideológica da universalidade democrática, que será conferida pelo Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE.

Paralelamente a isto, a ação sindical passou a ser minimalista e institucionalizada e pôde ser acionada para defender os interesses específicos de segmentos dentro das categorias sindicais. Esta forma exclusiva e individualizada de ação correspondeu ao incremento de um senso comum conservador, que creditou às conquistas particulares ou relativamente democratizantes, a razão de ser da ação coletiva.

Esse senso comum foi conservador, porque indicou uma postura neoliberal, que atribuiu à individualização e mercantilização do direito o único caminho racional a ser conquistado. E, portanto, sendo este o único caminho, ele preserva o *status quo* ao não atingir, via a crítica da ação coletiva, a estrutura social hierárquica e desigual. E mais, atuou no sentido de afirmar que as conquistas são individuais, como o que ocorre nas negociações pela PLR, e, portanto, uma possibilidade se os indivíduos assumirem o controle racionalizado sobre a sua própria ação. Como exemplificação deste processo temos o condicionamento vinculado ao desempenho coletivo, do grupo específico ao qual a PLR se destina.

Esse senso comum reafirmou ainda que as conquistas coletivas são resultados de um passado burocrático e antidemocrático do movimento sindical, pois fazem parte da defesa de somente um grupo dentro de categorias profissionais e que, portanto, a universalidade pretendida somente vai se realizar com a flexibilização, acionando todo o sindicalismo na defesa da flexibilização dos direitos, e não na sua ampliação.

A mudança para uma ação fragmentada, e minimalista na sua origem, que desenvolveu a aceitação da individualização dos direitos e das conquistas, invalidou a tese de que os sindicatos deveriam ser derrotados pelo neoliberalismo para que a instalação da ideologia neoliberal ocorresse. Isto é, a incorporação da CUT à estrutura sindical oficial foi aceita, porque a falta de alternativa ao neoliberalismo se transformou na aquiescência da alternativa neoliberal. A expressão *There is no alternative!* colocou o movimento frente a este consentimento e o sedimentou. A participação nos espaços tripartites e institucionais e a defesa da PLR, como uma das poucas conquistas materiais nesta conjuntura, contribuíram para sedimentar esta ideologia da participação e de controle em nome da racionalidade flexibilizadora.

Nessa perspectiva, no último capítulo abordamos o papel do Fórum Nacional do Trabalho – FNT, e da lei de reconhecimento das centrais – Lei n. 11648/08, junto com a análise dos cadernos de resoluções do 8º. e 9º. Concuts. Estes foram tratados como a base empírica, para demonstrar a manifestação desta ideologia, que, ao se inserir no movimento sindical, manteve a estrutura sindical e revelou o paradoxo citado acima. Neste mesmo capítulo, buscamos compreender porque a ampliação da influência legal e normatizadora da estrutura revelaram os traços institucionais e ideológicos do neoliberalismo. Com esta lei, o processo de mudança na ação sindical cutista, e da acomodação da CUT ao aparato estatal, atingiu uma intensidade permitindo que afirmássemos que a crise de mudança na ação sindical cutista chegou ao seu fim e deu margem para que um outro processo em curso tenha se formado. Justificativas sobre estas mudanças da ação não precisam mais ser realizadas, pois a CUT foi liberada ideologicamente das justificativas políticas sobre a defesa da ação propositiva e participacionista.

Essa alternativa, dentro do incremento de uma ação minimalista, fez com que o sindicalismo cutista, com a lei de reconhecimento das centrais, ao fazer parte da estrutura sindical oficial *in totem*, manifestasse sua aceitação sobre o papel normatizador do Estado a partir da sua própria ação.

Foi, portanto, nas considerações finais que indicamos como a ação cutista inserida em uma crise maior resolveu a sua crise específica. Estas questões relacionam-se com a retomada da polêmica clássica que percorre a

simbologia e o ideário do movimento operário e sindical. Mas como entendemos que a crise geral do sindicalismo permaneceu, entendemos também que um momento dela – a crise da CUT – foi resolvido com a aceitação da ação que reduziu o espaço e a defesa das reivindicações como a única alternativa possível. Mas a crise geral permaneceu, pois esta é uma crise das organizações dos trabalhadores e revelou a necessidade de se retomar as discussões sobre os limites da ação coletiva como expressão da crise de direção do movimento operário e sindical, desde a ascensão do stalinismo.

O desenvolvimento de uma ação fragmentada interrompeu as tentativas de garantir o desenvolvimento da ação modelar, aglutinadora e massiva, e talvez a de romper com as limitações da ação sindical. Isto é, os sindicatos, como uma organização dos trabalhadores, enfrentam problemas relativos à sua razão de ser – o limite entre a ação política e a ação econômica. E esta conjuntura da fase descendente do Capitalismo Tardio colocou o sindicato cutista frente a uma postura mais limitada, pois reduziu o alcance das reivindicações e o colocou em crise.

Toda essa discussão sobre a ação sindical cutista se revestiu de um caráter analítico e seguidor das polêmicas originais da Sociologia quando algumas perguntas são pertinentes: Quais determinações, condicionamentos e limites existem para a ação? Dentro desta perspectiva, quais determinações e condicionamentos existem e se mantêm mesmo com as mudanças da ação sindical?

Essas são questões que permanecem mesmo com a análise sobre o fim desta crise específica. Isto porque esta é uma análise parcial do processo de crise do movimento social como um todo. Mas, mesmo assim, na realização desta apreensão, elementos importantes podem ser destacados e indicados, como aqueles significativos para o estudo sociológico da crise da CUT. E para realizá-lo buscamos o apoio teórico e analítico dos representantes da chamada Sociologia Política, principalmente Armando Boito Jr., pelas proximidades com este autor, na análise sobre o sindicalismo cutista.

Buscamos também desenvolver uma metodologia que, ao observar esses elementos, esteve baseada tanto na aceitação de uma prática que,

além de teórica, foi política e se apresentou como uma *práxis*, quanto é um elemento do real, e nos permitiu indicar:

- Que as reflexões da nossa trajetória militante, primeiro no movimento estudantil (anos 80), segundo como militante sindical (anos 90), contribuíram para a eleição desses elementos significativos que constituíram a crise da CUT;
- Que a assunção da *práxis* militante não se revelou somente na ação participante no movimento, mas na interpretação política e teórica constante dos significados que as mudanças na ação cutista traziam para o cotidiano dos trabalhadores. Assim, ao analisar os cadernos de resoluções, buscávamos retomar estas reflexões que realizamos na condição de militante e que revelaram substâncias para desenvolvermos uma análise sociológica desta trajetória de mudanças e manutenções;
- Que esta assunção correspondeu a uma busca: a de que a análise crítica como lógica do social pudesse corresponder às experiências que a inserção como sujeito, e ao mesmo tempo intérprete da ação, nos permitiram;
- Que a análise sociológica e metódica dos cadernos de resoluções dos Congressos Nacionais da CUT, os Concuts, dos documentos relativos às conclusões do Fórum Nacional do Trabalho, e das Leis que propunham o reconhecimento das centrais revelaram os aspectos significativos da trajetória de mudanças no sindicalismo cutista;
- Que os cadernos de resoluções dos Concuts contêm definições sobre a origem do sindicalismo cutista, como um sindicalismo diferenciado, mas que, na junção com a ideologia neoliberal, se revelou não como um sindicalismo social democrata ou revolucionário, mas sim como uma outra forma de ação sindical.

A eleição dos elementos significativos para a análise foi devedor da racionalidade sociológica necessária para a garantia da análise científica. Eles são os seguintes:

- balanços das ações sindicais e políticas (oposição aos governos pós-ditadura, o significado das participações em espaços institucionais, de

defesa da PLR e do governo de Luís Inácio Lula da Silva, críticas à estrutura sindical oficial e aos governos neoliberais);

- retomada de resoluções contidas nos cadernos dos Congressos Nacionais da CUT, para sua afirmação no cotidiano cutista no estabelecimento das estratégias sindicais dentro da crise;
- a normatização da ação presente na aceitação da Lei n. 11648/08;
- notícias nos sites das organizações sindicais cutistas;
- consulta ao material disponibilizado pelo Dieese, sobre a PLR e as greves referentes a esta reivindicação.

Assim, queremos ainda considerar que como a nossa empiria não correspondeu ao acúmulo de dados via quantificações e entrevistas, ela substancialmente revelou uma trajetória como militante que permitiu observar e, agora com esta tese, tornou possível analisar as modificações que atingiram e que ainda atingem o nosso cotidiano.

Assumir a participação cotidiana na ação sindical pode tanto se revelar como um problema ou uma saída para os problemas metodológicos. Enfrentá-los foi um dos objetivos deste doutorado.

Neste momento, peço licença ao meu interlocutor para expor minha experiência, como militante, em primeira pessoa. Vivenciei essa realidade, de fundação da CUT e oposição ao regime ditatorial, durante os anos 80, na qualidade de estudante de Ciências Sociais, e como militante do movimento estudantil, na UFPR. Naquele momento, a participação política implicava estar em todos os espaços que estivessem comprometidos com uma crítica tanto à ditadura como ao passado stalinista das organizações do movimento social. Por isso, ao mesmo tempo em que éramos militantes do movimento estudantil, participávamos das atividades de fundação na CUT Paraná. Atividades, como, confeccionar e colar cartazes, fazer distribuição de panfletos eram corriqueiras para quem buscava participar desses espaços. Quando assumi minha atividade profissional como professora na rede pública de ensino de São Paulo, participava como representante sindical da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP. Inicialmente, como representante sindical na escola em que trabalhava e, mais tarde, como conselheira (representante) sindical, na região sul da capital. Como conselheira da Apeoesp, e militante política, participei

dos debates relativos aos encaminhamentos sobre as ações cutistas nos anos 80 e 90. Nos anos 2000, após volta para Curitiba, e como professora na rede estadual, participei das greves (como base sindical da Associação dos Professores do Paraná – APP Sindicato) contra a política neoliberal desenvolvida na gestão do governador Jaime Lerner.

Realizei meu mestrado ministrando aulas na rede pública em Curitiba e o finalizei em meio à greve de 2000. Esta foi uma greve intensa, com participação massiva dos trabalhadores em educação, que mobilizou a categoria, principalmente com um acampamento na frente do Palácio do Governo. Foi este acampamento que fez com que a praça N. S. da Salette, em frente à sede do governo estadual, fosse cercada com grades para impedir este tipo de atividades durante a gestão Lerner.

Dessa forma, acompanhei as mudanças na ação cutista: como militante estudantil, acompanhando as discussões sobre as questões políticas dos anos 80; como representante de base e conselheira sindical nos anos 90; e como base sindical nos anos 2000. Esta participação foi importante para que eu pudesse transitar sobre a dinâmica da mudança da ação e observá-la em duas perspectivas, que não podem ser tomadas separadamente: a da militante e a da socióloga. O contato com esta realidade, no movimento estudantil, na Apeoesp e na base da App Sindicato (são organizações do funcionalismo público, que, por sua vez, formam a base de apoio ao governo Lula), e a participação política nos intensos debates dentro do movimento estudantil tangenciando a participação na CUT nos anos de estudante, permitiram que a visão aqui expressa revelasse uma realidade além daquela que os dados estatísticos poderiam revelar. E os anos de estudante de graduação e de pós-graduação – mestrado e doutorado – possibilitaram, por outro lado, observar que a opinião política não pode sozinha explicar sociologicamente o real. Desta forma, utilizando tanto a prática militante (para ler nas entrelinhas das resoluções e das ações), como a análise teórica (para fugir dos condicionamentos que a opção política poderia obliterar) este trabalho busca unir estas experiências. E sob o olhar investigativo e rigoroso da análise sociológica, que envolve o trato e o cuidado com os conceitos e com as polêmicas que percorrem a Sociologia, escrever esta tese exigiu uma ascese política. Esta não significou a neutralidade durkheiminiana nem

weberiana, mas um cuidado analítico na utilização conceitual e a sua localização empírica. Desta maneira, a empiria não foi substituída, mas adquiriu um contorno para além dela e das afirmações político-partidárias.

A assunção desta unidade foi reveladora para a socióloga e para sua contribuição na análise; para a professora e sua contribuição na formação de seus alunos; e para que a ex-militante possa contribuir para o debate. E, ainda que isto possa indicar uma audácia sociológica, afirmamos que desvendar esta união, entre ser militante e ser analista, expôs uma práxis que parecia esquecida pelo cotidiano.

1 A CRISE COMO ELEMENTO EXPLICATIVO DAS MUDANÇAS DA AÇÃO SINDICAL CUTISTA

There is no alternative!

O movimento sindical mundial viveu nos anos 80 uma conjuntura que se mostrou desfavorável ao seu desenvolvimento, o que situou o sindicato como uma instituição em crise. Era uma conjuntura de mudanças na economia, no emprego e no consumo, na reconfiguração dos antigos blocos políticos mundiais. A frase veiculada durante esses anos – *There is no alternative!* –, principalmente na Inglaterra governada por Margaret Thatcher, passou a ser a conjunção da solução possível para estas mudanças, no presente como para o futuro. Frente à falta de saídas imediatas, sem alternativas relativas às experiências históricas como o Estado intervencionista em todos seus matizes, frente à falta de soluções para o presente e para a busca do futuro, foi corrente afirmar que somente uma saída se apresentava como tangível: a liberação individualizada do mercado.

Esse ideário, ao atingir o movimento sindical, estabeleceu, durante os anos que se seguiram, a imagem de que a única alternativa possível seriam as políticas econômicas, sociais e políticas neoliberais. Estas políticas, na forma de um programa econômico, com toda sua inserção ideológica, estabeleceram as fronteiras sociais e societárias dos anos 90 e início dos 2000. Em meio a estas circunstâncias, as dificuldades de organização e aglutinação² foram substanciais e dificultaram a ação sindical comum do período. Estas dificuldades foram condições para o desenvolvimento de um debate que se denominou como a crise do sindicalismo. Este tomou um tom apologético, pois foi questionador tanto da existência (presente) como das possíveis alternativas (futuras) para o movimento sindical, fazendo com que a expressão “Não há alternativa!” justificasse ideologicamente a idéia de que a única alternativa possível seriam as realizações no plano do indivíduo, e que estas deveriam ser emblemáticas no desenvolvimento das políticas que

² Estes são os elementos da coalizão marxiana que seriam os elementos instituídos do sindicalismo ou a sua razão acional (MARX, 1989, p. 25).

atingiram as relações sociais em todos os seus planos em fins dos anos 70 e durante os anos 80.

Nesses anos, a ação sindical que buscava reunir massivamente os assalariados, reunindo-os em torno de reivindicações gerais e comuns a todos, era uma ação que inserida nos universos nacionais e políticos tinha como parâmetro a organização massiva e aglutinadora dos trabalhadores. Esta ação foi denominada, nesta tese, como uma **ação sindical modelar**, pois reproduzia genericamente, até os anos 70-80, certo padrão de aglutinação do conjunto dos trabalhadores. Esta aglutinação, de uma categoria ou de várias categorias, ocorria a partir de uma pauta de reivindicações comuns, ou quando se buscava o apoio e a solidariedade da sociedade para determinada categoria em greve. Este padrão modelar³ – aglutinador, organizar e massivo – se apresentava relativamente nas várias vertentes sindicais: do *trade unionism* inglês, da social-democracia europeia, do sindicalismo liberal norte-americano e do sindicalismo corporativo latino-americano. Esta definição, mesmo fazendo uma amálgama das diferenças de ação no sindicalismo em geral, permitiu fixar a ação sindical, a qual, contestada pela realidade, foi modificada.

Nos anos 90, quando os movimentos sindicais – francês e norte-americano – realizaram ações gerais e modelares, elas foram saudadas como uma expressão deste sindicalismo massivo, aglutinador e organizador. Foram ações que reviveram o caráter das lutas sociais e que extrapolaram, não nas reivindicações, mas no apelo popular, as questões corporativas. O entusiasmo causado por essas duas greves no meio acadêmico e sindical foi tanto que foram analisadas como inspirações significativas para o movimento sindical no desenvolvimento de ações antineoliberais. Estas greves – transporte público na França (com o apoio da população em geral) e transporte privado nos EUA (que se estendeu para quase todo o país) – são exemplos do papel organizador que o sindicalismo denominado modelar cumpria, mesmo durante o processo de crise sindical.

³ Esta nomeação das várias vertentes do sindicalismo mundial corresponde somente à necessidade de nomear um tipo de ação sindical, que ocorria antes da crise dos anos 70-80 e não pode ser definida como clássica, pois a ação clássica do movimento sindical pode ser definida como aglutinadora, massiva e classista e socialista, o que não corresponde às proposições de todas estas vertentes do sindicalismo mundial.

A idéia de que havia somente uma saída foi questionada nas duas greves como um “suspiro” do movimento sindical, ao demonstrar as possibilidades das lutas sindicais massivas e aglutinadoras. Estas possibilidades cumpriam um papel efetivo frente ao conjunto dos trabalhadores sendo referenciadas como o modelo de ação sindical “aceitável”.

Sendo assim, nesse momento, faremos uma ressalva quanto à definição de crise e quanto à sua utilização analítica, pois devemos compreender como, mesmo em crise, o sindicalismo modelar realizou as ações sindicais. Esta ressalva compreende a organização de um elenco genérico de características. E é com este rol que vamos localizar a crise geral e, dentro dela, visualizar a crise da CUT.

Este elenco genérico⁴ foi composto da seguinte forma:

- diminuição no número de filiados;
- dificuldades em organizar ações massivas, e uma mudança na forma da ação;
- as dificuldades de articulação para dar respostas às mudanças na organização da produção e ao advento de novas tecnologias;
- o desemprego crescente;
- a mudança na agenda sindical, com ações localizadas dentro de sindicatos e categorias específicas;
- dificuldade de se manifestar como opositora ao neoliberalismo.

Para nós, estas características somente têm sentido se forem tomadas na sua totalidade. Isto é, quando elas ocorreram, as expectativas do movimento já estavam voltadas para uma outra forma de manifestação da ação. Assim, os acontecimentos grevistas localizados – transportes público e privado, na França e nos EUA – demonstraram a importância de um sindicalismo massivo e aglutinador, mesmo em crise. E, é desta forma que entendemos a elaboração desta lista genérica de aspectos da crise do sindicalismo: como indicativa do que estava se processando, do que estava em movimento.

⁴ Para elaborar este elenco utilizamos a contribuição de G. Alves (1996), que foi tributária de F. Zapata, e também agregamos outros elementos da literatura específica.

São esses elementos gerais da crise sindical do fim do século XX que também se apresentaram no interior do sindicalismo brasileiro, ainda que tardiamente em relação aos países centrais. Isto porque os anos 70 foi o período de intervenção autoritária sobre o movimento sindical e social, sendo que a ação padrão “corporativa”, limitada pelo controle ditatorial, era a ação permitida pelo regime militar.

Somente nos anos 80, quando foram retomadas as lutas sociais e sindicais, ao sair de seu período autoritário, é que o Brasil passou a fazer parte da modernidade democrática, vislumbrando uma ação sindical mais universalizante. Neste período, as lutas aglutinavam maciçamente os trabalhadores, pois davam vazão a sentimentos políticos, culturais e econômicos reprimidos pela ditadura.

Essas características da crise geral, ao se apresentarem no sindicalismo cutista brasileiro, indicaram como as conquistas não se ampliaram e não garantiram um “modo de vida europeu” para os trabalhadores brasileiros – nem em termos materiais, nem em termos de representação social. Isto significou que a mudança na ação sindical não indicou um padrão social democrata dos processos sindicais na ação do sindicalismo cutista, que no Brasil é o que mais se aproxima da social democracia europeia.

O sindicalismo cutista, entre o período da fundação (1983) e o do reconhecimento institucional (2008), percorreu um caminho que inseriu a CUT na lógica que historicamente vêm acompanhando o movimento sindical como um todo, que é a lógica da incorporação de elementos políticos e ideológicos característicos da etapa histórica em que está sendo desenvolvido. Da busca de organizar ações modelares e até clássicas, no seu início, para o desenvolvimento de uma forma de ação sindical distinta, a CUT foi incorporando uma crise e uma mudança na ação que é distintiva desta etapa histórica.

A ação sindical cutista surgiu como uma prática renovadora – o novo sindicalismo –, mas que foi se adequando à estrutura sindical oficial e modificando sua ação, desenvolvendo uma dinâmica de impasses e se inserindo na crise geral do sindicalismo. Esta crise se desenvolveu e transformou a CUT de uma central sindical de “oposição” para uma central

adaptada ao aparato estatal. Esta adaptação, ao percorrer toda a sua estrutura, dos sindicatos à central propriamente dita – sua estrutura vertical e horizontal – mudou o perfil da CUT, e fundou internamente uma dinâmica da crise que tudo explicou e tudo justificou em termos da mudança na ação sindical.

Como, a seguir, retomaremos a noção de crise dentro das teorias originais da Sociologia e localizaremos as marcas das polêmicas iniciais que definiram o desenvolvimento das polêmicas clássicas, vamos objetar que esta retomada é fundamental dentro da perspectiva analítica que nos propusemos: observar o desenvolvimento de uma ação sindical diferenciada em relação ao padrão modelar. Esta objeção tem a intenção de indicar que queremos tanto retomar o sentido clássico das polêmicas quanto nos desviarmos das ênfases nos elementos extremamente quantitativos⁵.

Portanto, são dois os sentidos que vão se apresentar para a discussão: um epistemológico e outro analítico. Epistemológico porque correspondeu a uma afirmativa frente à teoria e, assim, obedeceu à assunção de uma posição teórica. Analítico, porque permitiu a localização da crise da CUT dentro da etapa de desenvolvimento capitalista e, nesta perspectiva, observou seus desdobramentos.

1.1 A CONCEPÇÃO DE CRISE

Segundo Florestan Fernandes (2004, p. 9-17), a Sociologia possui um trauma de nascimento que correspondeu ao seu passado positivista, e as tentativas de romper com este passado. É um trauma que fez com que a Sociologia se afastasse dos aportes filosóficos analíticos e buscasse no empirismo o apoio metodológico que esta teorização exigia e exige. Esta lógica, ao propor o distanciamento da Filosofia⁶ como uma saída para a afirmação científica, significou também o alheamento em relação à análise

⁵ Estamos nos referindo substancialmente à análise de Leôncio Martins Rodrigues (2002).

⁶ Estas lógicas, que tem em Comte o seu principal representante, seguido de Durkheim, queriam dar, segundo Elias (1999, p. 23-39) em *Introdução à Sociologia*, à Sociologia o seu caráter de Ciência Moderna e, portanto, de ciência objetiva, e assim reforçar o seu *status* científico e analítico.

(FERNANDES, 2004, p. 16-17). Esse distanciamento foi criticado por outras formas epistemológicas de entender o social e que buscaram apoio na crítica estrutural, na crítica ao positivismo e na análise rigorosa do real.

Ao revisitarmos a polêmica original da Sociologia, retomamos a lógica constituidora da própria Ciência – suas razões e significados – e, desta forma, observamos como as relações entre as teorizações foram se estabelecendo, especificamente nas críticas ao marxismo. Estas críticas passaram a ocorrer quando o movimento teórico de negação do stalinismo soviético foi academicamente sendo afirmado, e permitiram o surgimento, dentro da crítica, de um número significativo de formulações. A questão complicadora foi que os críticos do marxismo, dos anos 60 em diante, criaram um “amálgama analítico” ao identificar no marxismo os traços do stalinismo soviético. Assim, estes críticos retiraram da análise a capacidade de entender como o marxismo, em suas vertentes políticas e teóricas, situadas no campo da crítica, também poderia contribuir para o julgamento do stalinismo e de outras proposições autoritárias no campo do Estado e da ação política.

Outro elemento expressivo dessa junção analítica entre a prática política do Estado stalinista e a teoria marxista, e que contribuiu para que setores intelectuais marxianos fossem significativamente ignorados, foi o “rechaço” interno realizado pela direção dos Partidos Comunistas (PCs) às posições que mesmo dentro das instâncias do partido não reconheciam a lógica do comando partidário (ANDERSON, 1989, p. 63). Os teóricos do marxismo, nos anos 60 e 70, tinham, desta forma, que justificar intensamente a sua escolha.

Essas polêmicas, que se intensificaram nos anos 80 com o fim da União Soviética, a queda emblemática do Muro de Berlim, a idéia do “Fim da História” e das classes, apresentada nos anos 80 na obra de Fukuyama⁷, permitiram o surgimento de uma teorização que entrou em consonância com a idéia de que somente uma alternativa política seria possível, e justificaram o

⁷ Conforme: ANDERSON, P. **O fim da História**. De Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. Nesta obra Anderson discute as teorizações que buscam construir uma terminalidade para a história, como se o todo correspondesse a um fim observável. Ele, ao fazer a crítica a esta concepção, observou o papel que a proposição de Fukuyama desempenhou nos anos 80. Ainda que ela tenha sido recebida com desconfiança, ela foi utilizada com bastante amplitude pelos órgãos de imprensa mais conservadores e pelos governos, como Reagan nos EUA, que queria instaurar uma outra correlação de forças com a ainda existente URSS.

advento do programa econômico neoliberal. As disputas analíticas com o marxismo corresponderam a todo tipo de formulações: desde os revisionismos teóricos, que eram moda a partir deste período (ALEXANDER, 1987, p. 5-25) e que ganharam força com as primeiras críticas internas ao marxismo de Estado, até uma nova concepção do funcionalismo, que ganhou alento com os regulacionistas⁸, a partir do anos 70. As justificativas para novos campos de análise se deslocavam do todo particularizado até a parte estratificada (que encontramos no estruturalismo, na Teoria da ação comunicativa⁹, em novas hermenêuticas, como foi o caso de Alain Touraine¹⁰), e formaram o padrão analítico da época.

Mas, como a formação do social está além da teorização, às modificações econômicas, sociais, geopolíticas, culturais e ecológicas em curso atingiram toda a Ciência, pois, caudatária do Iluminismo, passou a ter que dar respostas de outro teor aos “males” realizados em seu nome. Estas modificações, ao geraram consequências que o progresso iluminista não respondeu, impuseram à Ciência uma mudança radical na consciência

⁸ O termo regulacionista faz referências à escola francesa da Regulação, que traduz a sua análise sobre a dinâmica social a partir de padrões reguladores da acumulação capitalista, e que não incluem na análise as dinâmicas dos conflitos da luta de classes. Dão ênfase aos mecanismos institucionais de ajustamento nas relações entre as classes, e não à disputa hegemônica do poder.

⁹ Habermas (1992, p. 105-106) entre os representantes da Escola de Frankfurt é aquele que mais se preocupa em pensar e defender a modernidade a partir do seu *status* iluminista (HARVEY, 1999, p. 22-26) diferenciando-se das análises de Horkheimer e Adorno sobre a instrumentalidade da ação na sociedade moderna. Esta defesa do Iluminismo habermasiano revela uma dualidade na busca do controle sobre a natureza e na ânsia de libertar o indivíduo das injunções da tradição aristocrática dos séculos anteriores à Revolução Francesa. Nesta busca de libertação houve uma elevação da condição de oprimido a condição de indivíduo. Esta elevação significou o surgimento de uma ação que vai se desenvolver no público e em certa medida no privado, já que temos uma mudança na disposição do sujeito. Este indivíduo passa a ter capacidade de expressar sua potencialidade de intervenção e de interlocução. Esta capacidade contida na razão moderna impele, frente às ingerências naturais, política, culturais, ora um ímpeto questionador ora um ímpeto instrumentalizador.

¹⁰ Necessariamente teorizar sobre a Ciência indica uma concepção de Modernidade. Alain Touraine é uma demonstração expressiva desta ligação, pois para ele existem exemplarmente três concepções de modernidade subjacentes à concepção do papel do sujeito e da razão – uma que separa o sujeito da razão; uma segunda que acusa a razão pela desrealização do sujeito; e uma terceira preconizada por ele que indica o sujeito como motor e limite da razão e sua desrealização. Ao revelar que esta trama – sujeito, razão e modernidade – não está deslocada frente ao plano singular de cada um de seus componentes, evidencia que o sujeito da razão é aquele que questiona e é questionado pela própria realidade que ele constrói. Este sujeito é concebido por Touraine como os movimentos sociais. As teorias sobre os novos movimentos sociais e sua importância em substituir o movimento operário – ação coletiva clássica – tendem a buscar novo indeterminado sujeito da modernidade (TOURAINÉ, 2002, p. 252-255) e ao fazê-lo, desconsideram que as possibilidades contidas na ação do movimento operário ainda se revelam como atuais.

moderna do século XX. Como na Sociologia, de uma maneira ou de outra, as teorizações estão ligadas ao seu trauma de nascimento, as respostas que esta poderia dar, independente de qual teorização, ocorreram em meio a esta imposição, em meio ao balanço epistemológico e político do Iluminismo.

O que ocorreu no fim do século XX foi uma mudança radical e necessária no pensamento social, frente ao que foi imposto politicamente e ideologicamente pelo progresso tecnológico, o que fez com que todas as formulações passassem por crises epistemológicas, as quais o marxismo não poderia deixar de compartilhar. Como uma destas correntes teóricas, teve seus momentos de retraimento e de indefinições frente às críticas sobre o fim das classes, e da história¹¹.

Posteriormente, as suas formulações analíticas foram aos poucos sendo realizadas, sendo que muitas delas somente no final dos anos 90 e começo de 2000 puderam dar respostas às censuras e recriminações teóricas daqueles que igualavam o marxismo ao stalinismo soviético, como também à constituição do social¹².

A opção feita pelo marxismo dentro da particularidade da tese, e, portanto, pela perspectiva do conflito e das análises estruturais, correspondeu à realização de uma análise sobre a ação sindical em crise e o seu significado dentro das relações de classe. Ao propormos a inserção nessa caracterização, isto é, a opção pelas análises estruturais e pela contradição como lógica social, em detrimento das análises particularizantes ou reguladoras *in extremis*, buscamos envolver a análise sobre a crise do sindicalismo cutista dentro do apoio analítico do pensamento marxiano e marxista e do apoio que a ação militante permitiu.

¹¹ Crise ecológica, fim da URSS, queda do muro de Berlim, fim das ditaduras, questionamento das organizações de cunho vanguardista ou leninista, o advento dos novos movimentos sociais e as dificuldades de conquistas no plano da cidadania, pois estas vêm acompanhadas por atos de xenofobia, homofobia e sexismo.

¹² Nos anos 90 as obras que buscavam dar respostas à crise eram de autores como Alain Touraine (2002); Jürgen Habermas (1987); Manuel Castells – e sua formulação não marxiana do social (1994); Claus Offe (1984); Gorz (1987). No fim dos anos 90, entram em cena autores que têm uma relação ora aproximada ora crítica com o marxismo, como Harvey (1999) e Arrigui (1996). E os autores marxistas como Eric Hobsbawm (1992), István Mészáros (2002), Daniel Bensaid (1999), Fredric Jameson (1997).

1.1.1. As análises sobre a noção de crise

As análises sobre as concepções de crise acompanham as teorizações clássicas originais da Sociologia. As ênfases epistemológicas que estas teorizações permitiram vão ser encontradas até nas análises modernas e contemporâneas sobre a crise dos movimentos operário e sindical nas suas determinações e limitações. Estas ênfases vão desde o cuidado particularizante na análise, quando o aspecto micro correspondia ao lócus da pesquisa, até as análises estruturais, quando o aspecto macro permitiu a visualização das contradições.

No campo das análises particularizantes, a crise apareceu como uma manifestação de dissensão dos interesses individuais, sendo o individualismo metodológico uma das correntes teóricas que se inscrevem nesta perspectiva. A criação desta concepção desenvolveu uma tendência singularizante na interpretação do social construindo um intrincado de relações e possibilidades interacionais que vão dar ênfase ao comportamento estratégico dos indivíduos. A sua conciliação com o marxismo ocorreu via a corrente teórica denominada Marxismo Analítico. Esta conciliação desconsiderou a relação entre as etapas de desenvolvimento do social, o que faz com que uma das consequências desta junção tenha sido o desenvolvimento de uma arbitrariedade na utilização da noção de racionalidade. Isto é, ela se apresenta dentro do individualismo metodológico como uma premeditação abstrata das relações, desconsiderando o dissenso e as relações tencionais entre as classes.

Se, diversamente, considerarmos a contradição e o movimento como a lógica da percepção sobre o social, vamos observar que a idéia de uma racionalidade premeditada retira das relações justamente aquilo que elas querem garantir: a indefinição, resultante das possibilidades contidas na própria ação. O racional não passa por uma premeditação lógica *a priori*, mas por uma possibilidade no desenvolvimento da ação contida no indivíduo como sujeito historicamente localizado. O Marxismo Analítico fez, no campo das escolhas individuais, o sentido da disputa hegemônica entre as classes. Ao fazê-lo, perdeu a lógica da totalidade e da contradição como o princípio explicativo que dá consistência ao marxismo. Dentro desta lógica, a

possibilidade está colocada como algo factível, como passível de ocorrer dependendo da disputa hegemônica, e não como algo que antecede incondicionalmente a ação.

Przeworski (1991), por exemplo, afirmou que:

As relações sociais são tratadas aqui como estruturas de escolhas disponíveis, em cada momento da história, aos agentes históricos considerados individualmente e coletivamente, sendo que essas estruturas de escolhas constituem, por sua vez, resultados de estratégias adotadas anteriormente por forças políticas. Assim, o comportamento é analisado como ação estratégica orientada para objetivos, baseada em deliberações, adotadas em função das alternativas percebidas e resultante de decisões (PRZEWORSKI, 1991, p. 18).

Mesmo tendo dado espaço para a construção da noção de classes e suas relações, este autor elevou ao máximo esta junção do marxismo com o individualismo metodológico, construindo sua formulação no campo das interações e das ações dos grupos ou ainda das escolhas individuais, o que não se desvia do campo da indeterminação individual.

Objeto pouco comum ao marxismo, às escolhas individuais são circunscritas às condições de reciprocidade dos indivíduos, dentro das relações que elevam a multiplicidade de preferências. Neste sentido, as classes em luta, dentro da análise de Przeworski (1991, p. 87-119), compreendem as escolhas individuais como o que precede a existência estrutural das classes.

Os intervalos teóricos entre o marxismo e as proposições do individualismo metodológico nos distanciam dessas formulações, pois, ao buscarmos no marxismo o apoio teórico para a análise da crise do sindicalismo, buscamos ampliar os elementos explicativos. Ou seja, os elementos substanciais para realizar tal interpretação são: a etapa de desenvolvimentos social, as relações hegemônicas e ideológicas e a manifestação material de tal processo. A questão é – ao entender a ação como uma possibilidade – localizá-la dentro de uma etapa, dentro da correlação hegemônica entre as classes, e observar o quanto à indefinição, ou melhor, as possibilidades, estão contidas no seu desenvolvimento.

Voltaremos a dialogar com a obra de Przeworski no próximo capítulo, mas desde já indicamos que mesmo que ela se situe no campo das tentativas

inovadoras nos anos 60-70 para fugir do marxismo oficial, ela não contempla de fato as questões estruturais, determinantes para as escolhas individuais, na tensão que a luta de classe impõe à ação coletiva e também individual.

Entretanto, as noções de crise nas formulações funcionalistas corresponderiam classicamente a uma situação de disfuncionalidade das instituições. Nesse campo teórico, das interpretações normativas e funcionais, a crise é uma forma de des-regulação do processo institucional, quando a conquista de novos direitos convive com o retrocesso contemporâneo, em relação aos direitos existentes – e fazem com que as funções normativas deixem de organizar o social. Assim, a normalidade reguladora, com sua dinâmica única, ficou sem função, o que interfere diretamente na razão de existir destas normatizações e regulações.

Contemporaneamente, essa perda de funções foi demonstrada como a perda paulatina de direitos institucionais ou como uma invalidação na construção de esferas institucionais. Esta interpretação originária no funcionalismo clássico e sua lógica reguladora foram revisitadas por Robert Castel (2001, p. 481-491).

Esse autor, ao demonstrar o processo de modificações nas leis trabalhistas francesas, explanou sobre a flexibilização e a não ampliação dos direitos, o que correspondeu na França a um processo de interrupção na construção da sociedade salarial – a movimentação das relações entre Estado, trabalhadores e empresariado, compostas pelo assalariamento e pelas conquistas que foram acompanhando a formação desta condição salarial¹³.

¹³ Castel trabalha com três formulações nas quais busca referenciar um encadeamento institucional que foi garantindo uma soma de conquistas trabalhistas, denominado por ele como uma condição reguladora das relações de trabalho. São elas: a condição proletária, a condição operária e a condição salarial. Estas condições acompanham o desenvolvimento histórico de conquistas trabalhistas e sociais, que vão modificando a relação do assalariado com a institucionalidade característica da sociedade industrial. “A condição proletária representa uma situação de quase exclusão do corpo social. O proletário [...] está fadado a trabalhar para se reproduzir (p. 415-416). A relação da condição operária com a sociedade considerada um todo é mais complexa. Constitui-se em uma nova relação salarial e, através dela, o salário deixa de ser a retribuição pontual de uma tarefa. Assegura direitos, dá acesso a subvenções ex trabalho (doenças, acidentes, aposentadoria) e permite uma participação ampliada na vida social: consumo, habitação instrução e até mesmo, a partir de 1936, lazer. Esta estrutura de integração é instável. [...] O advento da sociedade salarial não será, no entanto, o triunfo da condição operária. Os trabalhadores braçais foram menos vencidos numa luta de classes do que ultrapassados pela generalização da condição de assalariado [...] Cada um se compara a todos, mas também se distingue de todos. A sociedade salarial

Essa condição correspondeu à constituição das diferentes distinções sociais que foram dando margem para a formação de grupos ou blocos dentro (e também fora) da condição de assalariamento. A importância desta diferenciação satisfaz a uma espécie de acordo moral durkheiminiano.

Essa tendência (da proposta moral durkheiminiana) em afirmar que os que estão protegidos compõem uma parcela de indivíduos que vão aceitando o possível socialmente, pois estão integrados ao social, enfrentou os limites que a modernidade desrealizadora impõe. De qualquer forma, para Castel, esta modernidade é ainda algo a ser almejado por aqueles que estariam fora deste processo. Ainda assim, a solução para esta questão se localizaria no que Durkheim e:

os republicanos do fim do século XIX chamaram de solidariedade esse vínculo problemático que assegura a complementaridade dos componentes de uma sociedade a despeito da complexidade crescente de sua organização. É o fundamento do pacto social. [...] no raiar do século XX, a solidariedade deveria tornar-se um assumir-se voluntário da sociedade e o Estado social, fazer-se seu fiador. Na aurora do século XXI, quando as regulações implantadas no contexto da sociedade industrial estão por sua vez, profundamente abaladas, é o mesmo contrato que, sem dúvida, deve ser redefinido a novas expensas (CASTEL, 2001, p. 35).

A disposição em aumentar as conquistas materiais, mas mantendo a diferenciação, colocaria a ação entre as classes no plano do compromisso moral, durkheiminiano, de equilíbrio político entre desiguais. A hegemonia burguesa passaria despercebida como uma manifestação de dominação de classe, e apareceria como uma das manifestações do assalariamento, elevando o equilíbrio moral de todos.

Essa normatização foi interrompida quando a diferenciação que lhe é intrínseca não evitou a ampliação dos supranumerários – os que estão fora das redes de proteção social. Esse aumento ocorreu, pois a complexidade que vai revestindo a Sociedade Salarial – novas funções e profissões – se multiplicou e não foi contemplada pela proteção das regulações institucionais. Assim, surgiu um significativo grupo que fora da regulação tenciona a própria regulação que o forjou, tenciona a própria sociedade salarial que é precária na

parece arrebatada por um irresistível movimento de promoção: acumulação de bens e de riquezas, criação de novas posições e de oportunidades inéditas, ampliação dos direitos e das garantias, multiplicação das seguridades e das proteções” (CASTEL, 2001, p. 415-493).

sua origem, marcada pela desigualdade material. Eles são aqueles que ao ocuparem

a posição de supranumerários, flutuando numa espécie de *no man's land* social, não integrados e sem dúvida não integráveis, pelo menos no sentido que Durkheim fala da integração como pertencimento a uma sociedade que forma um todo de elementos interdependentes (CASTEL, 2001, p. 530).

Ao estarem fora das regulações da condição do assalariado – ter acesso aos bens e serviços produzidos socialmente mediante troca salarial – formam uma individualização que impõe que:

Na aurora do século XXI, quando as regulações implantadas no contexto da sociedade industrial estão, por sua vez, profundamente abaladas, é o mesmo contrato social que, sem dúvida, deve ser redefinido a novas expensas. Pacto de solidariedade, pacto de trabalho, pacto de cidadania: pensar as condições de inclusão de todos para que possam comerciar juntos, como se dizia na época do Iluminismo, isto é, “fazer sociedade” (CASTEL, 2001, p. 35).

São as limitações com as quais nos deparamos¹⁴ nessa etapa descendente que vão impor a necessidade de uma discussão sobre as possibilidades iluministas e modernizadoras de que se atinja a universalidade pretendida. Estas possibilidades estão contidas pelas limitações que a crise ecológica, social e moral, e os processos de individualização intensa, em que o prazer de um se sobrepõe ao de muitos, foi estabelecendo como fronteira à modernidade iluminista.

Diversamente do marxismo analítico de Przeworski (1991) e da análise funcional de Cantil (2001), entendemos a crise como uma dinâmica e como um movimento: de um sindicato massivo, para um sindicalismo minimalista; de ações coletivas modelares para ações que dão primazia ao

¹⁴ Estes limites se formam no processo de extração da mais valia absoluta e relativa. A modernidade, com sua razão que permitiu construir e modificar intensamente as relações, sempre foi construída para retirar do sujeito as possibilidades da ação política. As possibilidades da ação política foram encobertas pelo progresso e pela *standartização* da vida. No final do século XX, a vida passou a ser mais do que antes, no advento da modernidade Iluminista, aprisionada frente à barbárie. A barbárie passou a ter uma razão diferenciada, mais institucional, inserida na lógica do social. Não mais como um momento, um ápice de exageros do progresso capitalista. Ao contrário, nesta etapa do capitalismo a barbárie é institucionalizada e instituinte. Ela limita a vida e a ação. Não a impede *in totem*, mas estabelece uma imposição que a vida parece ideologicamente sem saídas para romper com a razão neoliberal. A produção enxuta, novas tecnologias, extração da mais valia absoluta e relativa, intensificação do trabalho fazem parte desta limitação.

individual; da manifestação do modelo corporativo para a manifestação do corporativismo atomizado (BOITO, 2002, p. 83).

A crise como um momento das relações constituidoras da Sociedade fazem com que as contradições por ela geradas, no plano superestrutural e no plano material, tragam consigo outras dinâmicas hegemônicas que impuseram aos trabalhadores um outro tipo de dominação. Desta forma, a crise, dentro da perspectiva do marxismo e do pensamento marxiano, corresponderia ao próprio movimento que constitui o social. A dinâmica da negação das partes corresponde à crise, aos impasses e ao surgimento de contradições que tanto podem interromper o desenvolvimento de uma forma de agir política como podem apresentar outras formas de atuação. Este desenvolvimento não corresponderia à formação de etapas contínuas e manifestas, mas estas estão inseridas nas relações de disputa hegemônica entre as classes.

Para Gramsci (1984, p. 49-54), essa disputa hegemônica deve ser distinta da casualidade que as análises impõem à dinâmica entre as classes. Questões como o grau de desenvolvimento material e a formação dos grupos sociais e suas ocupações e a variabilidade de visões de mundo que lhes corresponderiam são importantes pontos de apoio analítico para que se observe a totalidade possível das relações sociais. Estas, dentro da sociedade política, e dentro e fora da sociedade civil, também se demonstram decisivas, para que se considere a crise e as contradições que as perseguem¹⁵.

A crise sindical se desenvolveu com e pelas contradições que as relações entre as classes e todas as questões a determinaram: grau de desenvolvimento material, variabilidade de visões de mundo, a configuração do Estado e a utilização dos seus aparatos. Por isto agregamos, a seguir, a questão da dinâmica da crise sindical junto à etapa de desenvolvimento social, que corresponderia em Gramsci a um grau de incremento material, político, econômico, decisivo para a análise das relações objetivas entre as classes e as contradições que as formam.

¹⁵ Além destas questões, Gramsci considera as relações que o aparato repressor do Estado pode desenvolver, para garantir a hegemônica dominante, dentro da correlação de forças que estiver se desenvolvendo (GRAMSCI, 1984, p. 51).

1.2 A ETAPA E A MUDANÇA NA AÇÃO SINDICAL

Para entender a crise, como elemento contraditório, mas formador do social buscamos apoio em Ernest Mandel (1985), Giovanni Arrighi (1998) e, posteriormente, em David Harvey (2001).

A adoção desses autores ocorreu pela forma como tratam a problematização histórica e estrutural dessa fase descendente da economia capitalista. Ainda que em David Harvey tenhamos discordâncias em algumas questões, seu panorama teórico e histórico do fim do século XX contribui para observarmos a dinâmica de desenvolvimento material. Já a análise de Mandel, inserida no conjunto de elaborações que buscaram combater tanto o rechaço acadêmico ao marxismo, como realizar críticas aos PCs, permitiu, desde a sua publicação, que o debate marxiano sobre os marcos constitutivos do desenvolvimento social fosse contextualizado. Por sua vez, a análise de Mandel também deveria ser contextualizada, no que tange ao papel do Estado e às dinâmicas internas na superação das contradições da luta operária, mas mesmo assim a expressão histórica sobre as fases do Capitalismo Tardio é importante para que se entenda como o grau do desenvolvimento material e as contradições que a apropriação da mais valia, isto é, o desenvolvimento tecnológico e a formação de um crescente “exército industrial de reserva”, marcaram as inflexões na luta de classes.

Já a utilização de Arrighi (1998), neste capítulo, serviu de apoio factual e histórico, o que foi diferente da sua utilização no segundo capítulo. No segundo capítulo trataremos da relação teórica e política entre as posições e polêmicas clássicas sobre a adaptação-confrontação do movimento operário e sindical. Sua utilização neste capítulo obedeceu à necessidade de localizar a dinâmica da expansão capitalista aliada à ação do movimento sindical.

1.2.1 O Capitalismo Tardio

O Capitalismo Tardio mandeliano foi uma sistematização sobre o desenvolvimento capitalista do período que prepara a Segunda Guerra Mundial até fins dos anos 60. A onda longa do Capitalismo Tardio foi dividida

por ele em duas fases: uma ascendente e outra descendente. A fase ascendente é o período de expansão capitalista, conhecido como os “anos dourados” do capitalismo – e que foi entremeado por uma conjuntura de crise do capital que atingiu os trabalhadores com o desemprego e a guerra. As tentativas de avanços nas conquistas sociais foram pendulares, aliadas às recomposições na acumulação acelerada do capital e na extração de taxas de mais valia, mais especificamente nos EUA, com o *New Deal* e com a mudança na base tecnológica (WAMBIER, 2007, p. 22-37).

Já a fase descendente, que nos interessa diretamente, corresponderia ao fim dos anos 60, quando a recomposição da taxa de mais valia não obedeceu mais às necessidades capitalistas, em primeiro lugar dado o aumento das lutas e conquistas dos trabalhadores, e, em segundo, porque o aumento das “tensões imperialistas” entre EUA, Japão e Alemanha Ocidental impediu, em certa medida, a desvalorização da força de trabalho dentro dos países. Da mesma forma, a disputa entre as nações e o aumento do poder organizativo e reivindicativo do proletariado veio no sentido de frear as intenções capitalistas de obter um “efetivo na taxa de mais valia” (MANDEL, 1985, p. 127). Mas, a precarização do trabalho e da vida que se seguiram, aliadas à intensificação da utilização da mão de obra (imigrante, feminina, subproletarizada), serviu como saída para se alcançar este “efetivo de mais valor” com corte de custos, e paralelamente com aumento do desemprego.

Escrito entre o fim dos anos 60 e início dos anos 70, o *Capitalismo Tardio* de Mandel (1985) apontou ainda que as saídas capitalistas se voltassem, sempre, para a confirmação da tendência anterior de utilização do exército industrial de reserva para tencionar as relações entre as classes, favorecendo o capital de duas maneiras: com a transferência para regiões onde a mão de obra é mais barata, e com intensificação da automação. Estas foram às tendências desenvolvidas em fins do século XX – anos 70 e 80 – e que configuraram uma pressão sobre o sindicato, constituindo-se em elementos da crise do sindicalismo. Este, na medida em que não correspondeu às pressões do capital, foi acuado e buscou uma saída negociada em quase todos os países centrais.

Marx definiu a relação emprego-desemprego – a existência do exército industrial de reserva – como uma tensão existente dentro do

processo de acumulação do capital, quando a existência dos segundos ameaça os primeiros. A contrapartida a este processo é a formação dos sindicatos, coalizões (MARX, [s/d], p. 25) onde os trabalhadores vão, à medida de sua organização, se colocar em igualdade junto ao capital e buscar interromper a pressão que a existência do desemprego impõe ao salário (e no século XXI a manutenção do emprego). Esta tensão aumenta quando – no desenvolvimento da composição orgânica do capital – o próprio capital encontra entraves para sua realização. Isto significou que, para garantir seu investimento, o capitalista individual devia investir no processo produtivo aumentando a automação e a racionalização, o que o leva a desempregar um número substancial de trabalhadores.

Ao investir, ele reduz o valor da mercadoria, o que faz com que tenha que aumentar o investimento no processo produtivo, liberando mais força de trabalho. Este processo de busca do aumento da taxa de lucro é limitado em relação ao grau de investimento necessário para o desenvolvimento da composição orgânica (necessária). E assim, o capital vai possibilitar a acumulação capitalista, ao liberar mais força de trabalho, aumentando as taxas de desemprego, as quais tencionaram ainda mais os sindicatos na busca em conter esta pressão.

Nesse movimento, as tentativas do capital de recomposição do lucro e de taxas de crescimento semelhantes ao pós-guerra vieram acompanhadas por mudanças. Estas se inserem tanto nas relações entre as nações como nas relações entre as classes. Como a dinâmica capitalista norte-americana foi refreada, tendo em vista a competição entre os EUA, os países europeus e o Japão, o capital norte-americano, depois do *boom* do pós-guerra, ao enfrentar esta rivalidade nos anos 60 e 70, enfrentou um recuo na intensidade da sua expansão, se comparado ao período posterior à Segunda Guerra Mundial. Na mesma medida esta recomposição esbarrou nesta competição e, desde a década de 70, no crescente poder dos movimentos operário e sindical. Este foi um período de avanço das lutas dos movimentos operário e sindical, pois são significativas as conquistas destes frente ao desenvolvimento e expansão capitalista. São conquistas salariais e trabalhistas dos anos do pós-guerra nos países centrais – que têm o seu paralelo desigualmente desenvolvido nos países periféricos.

Mas as mudanças¹⁶ foram necessárias e, além de modificaram as instâncias de *Bretton Woods*, impulsionaram processos de liberalização da economia que atingiram os Estados nacionais na sua composição política.

Entre 1968 e 1973, a hegemonia norte-americana começou a sofrer com a concorrência dos países europeus e do Japão (que entra de forma atrasada no processo de acumulação do pós-guerra, mas não de forma inferiorizada). Esta competição não permitiu que a expansão continuasse o seu ritmo, e encontrou limites também nas fronteiras políticas e econômicas dos países do leste e na penúria massiva dos povos do terceiro mundo, que foram impeditivos para que a taxa de mais valia se realizasse.

O processo de diminuição dos custos desenvolvido no Japão, com uma nova reorientação no sentido de expandir a receita, passou a ser uma das saídas não só para o capital japonês, mas para as formações sociais tomadas na sua totalidade.

A composição do exército industrial de reserva recolocou essa dinâmica quando aqueles que estão empregados são acudados frente ao desemprego. Este é um exemplo de como se compõe o exército industrial de reserva e como a sua existência dificulta a realização da sua contrapartida clássica – uma coalizão aglutinadora e organizativa.

Em fins dos anos 70, as políticas liberalizantes adotadas nos EUA com Reagan e na Inglaterra por Thatcher vão impelir as fronteiras nacionais a uma dinâmica diferenciada em relação ao período anterior, quando a competição imperialista reforçava o papel do Estado nação. E a ampliação das conquistas trabalhistas e sociais dos anos 70 vai ser abalada pela busca da diminuição dos custos da produção, que acompanhou os processos de inovação tecnológica e de reorganização da produção. Com esta dinâmica, novos processos organizativos junto com o crescimento acentuado do subemprego e do desemprego passaram a concorrer com o processo de expansão capitalista, o qual, liberado dos entraves internos e nacionais, precarizou mais intensamente as relações de trabalho e o relativo poder de

¹⁶ O acordo de *Bretton Woods* deu origem às instituições responsáveis pelas relações comerciais, financeiras e políticas entre os países como o FMI e o Bird. As mudanças nas regras estabelecidas pelo acordo de *Bretton Woods* que modificou a relação/padrão dólar-ouro foram significativas para o desenvolvimento do padrão das relações internacionais e a retomada da posição imperialista conduzida pelos EUA (HOBSBAWM, 1996, p. 280).

transação dos Estados nacionais. Para Arrighi (1998), a base da incapacidade do capital de resolver a crise em que se encontra desde os anos 70 correspondeu ao fato de que o corte dos custos levou à financeirização.

A partir de 1978, a burguesia mundial “retomou a liberdade” de mover-se sem os empecilhos colocados pelo aumento da organização e aglutinação sindicais. A política de desregulamentação e liberalização foi levada a cabo pelos governos dos países centrais e periféricos, recolocando a burguesia no plano da liberalização da geração da riqueza, que foi o processo de financeirização da economia. A queda na produção e no crescimento (que não deixou desde os anos 90 o patamar dos 2%) indicou uma incapacidade da burguesia, ligada às dinâmicas internas da economia capitalista de, mesmo com a liberdade de atingir as conquistas e direitos, retomar um crescimento semelhante ao *boom* econômico do pós-guerra. Assim, ela vai continuar a impulsionar liberalizações econômicas e dificuldades nas conquistas dos direitos sociais.

A busca pela manutenção destes últimos fez com que a indagação sobre o papel do sindicalismo fosse mais intensa. Esta indagação passou por argumentos que indicavam o fim da ação sindical, como se a realidade de liberalização da economia e do Estado atingissem a representatividade sindical e os direitos trabalhistas. Estes, por força dos processos de flexibilização, foram se modificando e por fim indicaram uma realidade de conquista e de organização sindical, que se adaptou a uma dinâmica de diminuição, particularização e individualização do direito e da ação. Desta forma, o sindicalismo buscou uma adaptação, não nos marcos do Estado nação, e do avanço em termos de direitos, mas nos marcos de um Estado mínimo, flexibilizador.

1.2.2 David Harvey e as mudanças estruturais

Se a caracterização sobre a fase descendente do Capitalismo Tardio de Ernest Mandel se referiu tanto aos acontecimentos econômicos quanto a constituição das relações sociais nessa fase, a caracterização de David Harvey (2002, p. 135-162) estabelece uma ênfase diferenciada entre estes

eventos. Para demonstrar a sua concepção sobre a passagem do período denominado fordismo para pós-fordismo, que em Mandel (1985) corresponderia à fase descendente, Harvey realizou um exame das teorias que, mesmo com a crise de realização do Iluminismo, postulavam explicações para as transformações que ocorreram em fins do século XX. Ao estabelecer este diálogo com as mais diversas correntes dentro das Ciências Sociais, construiu um plano analítico eclético e que atribui a um número variado de teorizações as explicações sobre o período referenciado. Uma destas correntes foi a Escola de Regulação, ou os regulacionistas¹⁷.

Essa corrente teórica, tendo como marco o processo de transformações no surgimento de um “novo regime” de acumulação do capital, buscou estabelecer parâmetros institucionais e normativos para entender estas transformações. A questão a se afirmar é que esta Escola, dando destaque às institucionalizações, retirou a dinâmica contraditória que esta relação contém. Harvey, ao buscar este diálogo, se envolveu nesta lógica explicativa e retirou as contradições, relativas ao conflito de classes, da análise.

Ele fez com que a análise se voltasse para as transformações da formação cultural e espacial da modernidade iluminista, e, por fim, analisou as alterações nas relações econômicas entre as nações e dentro do processo produtivo, na passagem de um padrão de acumulação (fordista) para outro (pós-fordista).

A análise cultural foi um suporte contextual para o entendimento da formação da superestrutura ideológica neoliberal que permitiu a atomização da ação, a sua manifestação fetichista e a quebra das institucionalidades no plano da sociabilidade. Já a análise sobre as transformações econômicas – de um padrão de acumulação produtivo para o outro – permitiu a construção de uma tipologia comparativa entre estes padrões que estavam sobre efeito da mudança: um em transformação e outro sendo construído.

Com apoio em diversos autores, ele apresentou essas comparações apontando para as mudanças arquetípicas no plano cultural e no plano produtivo. Com o apoio da escola de regulação, ele demonstrou como as

¹⁷ Os autores regulacionistas com que Harvey estabeleceu este diálogo foram: M. Aglietta e C. Boyer.

decisões no plano da política, da organização fabril, da tecnologia aplicada à produção e até das relações políticas entre as nações, estariam inseridas em um padrão que compreenderia uma variabilidade de formações que envolveriam, necessariamente, o padrão de acumulação anterior e o padrão em formação, pós-fordista e flexível.

Fazendo um diálogo entre o marxismo e os regulacionistas, Harvey (1999, p. 161) entendeu que o padrão de acumulação flexível imporia uma ação mais defensiva aos trabalhadores e que estes se encaixariam nessas mudanças. A ação defensiva dos trabalhadores corresponderia a uma formação institucional que se acomodaria dentro do padrão flexível. Uma institucionalidade, adaptada à flexibilidade em processo de formação, levaria à criação das “estabilidades” neoliberais, que vão ocorrer no plano da ação atomizada.

Mas, para que essas estabilidades se formassem, as anteriores deveriam ser rompidas. Este rompimento foi enfrentado por um sindicalismo em crise, com dificuldades em se adaptar à nova realidade em curso. Desta forma, a inserção do sindicalismo na ideologização neoliberal foi marcada por uma ação de defesa do que estava estabelecido. Mas, ao ser questionado mais densamente pela nova realidade em formação, foi aceitando a saída que representava uma conquista tangível, frente à perda das conquistas históricas.

Ao estabelecer esses padrões institucionalizados e comparativos de uma forma de acumulação fordista para a pós-fordista, Harvey substituiu as dinâmicas contraditórias do capitalismo. Ele construiu um modelo teórico que visava à uniformidade destas relações. Contudo, a regulação que percorre a concepção deste autor faz com que ele desconsidere a oscilação e a exposição de formas tradicionais da ação coletiva e de formas antigas de relações sociais. O que estamos sugerindo é que a análise perde ao não observar as permanências necessárias na ação sindical e no social.

Essas passagens analíticas e configurações do modelo, ainda que chamado de flexível, de quebra dos processos constituidores das normatizações sociais, não ocorreram revelando as contradições desta regulação que estão além do horizonte histórico em que elas se desenvolveram. Estamos nos referindo às formas pretéritas de trabalho – o doméstico e por peça – e a utilização do trabalho extensivo, como ocorreu na

China e na Índia (WAMBIER, 2007, p. 68-69). Estas formas pretéritas colocaram milhares de trabalhadores na exaustão, com a intensificação do trabalho, e recolocam tendencialmente a necessidade da formação de sindicatos, ou melhor, de coalizões de trabalhadores.

O conceito de crise com o qual buscamos analisar o fim da crise do sindicalismo cutista não foi formulado com a análise da desconstrução das regulações, e não correspondeu a uma busca da normalidade funcionalista, de desenvolvimento social. Nem mesmo correspondeu a uma individualização das relações de classe como em Prezeworski e nem à passagem de um regime de acumulação para outro, quando a flexibilização corrompeu as institucionalidades, como foi estabelecido na análise de Harvey (1992, p. 145). A fase descendente, dentro da onda longa de Capitalismo Tardio mandeliano – que tem como características o desemprego crescente e as dificuldades do capital de garantir a sua valorização –, ao ser contextualizada, correspondeu, dentro da distinção realizada por Harvey, às alterações na organização fordista de produção e sua manifestação social e cultural rumo à acumulação flexível.

Ao entendermos a crise como parte da dinâmica real e contraditória do social, vamos conceber as dificuldades do sindicalismo nos anos 90 como a revelação das rupturas e continuidades que podem ser observadas na ação sindical. Permanece a forma modelar de ação sindical e as formas de exploração de trabalho antigas e intensificadas, que romperam com o padrão anterior:

- uma ação sindical modelar para outro tipo, que entendemos como atomizada, particularizada;
- antigas formas de exploração do trabalho passam a ser significativas em determinadas regiões do mundo;
- o individualismo oferecendo ares de institucionalidade.

Essa realidade de intensificações localizadas nas permanências faz parte da dinâmica de constituição do social, o que não significa que elas continuam a ter um destaque dominante dentro da tendência mundial. Significa que elas permanecem e junto com a realidade em formação vão dando a cadência contraditória para a expansão capitalista nesta fase descendente.

A ação sindical nos anos 90, de resposta às ações governamentais e patronais, foi caracterizada como defensiva, pois não ampliava a agenda, ou melhor, o conjunto de reivindicações sindicais. Ela respondia a uma realidade que se mostrou, internacionalmente e no Brasil, contrária à ação coletiva. Fazem parte desta realidade a adoção de novas tecnologias, a reestruturação produtiva, o desemprego estrutural, as mudanças legais nos direitos trabalhistas e o retorno mais expressivo de formas antigas de relações de trabalho.

Se a adoção teórica pelo marxismo correspondeu a uma práxis militante, que teoricamente se apoiava em uma de suas correntes políticas, neste caso, o trotskismo, nossa necessidade intelectual de entender e analisar este processo de mudança, também correspondeu a esta práxis. A militância em organizações que se burocratizaram – não por “maus” hábitos de funcionários de escritórios (TROTSKY, 1981, p. 143), não por uma necessidade racional de planejar, mas pela redução da democracia como prática cotidiana – nos fez buscar as explicações sociológicas sobre as mudanças na ação coletiva. Como o grau de crise material e de intensificação da exploração do trabalho levaria, aparentemente, a uma constante mobilização dos trabalhadores, a dificuldade destes em se manifestar passou a ser o objeto de preocupação. Não que não existam mobilizações. Elas existem, mas seu teor coletivizante, massivo (e algumas vezes classista) foi ficando restrito, pois nesta etapa a individualização foi mais manifesta do que no período anterior, e os aparatos estatais funcionavam como controladores *in totem* do movimento.

No debate sobre a necessidade de se romper com o passado burocrático e antidemocrático do movimento operário, ao se criticar o stalinismo e a atuação reformista da social-democracia, no que diz respeito à formação de burocracias sindicais e defensoras de ações mais adaptadas, negou-se o pensamento de Marx e dos marxistas.

Essa negação crítica não observou que o que se formou não foi uma burocratização stalinista ou social democrata. Esta adaptação correspondeu à conformação tanto do aparato estatal como da ideologia neoliberal para a formação do pretense consenso ideologizante. Esta negação do autoritarismo soviético e do papel do sindicalismo tradicional que se desenvolveu no pós-

guerra, junto com a formação destas burocracias, marcou o pensamento sociológico. E dentro deste debate, pensar a ação sindical é uma tarefa intensa: ou como ação institucional ou como uma ação ultrapassada e necessariamente tendo que ser revisitada. Ou ainda, como um discurso limitado frente ao pragmatismo economicista.

Mas entendemos que a ação que foi se formando, a partir dessas transformações, não correspondeu à adaptação ao aparato estatal nos moldes do pós-guerra, correspondeu a uma adaptação *sine qua non* ao mercado, individualizante e privatizador de cidadania (BÓRON, 2001, p. 221)¹⁸, permitindo que a institucionalização do movimento sindical que ocorreu nos anos 90, ao ser negadora do aparato anterior na crítica às burocracias, fizesse surgir uma burocracia que, com traços da anterior, defendesse o mercado e a individualização dos direitos.

O movimento sindical, ao fazer essa crítica ao passado burocrático das organizações stalinistas, revelou essa dualidade ao mesmo tempo em que passava a desenvolver essa outra institucionalidade.

Por isso, para entender a formação desse sindicalismo e dessa institucionalidade temos que considerar as formulações gramscianas sobre a ideologia.

Segundo Eagleton, o conceito de ideologia de Gramsci nos leva a uma busca totalizadora do conceito – da estrutura à superestrutura – e a um Gramsci devedor do Marx do *18 Brumário*¹⁹, e não devedor do Marx de *O Capital*. Isto porque, neste caso, trata-se de um Gramsci voltado para as interpretações que relacionavam o cotidiano e sua reprodução imediata e o papel determinante da ideologia nesta reprodução.

Voltada para uma historicidade positiva, reveladora de um movimento de disputa hegemônica, e como um senso comum dominante, a Ideologia está presente no cotidiano, fomentando soluções para o dia a dia com saídas práticas, políticas e culturais.

¹⁸ A adoção das convenções da OIT para a organização sindical, via a filiação na Confederação Sindical Mundial, antiga CIOSL, é indicativa desta busca de um padrão democrático para a ação sindical. Democrático, mas no marco da universalidade desrealizadora. Eles são importantes para a ação sindical, mas não podem funcionar como uma meta institucional a ser atingida. Isto limitaria a ação sindical, ao deixá-la circunscrita aos espaços institucionalizados e legalizados.

¹⁹ Na nossa compreensão, também um Marx anterior, contido nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*.

Se o conceito de hegemonia amplia e enriquece a noção e enriquece a noção de ideologia, ele também empresta a este termo um tanto abstrato um corpo material e uma agudeza política. É com Gramsci que se efetua a transição crucial da ideologia como “sistema de idéias” para ideologia como prática social vivida e costumeira – que assim deve abranger, presumivelmente, as dimensões inconscientes e não articuladas da experiência social, bem como o funcionamento das instituições formais (EAGLETON, 1996, p. 192).

As relações sociais, ao possibilitarem a existência de múltiplas e diversas visões de mundo, indicam uma variabilidade do agir social. Esta multiplicidade e diversidade de visões de mundo, no campo dominado, pressionada pelo sentido da hegemonização, é a tensão entre o que se quer, o que se vive e o que nos é dado. Este último (o que nos é dado) pressiona o segundo (o que se vive) e limita o primeiro (o que se quer). Neste sentido, a Ideologia asseguraria o desenvolvimento de regras e normas, na medida em que garantiria que todos aceitassem as dinâmicas dominantes como as únicas possíveis.

Essas concepções – hegemonização e ideologização – são intercambiantes dentro do pensamento gramsciano. Mesmo com significados diferenciados e cumprindo papéis distintos, são complementares na sua configuração. A explicação gramsciana sobre a ação da Ideologia indicaria, no desenvolvimento de práticas e ações, crenças e vontades, ritos e institucionalidades, instituições e políticas.

Já a Hegemonia garantiria o consentimento e a coerção ideológica dominante, e não se manifestaria de maneira uniforme nas diferentes e diversas esferas do dia a dia, mas desta maneira diversa ela atingiria a todos, garantindo, assim, a reprodução do social. São manifestações definitivas para o desenvolvimento de um cimento social, o senso comum de uma época, que atravessam a ação das instituições.

Essas considerações nos levam a revelação da força ideológica da ação de uma classe que movimenta os indivíduos tanto para a acomodação como para a ação (BARRET, 1994, p. 236). Surge no movimento sindical cutista, esta manifestação ideologizada da individualização e da acomodação – na forma da adaptação, que modifica as relações cotidianas e, nesta etapa

de desemprego massivo e de crise sindical, abala também a razão de ser coletivizante dos sindicatos.

Dessa maneira, em uma etapa regressiva em termos de direitos, como foram os 90 e início dos 2000, a crise do sindicalismo em geral modificou a estruturação da ação coletiva do sindicalismo cutista. Estas modificações, ao ocorrerem em uma etapa de dificuldades para a ação coletiva, permitiram o desenvolvimento de uma ação adaptada. Primeiro, a ação cutista foi assumindo um caráter institucional, por meio de propostas de participação em espaços institucionais e tripartites. Segundo, com a manifestação de um sindicalismo mais mitigado e regressivo em termos de reivindicações, foi se aproximando das decisões que ocorrem no domínio do micro, o que, dentro desta tese significou o predomínio da ação minimalista na aglutinação e atomizadora nas decisões.

2 A ADAPTAÇÃO SINDICAL: UMA NECESSIDADE?

Sindicato classista e de luta: dentro da realidade de conflito de classes em que vivemos, a nova estrutura sindical defenderá a unidade da classe trabalhadora em torno de seus objetivos imediatos e históricos combatendo a política de colaboração de classe e não compactuando com planos de governo que firam os interesses dos trabalhadores
(1º. CONCURT, 1984, p. 30).

O centro de nossa tática combina duas tarefas imbricadas entre si: impedir o retrocesso (o que aconteceria com a vitória da candidatura PSDB-PFL) e apoiar a reeleição do presidente Lula, na perspectiva do avanço no projeto democrático-popular, pressionando pela aplicação da plataforma democrática definida no CONCURT, que orientará as posições da CUT frente às ações do próximo governo
(9º. CONCURT, 2006, p. 8).

A fundação da CUT em 1983 foi marcada por vários tipos de simbologias: o passado histórico do movimento sindical brasileiro e as lutas de resistência; a busca da unidade e as divisões políticas; a luta recente contra a ditadura e a oposição dos trabalhadores. A eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2002 também foi marcada por simbologias: um ex-metalúrgico, ex-sindicalista, migrante nordestino e fundador do maior partido de esquerda do país foi eleito presidente. As citações acima mostram como estas duas ocasiões históricas e suas simbologias configuram o rumo do sindicalismo cutista. Entre estes dois momentos históricos a CUT:

- foi opositora ao governo e ao regime ditatorial, defensora da sociedade socialista e de um sindicalismo independente e classista, contrário à estrutura sindical oficial;
- desenvolveu polêmicas internas que corresponderam aos interesses dos grupos políticos que a formavam e foi modificando a sua ação; incorporou práticas burocratizantes na relação com sindicatos e seus filiados; administrou o aparato, substituindo as relações mais solidárias com as oposições; passou a participar de conselhos institucionais, comissões e de espaços tripartites; passou a discutir a crise e os condicionantes da crise sindical; aproximou-se do sindicalismo

internacional filiando-se à antiga Confederação Mundial dos Sindicatos Livres – CIOSL;

- desenvolveu uma política de oposição ao governo FHC, identificado com a aplicação do programa econômico neoliberal; aproximou-se da central sindical rival, a Força Sindical, para realizar ações em comum como o Festival de Greves de 1999; foi contra a flexibilização que instituiu o primado do negociado sobre o legislado e desenvolveu a aceitação da PLR como um ganho material significativo, nesta época materialmente regressiva;
- passou a defender o governo Lula, como se esta defesa fosse à justificativa para um programa popular; intensificou a participação em conselhos institucionais, comissões e em espaços tripartites; alguns ex-sindicalistas cutistas passaram a fazer parte do governo; participou do Fórum Nacional do Trabalho e consentiu com a formulação da lei de reconhecimento das Centrais sindicais.

Estes momentos representam à trajetória histórica da CUT, e a forma como ocorreu uma incorporação ao aparato estatal e ao *status quo*. Esta acomodação possuiu manifestações de cunho material e subjetivo. As de cunho subjetivo acompanharam o desenvolvimento de um senso comum conservador, que justificou esta acomodação. Já as de cunho material foram alicerçadas junto com a mudança na agenda sindical, com a defesa de uma ação sindical mais restrita, como foi a defesa da Participação nos Lucros e Resultados – PLR. Estas duas manifestações, material e subjetiva, fazem parte do movimento que possibilitou a crise e a incorporação cutista, e desta maneira expressam os elementos da trajetória indicada.

Para estabelecer as conexões que formam essa trajetória, devemos retomar o conceito de crise trabalhado no primeiro capítulo, quando demonstramos que entendemos a crise como um movimento. Isto significou considerar os processos que a formaram – da incorporação à acomodação e da adaptação ao aparato estatal, entendida como o momento da finalização.

A tentativa de enfrentar a construção dessa trajetória nos levou, neste capítulo, à polêmica clássica – Reforma ou Revolução – e aos desdobramentos que ela suscitou desde a formação da Segunda Internacional. Desta forma, consideramos que, se durante toda a década de

70, esta polêmica foi rechaçada para nos anos 80/90 ser declarada extinta, retomá-la e deslocá-la na direção da crise do sindicalismo tangenciando a discussão permitiria interpretar a crise cutista, dentro do viés analítico da Sociologia Política.

Esta vertente da Sociologia entende que os sindicatos, ao surgirem no século XIX para colocar em igualdade aqueles que são desiguais no trato com o empresariado, foram adquirindo contornos diferenciados no século XX. Mas, mesmo assim, não deixaram esta razão inicial.

De forma diferenciada, os sindicatos se apresentaram como uma cunha garantidora de direitos na constituição do modo de vida dos trabalhadores. Esta razão permaneceu, mesmo estando difusa e misturada às diferenças nacionais, estruturais, culturais e democráticas.

No final do século XX e início do século XXI, os sindicatos viveram uma crise de adaptação que foi mais intensa, pois a justificativa desta adaptação desviava-se do ideário clássico – reformista ou leninista – e passava a ter interferências diretas das proclamações da ideologia neoliberal. Foi mais ideologizada, ao realizar o processo de assentimento gramsciano.

2.1 A POLÊMICA CLÁSSICA

Referenciada como “a dicotomia Reforma ou Revolução” esta polêmica envolveu um número variado de análises. Esta variabilidade nos levou a procurar nas polêmicas originais da Sociologia o apoio para que a interpretação analítica e histórica, defendida no capítulo anterior, estivesse presente. E foi na leitura de Giovanni Arrighi (1998), no texto *Século Marxista, Século Americano*, que buscamos esse retorno, tanto para a análise quanto para a própria polêmica que deriva desta dicotomia.

Para Arrighi (1998, p. 324-327), a origem desta dicotomia e da polêmica está localizada no trato marxiano à Comuna de Paris e seus desdobramentos. Segundo ele, houve um silenciamento de Marx quanto ao relacionamento entre os *trade unionist* ingleses e a ação desenvolvida pelos *comunards*. Enquanto na França, os *comunards* atuavam politicamente, tomando para si a tarefa de transformação do Estado, estabelecendo novos

parâmetros para a construção das normatizações e da legalidade institucional, os *trade unionist's* não se manifestaram em relação a estes acontecimentos.

Marx, ao fazer a análise dos acontecimentos, não fez referências à falta de manifestação dos ingleses frente aos eventos na França. Ao não fazer referências ao silêncio da ação inglesa, Marx revelou, segundo Arrighi, o quanto esta polêmica poderia causar, em termos das discussões dentro do pensamento socialista desde a sua época. Este silêncio acomodou a questão em termos mais gerais dentro da teoria marxiana, ocasionando internamente um penoso debate que percorreu toda a história do movimento operário e sindical.

Por isso, o silêncio de Marx criou uma tensão dentro das tradições que se construíram e deram forma às ações do movimento sindical. Estas questões tornaram válidas a cadência dos debates e das políticas adotadas, pois tanto o “silêncio de Marx”, como a formulação dos “prognósticos”, contidos no *Manifesto Comunista*²⁰, marcaram as posturas dentro dos movimentos operário e sindical e ditaram a dinâmica da ação a ser desenvolvida, tanto no Ocidente como no Oriente. Para Arrighi, este “silêncio e este equívoco” analítico de Marx criaram mais tensões e diferentes comportamentos políticos. Estas tensões e posturas dentro do movimento operário foram demonstradas, por Arrighi (1998), como as diferentes posturas assumidas por Bernstein e por Lênin.

Essa polêmica clássica foi referência para os debates e para as justificativas que o movimento operário e sindical realizou durante o século XX e que podem ser assim explicadas: enquanto Lênin assumiria a postura da meta (o fim a ser atingido com o processo revolucionário), Bernstein assumirá a postura de defesa do movimento (as conquistas possíveis a serem realizadas).

A postura do movimento tendeu mais tarde a uma relativa acomodação política da classe operária, fazendo com que seu “poder social” se acomodasse frente às estruturas políticas do Estado, tendo em vista que esta também significou uma conquista, na medida em que “as restrições

²⁰ Os prognósticos contidos no Manifesto dizem respeito à visão linear das proposições marxianas. Na crítica a Marx, se considerou que o texto do Manifesto coloca o devir operário, entendido como o processo revolucionário, como condição não como uma possibilidade histórica, o que invalida a própria metodologia marxiana.

formais e substantivas dos direitos civis e políticos do proletariado industrial ainda em vigor em muitos países da Europa Ocidental começaram a desmoronar” (ARRIGHI, 1998, p. 327). Quando fez estas afirmações, Arrighi pretendeu indicar que a postura leninista se adaptou a um construto sobre a realidade e sobre a penúria dos trabalhadores, desenvolvendo assim uma organização vanguardista, que estava baseada em uma “naturalização” da ação política. Já a postura das metas criou justificativas políticas para a participação dentro dos espaços tripartites, que seriam construídos para garantir um diálogo, permitindo que os trabalhadores fizessem avançar as conquistas de seus direitos via esta participação. Esta deveria ser revestida de um caráter permanentemente institucional, o que lhe daria legitimidade, e assim, uma ampliação na conquista de direitos. Estas duas posturas marcaram a história do movimento sindical e foram criando formulações como as de Arrighi (1998): o leninismo possui uma visão mistificadora do proletariado e a social democracia tem uma visão realista das conquistas dos trabalhadores.

De qualquer forma, essa divisão deu margem não só para posições teóricas, mas para vários tipos de posturas políticas e sindicais. Como nossa intenção não foi se debruçar sobre esta diversidade de posturas, trabalhamos com a idéia geral desta dicotomia e construímos a análise a seguir. Por isto, ao criarmos uma formulação sobre um sindicalismo modelar, buscamos neste conceito indicar as diversidades que o formam para que ao construir um marco analítico fosse observada a variabilidade nas formas de ação sindical que se constituíram dentro dos países e a dinâmica da mudança na ação sindical cutista.

Essa utilização da expressão – sindicalismo modelar – correspondeu a essa necessidade, embora devemos deixar claro que entendemos que a variabilidade que percorre a formação das posturas sindicais corresponde à trajetória do próprio movimento. Isto é, ele é mais dinâmico e contraditório do que a análise consegue observar.

2.1.1 A Segunda Internacional e a conjuntura do desenvolvimento de um sindicalismo entre a adaptação e a mudança

A Segunda Guerra Mundial materializou dentro do movimento as posturas de Lênin e Bernstein. As posturas assumidas dentro de cada concepção acompanharam de modo geral estratégias de ação mais ou menos radicalizadas. Enquanto as saídas por “dentro”, das metas, controlaram as proposições revolucionárias de teor autonomista, modificando as concepções calcadas nas grandes rupturas revolucionárias, as saídas vanguardistas, do movimento, buscaram diferentes formas de ação.

No pós-guerra, o movimento sindical acompanhou a expansão capitalista frente às tendências de acumulação do capital, que deram ao capital norte-americano uma hegemonia frente aos outros capitais e principalmente frente ao capital inglês.

Esse raciocínio acompanha a lógica apresentada também por Arrighi (1998) e por Beverly Silver (2005, p. 82-124). Para estes dois autores o avanço do movimento sindical acompanhou a expansão capitalista, o que fez com que esta estrutura de acumulação possibilitasse que o sindicalismo de movimento europeu se aproximasse do sindicalismo de metas norte-americano.

Segundo Arrighi (1998), como as organizações proletárias estavam mal equipadas para lidar com a dinâmica capitalista, houve momentos em que o operariado teve maior e outros em que teve menor poder de mobilizar os trabalhadores e, juntos destes, toda a sociedade. Esta capacidade constitui um poder social, que vai além dos limites das categorias organizadas sindicalmente e envolvem a sociedade em geral.

A conjuntura dos anos 60-70 e a dos anos 70-80, principalmente as lutas do operariado italiano, recolocaram na ordem do dia as discussões sobre o poder social do proletariado e a sua insatisfação, que a burguesia não conseguiu conter.

Assim, nessa dinâmica do pós-guerra, o poder social do operariado variou de intensidade, mas como as mudanças nos padrões de atuação das organizações dos trabalhadores não impedem que as lutas continuem ocorrendo em todo o mundo, principalmente se considerarmos que as

variações da luta sindical acompanham o deslocamento do capital e as mudanças na liderança de setores da economia, elas podem ter um alcance menor na implementação deste poder social. Segundo Silver (2005, p. 21-31), há um deslocamento da ação que acompanha o padrão de acumulação capitalista por setor e por regiões²¹. Esta ação varia na sua formação e intensidade.

Existem no movimento sindical formas de luta com intensidades diferentes: um “poder de militância” – organizador e mobilizador das categorias em luta –, que é histórico e que transcende o local de trabalho e que atingiu os trabalhadores na luta por outras questões além daquelas referentes ao trabalho propriamente dito; e um “poder de barganha associativo”, que acompanha os deslocamentos e as tentativas do sindicalismo mundial de sair da sua crise e romper com o corporativismo (SILVER, 2005, p. 29-32).

Essa ação sindical – de barganha e associativa – foi além das fronteiras do sindicato, sendo mais abrangente do que sua esfera de atuação local e nacional. E pode ser encontrada tanto na origem do sindicalismo europeu, como no Brasil ou nos EUA. Um exemplo da manifestação deste poder foi o início do sindicalismo cutista no Brasil, quando as lutas iam além do chão de fábrica, mobilizando a sociedade nacionalmente em campanhas de apoio e solidariedade aos grevistas; nos EUA, neste início do século XXI, com a revitalização do sindicalismo associativo da AFL-CIO²², a greve dos setores de serviços (como os faxineiros) envolveu a comunidade hispânica.

Na abordagem de Silver, as lutas assumem um caráter significativamente globalizante ao possuírem um padrão que permite pensá-las dentro de um contexto mundial. Temos então, em uma análise que retomou as possibilidades contidas no movimento operário e sindical, ainda, que estas possibilidades ocorram no marco do necessário, da defesa das condições de trabalho. Entender a ampliação das lutas, dentro do padrão de ação modelar, é importante para considerar que as possibilidades da ação

²¹ O que nos leva a outra questão que envolve a definição de crise do sindicalismo e está relacionada com a continuidade das lutas sindicais: mesmo com a crise – dificuldades de organização e aglutinação – nos moldes do pós-guerra e que possibilitaram um aumento das conquistas sindicais as lutas sindicais continuaram ocorrendo.

²² *American Federation of Labour-Congress for Industrial Organization.*

não podem ser esquecidas, mas tomadas na sua origem: uma latência premente que a dinâmica social possibilita.

É esse aspecto que faz da sua análise a mais aproximada da que buscamos realizar aqui: mesmo estabelecendo uma mudança na ação sindical, e entendendo a sua crise de direção maior, existe uma possibilidade contida no movimento que não pode ser descartada pelo passado burocrático. É importante que se apontem analiticamente as mudanças que fazem deste sindicalismo mais adaptado, mas que não se retire as possibilidades históricas contidas na ação do sujeito. A questão é saber se podemos restringir ou ampliar as lutas sindicais e tomá-las como a luta emancipatória na sua totalidade.

O papel dos sindicatos é restrito. A limitação à ação sindical que se desenvolve fora dos marcos nacionais esbarrou justamente nas limitações nacionais, como os acordos trabalhistas e as leis protecionistas demonstram. A luta sindical fica limitada enquanto uma força hegemônica de caráter global. Ainda que o movimento sindical, via filiação à Confederação Sindical Internacional – CSI, antiga Confederação Internacional dos Sindicatos Livres – CIOSL, venha realizando determinadas ações comuns, esta unidade funciona mais como uma conjunção de sindicatos do que uma internacional operária nos moldes clássicos²³.

²³ Além dessa mudança na concepção, que é transmitida aos trabalhadores via a idéia de que existem poucas saídas possíveis, houve também, internamente ao sindicalismo Cutista, o desenvolvimento de uma concepção sindical que cumpriu um papel muito mais ideológico que organizador. Esta concepção foi veiculada na defesa das convenções da Organização Mundial do Trabalho – OIT e era realizada pelo sindicalismo vinculado à antiga Confederação Internacional dos Sindicatos Livres – CIOSL, que deu origem em 2006 à Confederação Sindical Internacional – CSI. A defesa dessa concepção sindical está relacionada com a influência da CIOSL sobre o sindicalismo Cutista. A CIOSL foi fundada em 1949, em Londres, após a ruptura do sindicalismo norte-americano e europeu – com a Federação Mundial dos Sindicatos que era alinhada com o bloco soviético. Anticomunista, competia com a Federação Sindical Mundial fundada em 1945, de vertente soviética, sua principal rival nos tempos da guerra fria, quando em termos de geopolítica o mundo se dividia em dois blocos. Além destas centrais, existia também a Confederação Mundial do Trabalho (1968), que sob influência da Social Democracia Cristã Européia, também participava deste debate político e sindical. [...] a Federação Sindical Mundial (FSM), constituída em 1945, [era] basicamente dominada pelos sindicatos dos países comunistas. A queda do Bloco de Leste conduziu praticamente ao seu desaparecimento; a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL), criada em 1949, num clima de Guerra Fria e como resposta à influência comunista na FSM. Agrupando na altura a maior parte dos sindicatos não alinhados com o Bloco de Leste, incluindo-se aqui tanto formas de sindicalismo reformista – de tipo social e social-democrata –, como formas de sindicalismo associadas ao departamento de Estado americano e a todas as suas instituições (SAGRES, 1994b, p. 499), a CISL é hoje a única grande organização sindical mundial, possuindo 231 organizações filiadas em 150 países e territórios nos cinco continentes, num

Entre os limites enfrentados por essa pretensa busca de unidade global temos as manifestações nacionais destes limites que são:

- o corporativismo intrínseco a essa luta, como a utilização da legislação nacional como forma de seguridade;
- a fragmentação no ápice da estrutura sindical – isto é, a existência de mais de uma central aglutinadora dentro dos países, salvo raras e importantes exceções;
- a burocratização e as várias formas de hierarquias que se formam dentro do sindicalismo;
- a dificuldade organizativa – tanto pela oposição patronal, como pelo temor da perda de liderança, passando pelas dificuldades organizativas referentes à relação empregados/desempregados;
- a cooptação pela patronal;
- e a identificação de uma parcela do sindicalismo mundial com uma proposta civilizadora do sindicalismo, por dentro da CSI²⁴.

total de 158 milhões de membros [...] (SANTOS, 2005, p. 27). Nos anos que se seguiram a sua atuação, a CIOSL desenvolveu, em convênio com o departamento de Estado Norte americano, através dos organismos fundados nos continentes, políticas anticomunistas com viés desenvolvimentista. O meio sindical – através das escolas de formação – buscava combater ações entendidas como “comunistas”, desenvolvendo a constituição de um sindicalismo de negócios (SILVA, 2006, p. 298-301), muito ligado à concepção de ação sindical norte-americana. Em novembro de 2006 foi fundada a Confederação Sindical Internacional – CSI, sendo extinta a CIOSL. Com representação em 153 países divididos entre 304 seções, organiza 168 milhões de trabalhadores. Esta fundação caminhou dentro dos marcos da crise do sindicalismo e manteve os marcos gerais da política desenvolvida pela antiga CIOSL: defesa do livre mercado e das liberdades democráticas.

²⁴ A proposta civilizadora significaria a defesa das convenções da OIT e a adoção de um sindicalismo propositivo. A identificação do sindicalismo com as convenções da OIT somente reforçam os limites dessa tensão da modernidade, considerando que a instrumentalidade e a sujeição do contrato legal de trabalho fazem parte, ao mesmo tempo, de uma conquista democrática, mas também de uma sujeição da ação sindical a parâmetros da democracia representativa. A adoção dessas convenções aprisiona o sindicalismo no jogo entre as instituições da modernidade conservadora, ao entendermos que, nessa tensão constante, a instrumentalidade marca a constituição do todo institucional. A defesa das convenções tem um caráter de garantir o desenvolvimento social e imprimir ao sindicalismo a defesa dos marcos civilizatórios da modernidade. Ocorre que esta defesa forma uma ação pretensamente civilizatória que escamoteia que esta é uma etapa regressiva em termos de avanço nos direitos. As convenções da OIT são numeradas e expressam as seguintes questões: 29 trabalho forçado ou obrigatório; 87 liberdade sindical e a proteção do direito sindical; 98 aplicação dos princípios do direito de sindicalização e de negociação coletiva; 100 igualdade de remuneração de homens e mulheres trabalhadores por trabalho de igual valor; 105 abolição do trabalho forçado; 111 discriminação em matéria de emprego e profissão; 135 proteção e facilidades a serem dispensadas a representantes de trabalhadores na empresa; 138 idade mínima de admissão a emprego; 141 organização dos trabalhadores rurais; 148 proteção dos trabalhadores contra os riscos profissionais; 151 relações de trabalho na administração pública; 154 negociação coletiva; 158 término da relação de trabalho por

Para muitos autores, os limites para a ação sindical foram colocados pelo próprio movimento, na medida em que este assumiu posturas mais brandas e negociadoras. Por exemplo, mesmo com análises diferenciadas quanto às dinâmicas mais gerais e históricas da sociedade, como a questão da transição ao socialismo, Alain Birh (1998) e Robert Kurz (1997) são autores que se aproximam analiticamente quando vão interpretar o papel reformista que o sindicalismo assumiu. Este papel foi desenvolvido entre e depois das duas guerras mundiais, e com a crise do sindicalismo em geral, a partir dos anos 70. Por um lado, Birh (1998) enfatizou que, com o compromisso fordista, o movimento sindical social democrata transformou o operário em um indivíduo massificado, atraído pelo consumo e promessas de um lazer adequado. Por outro lado, Kurz (1997, p. 281-342) reforçou a tese de que o reformismo e seu caráter adaptado ao regime fizeram do sindicalismo mais uma instituição entre outras.

2.2 A POLÊMICA CONTEMPORÂNEA

As revoltas operárias na década de 60 e 70, que ocorreram à revelia das direções do movimento, demonstram que esse compromisso não transformou os trabalhadores em uma massa difusa sem capacidade de ação. Discordamos dessas análises sobre o compromisso fordista de Birh e de reformismo adaptado *in totem* de Kurz. Entendemos que definir os limites da ação sindical correspondeu ao caráter que damos na análise à dinâmica da luta de classes, e não a uma postura mais ou menos reformista ou revolucionária do sindicalista.

Não negamos o papel da direção do movimento nesse processo de abrandamento da luta de classes. Mas somente podemos entender o papel da direção e dos reveses políticos e econômicos se considerarmos que a correlação de forças entre as classes seja a dinâmica explicativa das contradições que existem historicamente no movimento sindical. Se vão ocorrer ofensivas do capital frente ao trabalho e se este vai atuar de forma

iniciativa do empregador denúncia; 168 fomento de emprego e a proteção contra o desemprego.

defensiva e propositiva, são indagações que correspondem ao acompanhamento das relações que vão se estabelecer dentro desta dinâmica e que envolvem os itens listados acima.

A dinâmica da luta de classes, ao determinar o processo de “abrandamento”²⁵ da luta sindical, na medida em que ele é confrontado com as perspectivas que a direção estabelece – a participação e a proposição – e que o conjunto dos trabalhadores assume ideologicamente, levou à crise sindical.

A resposta do movimento sindical a essa crise foi a defesa de uma ação que ainda não tinha criado forma, e que não correspondia à perspectiva da meta (Lênin) ou do reformismo (Bernstein). As respostas sindicais a este processo estão sendo neste início do século XXI diferentes do padrão modelar da ação sindical. Isto porque, se de um lado temos a ação neoliberal do capital, com muitas contradições como indica a presença do Estado em meio a esta liberalização (BORON, 2001), de outro lado temos o movimento sindical, que, em meio as suas conquistas históricas, se transformou em um sindicalismo que atua de forma defensiva e que se desenvolveu sob os auspícios de um sindicalismo em crise. Portanto, não no padrão da atuação social democrata europeia dos anos 70; ou oposicionista no Brasil com a redemocratização dos anos 80.

Nessa fase descendente do desenvolvimento capitalista – com a superestrutura convulsionada pelas mudanças impostas pela produção (qualidade total, Estado mínimo, o fim da história, do emprego e das classes, entre outras demonstrações desta variação), que modificaram as relações entre as instituições e os indivíduos – ocorreu uma liberação do sindicalismo das proclamações de cunho socializante. Esta liberação, aliada à queda do

²⁵ É importante observar duas dinâmicas que se desenvolveram em meio à crise do sindicalismo como um todo e que ocorreram também no sindicalismo inglês nos anos 70-80. Primeiro a crise não significou o fim das greves e manifestações. O que ocorreu foi uma espécie de atomização com alguns casos de isolamento da greve – com a greve dos mineiros e a greve dos portuários. O sindicalismo inglês, mesmo em crise, continuou realizando ações grevistas como também a administração e a ocupação de fábricas falidas. Segundo Beynon (2001, p. 273), houve o desenvolvimento de uma ação mais adaptada ao neoliberalismo, pois o TUC, ao atuar de maneira burocrática, buscou uma política mais acomodada “à necessidade de modernização” dos organismos sindicais, com a implementação das formas de “parceria” com o capital, tendo como eixo da sua ação a necessidade de qualificar a força de trabalho do Reino Unido (ANTUNES, 1999). Esta busca de parceria com o empresariado para qualificar a mão de obra, junto com o discurso neoliberal, transformou o sindicato em um agenciador e promotor de mão de obra.

socialismo real e à crise das Ciências Sociais (e do marxismo), correspondeu à formação de uma concepção “milenarista” (o fim de tudo, e a existência de uma única alternativa), o que “desobrigou” a ação sindical da defesa constante do programa socialista.

As demandas que envolveram as mudanças na ação sindical englobaram as discussões sobre o papel histórico do sindicalismo na sociedade e, contemporaneamente, envolveram as discussões sobre a crise que percorreu a ação sindical. Esta ação, ao se desenvolver para colocar em igualdade aqueles que são desiguais, sempre enfrentou o dilema entre ser radical na defesa dos trabalhadores e assumir a postura leninista, ou ser reformista e assumir a postura proposta por Bernstein. Esta polêmica clássica passou nesta época de crise do movimento sindical – século XX – a se desdobrar, para ir além dos limites corporativos. Este deslocamento da polêmica ocorreu porque os acontecimentos históricos de crise do marxismo, de crítica ao stalinismo, a identificação do leninismo com o autoritarismo soviético, como elementos conectados à dinâmica da luta de classes, permitiram ao sindicalismo um distanciamento destas questões.

Com a crise e a ação que passou a ocorrer, a liberação dos debates correspondem a uma ação em que a adaptação deixa de ser um problema político e passa a ser a solução da crise sindical.

Para além dessas questões que envolvem a lógica leninista ou reformista, ou ainda a organização institucional e corporativa, a ação sindical expôs uma lógica individualizante, a partir do senso comum conservador que atingiu o sindicalismo, fazendo-o assumir posturas, tais como negociar demissões, assumir o incentivo aos programas de demissões voluntárias, propor salários abaixo do mínimo oficial na tentativa de incentivar novas vagas no mercado de trabalho.

A crise e esse senso comum conservador liberaram o sindicalismo das ações estratégicas e políticas, como a defesa da opção socialista ou socializante para os destinos da sociedade. Isto ocorreu via o deslocamento que este senso comum (ou esta ideologia neoliberal) realizou na ação sindical e no ideário coletivizante. A propagação da “concepção de que não há alternativas”, ou de que a única alternativa possível seria aquela colocada pela ação que realiza o indivíduo em detrimento do coletivo, promoveu a

liberação no interior do movimento sindical de posturas liberais e mercadológicas, como a única forma de ação aceitável, passando ser a manifestação política²⁶ do movimento sindical.

2.2.1 A adaptação neoliberal

A caracterização da adaptação sindical que estamos trabalhando nesta tese não corresponde ao reformismo social democrata, ou às caracterizações do processo de institucionalização da ação das organizações operárias. Trabalhamos com uma definição de crise que indicou a contradição como o elemento principal e não como uma disfuncionalidade institucional. Diferente do que está posto classicamente na ação da social democracia (PRZEWORSKI, 1991), esta adaptação não correspondeu à adaptação da ação sindical em uma atuação reformista, mas satisfaz a acomodação ao aparato dentro da conjuntura neoliberal.

Houve momentos de paralisia, de participação em pactos que elevaram o dissenso interno, de oposição ao governo e sua política de flexibilização, e de defesa do governo identificado com o programa cutista. Dentro desta trajetória, a crise se manifestou como uma acomodação ao aparato estatal, primeiro ideológica e depois institucional. Não se manifestou como uma disfuncionalidade que retiraria dos sindicalistas e da ideologia a importância plena que eles possuem neste processo. Ao contrário, essa crise revelou que a adaptação foi, ao longo dos anos 90 e início dos 2000, a institucionalização que promoveu a acomodação do sindicalismo cutista ao aparato estatal.

Dessa forma, nos aproximamos de Armando Boito Jr. (2002). Em primeiro lugar, porque suas definições sobre a estrutura sindical, e mais

²⁶ A negociação da desigualdade é a razão de existir dos sindicatos e o seu limite que se aprofunda em momentos de crise da sociedade em que a negociação fica confinada à manutenção ou ampliação do *status quo*. Já o papel político que o sindicato poderia cumprir dentro da história do movimento operário tem sido ocupado pelo partido político e é esta dialética negociação-poder político-desigualdade que impõe ao movimento sindical as limitações da própria ação. A partir do fim da Segunda Guerra Mundial e o fortalecimento do Estado interventor o sindicato atuou nos marcos deste limite e tangenciou as polêmicas clássicas, que assumiu ares de disputa interna sendo pontualmente extrapolada. Mas, o que prevaleceu foi este movimento que levou a um estreitamento economicista da ação sindical.

recentemente sobre o sindicalismo atomizado, localizam a ação sindical como uma manifestação da luta de classes. Em segundo lugar, porque considerou que a Estrutura Sindical Oficial brasileira, objeto de muitas críticas, foi criada para manter o controle do Estado burguês sobre o sindicalismo. E em terceiro lugar, porque indicou os propósitos implícitos pelo desenvolvimento da ideologia como mantenedores desta relação no interior do sindicalismo e fora dele. Ele retoma, assim, algumas lógicas analíticas do marxismo, importantes para a análise desenvolvida nesta tese.

A ideologização necessária para a assunção de uma prática cotidiana dentro dos sindicatos e da CUT envolveu a aceitação da normatização legal sobre os sindicatos. Se, antes de 1988, esta normatização ocorria através do executivo, após 1988, com a Constituição, ela continuou ocorrendo, e desenvolveu-se a partir do judiciário (BOITO, 2002, p. 71). A normatização é composta pela manutenção das cobranças das taxas e imposta pela relação política e ideológica, o que dentro do poder judiciário se revela como aparentemente neutra. Esta seria, dentro da lógica apresentada acima, a relação que o aparato estatal e a ideologia mantém para controle dos movimentos sociais.

A explicação passou por entender o peso que a Ideologia, na visão gramsciana, possui na análise dessa aceitação da normatização. Esta foi diferente da adaptação social democrata europeia, que se realizou em nome de conquistas de espaços políticos e ganhos materiais significativos. Desta forma, esta adaptação ocorreu sem conquistas materiais e não corresponderia à defesa da ação social democrata, pois inseridos na adaptação que vai ocorrer no final do século XX, ocorre em uma conjuntura de regressão dos direitos. Os ganhos materiais advindos desta participação são distintos dos processos característicos da social democracia europeia nos anos 70.

Como já demonstramos anteriormente, essa ideologização, nesta etapa tardia (MANDEL, 1985) ou pós-fordista (HARVEY, 2001), obedeceu ao incremento do senso comum conservador e individualizante e possui, portanto, como elementos centrais:

- a participação em espaços tripartites;
- a incorporação ao governo, via a participação de sindicalistas e a defesa das ações governamentais;

- a flexibilização das leis trabalhistas e em decorrência destas o advento da Participação nos Lucros e Resultados, a PLR, como a manifestação material deste processo de adaptação;
- a ação sindical atomizada ou fragmentada, que marca o sindicalismo deste fim de século XX e início de século XXI.

Como defendemos que os conceitos de ideologia e crise são correspondentes e fazem parte do movimento dinamizador do social, o elenco acima somente faz sentido para o entendimento da adaptação e assunção da ideologia neoliberal no sindicalismo cutista, se forem entendidos na sua totalidade.

O item flexibilização expressaria o processo que, dentro da crise do sindicalismo, ora organizou os trabalhadores para movimentos reivindicatórios corporativos, ora significou a aceitação de processos de cooptação. Entre o local de trabalho e as relações com a patronal e o Estado, o sindicalismo enfrentou um processo intenso de agregação, que foi sendo alicerçado por um senso comum conservador e reducionista, como se não houvesse saídas ao movimento. O impacto causado pelo processo denominado reestruturação produtiva, que envolveu uma racionalização maior do trabalho nos grandes espaços produtivos, mais ligados à indústria de ponta, como a indústria automobilística, não possibilitou reações contrárias do movimento sindical a estas mudanças.

Envoltas ao discurso da qualidade e da organização racional, tais medidas foram incorporadas ao cotidiano do trabalho sem que o sindicalismo estivesse preparado para atuar contrariamente a sua implantação²⁷. A aceitação deste processo caminhou paralelamente dentro das bases sindicais, com o desenvolvimento de ações mais corporativas e setoriais.

O último item da adaptação – a ação atomizada – corresponderia ao processo de desenvolvimento de um sindicalismo setorial. Minimalista na sua manifestação, ele “pode ser chamado de setorial justamente porque ele se estabelece independente da regulamentação estatal da vida sindical e procura, na verdade, romper com essa regulamentação” (BOITO, 2002, p. 84). Da mesma forma, na Europa nos anos 80 se desenvolveu um processo de

²⁷ Antunes (1997), Alves (1998) e outros são autores que demonstram o impacto destas modificações na organização do trabalho fabril e sua relação com a crise do sindicalismo.

negociação que envolvia as discussões estruturais da economia e reuniam todos os envolvidos. O processo de negação da confrontação foi justificado, aos moldes da social democracia, na busca da negociação para adaptar e assim para conquistar. Desta forma, dois momentos se manifestam no sindicalismo europeu de modo geral: o neocorporativismo e o distanciamento que opôs setores e sindicatos que atuavam em torno de uma mesma plataforma.

O neocorporativismo europeu se manifestou como uma institucionalização das relações de classe, no marco das decisões mais gerais da economia e se manifestou dentro de um processo em que estas discussões ocorriam estruturalmente.

Entendemos que esse processo atomizador se realiza no Brasil, principalmente com o advento da PLR, mas não pode ser relacionado com o neocorporativismo, pois as negociações estão se desenvolvendo no plano da flexibilização, quando as negociações indicam cada vez mais a aceitação dentro dos setores das categorias e não via as decisões superestruturais e institucionais.

Segundo Galvão (1998, p. 93), essa atuação foi “saudada” como uma manifestação do neocorporativismo; mas, entendemos que, embora as Câmaras setoriais tenham com esta manifestação algumas afinidades, elas deram margem para o aparecimento de um sindicalismo fragmentário. Como uma tendência em curso dentro do processo de mudança na ação sindical cutista, este sindicalismo fracional se manifestou com a instalação das Câmaras setoriais:

[...] ao mesmo tempo em que a câmara setorial unifica alguns segmentos de trabalhadores, e ela pulveriza a ação de metalúrgicos pertencentes a uma mesma base sindical: não se trata mais dos metalúrgicos do ABC, mas dos metalúrgicos do complexo automotivo. E, a partir da câmara setorial, as negociações passam a envolver, separadamente, os metalúrgicos das montadoras, das autopeças, das empresas de bens de capital, até o momento em que finalmente, a unidade de negociação se reduz a própria empresa (GALVÃO, 1998, p. 94).

Essas denominações possuem um significado dentro da crise: enquanto o corporativismo se manifesta dentro do que consideramos um sindicalismo modelar; o neocorporativismo é uma manifestação conjuntural

dentro do arcabouço da social democracia; e o sindicalismo setorial é a manifestação da recusa relativa do acordo corporativo. Relativa, porque esta manifestação de um sindicalismo atomizado vem acompanhando a manutenção da estrutura sindical oficial, ou seja, a manutenção da legalidade corporativa. Mesmo que a Lei que trata do reconhecimento legal das Centrais tenha mudado o sentido da legalidade e normatização, esta ação setorial é a expressão do fim da crise cutista. Como o entendimento entre as partes passa a ser mais setorial ou intrassetorial, dentro da tendência da crise do sindicalismo cutista, é uma manifestação da mudança da ação.

Esta passa a ser a revelação da idéia de que a negociação ocorrerá cada vez mais particularizada, localizada no âmbito da fábrica. Esta localização particularizada é uma característica da fase descendente, e a resposta neoliberalizante da crise da ação modelar.

3. AS MUDANÇAS NA AÇÃO SINDICAL E OS CONCURSOS

A CUT entende que não pode haver pacto entre desiguais e que nesse tipo de pacto os trabalhadores só têm a perder. Por isso a CUT se manifesta firmemente contra qualquer tentativa de acordo ou pacto que tenha por objetivo retirar conquistas ou restringir a liberdade que a classe trabalhadora deve ter para avançar nas suas conquistas. Apesar de todo este esforço da burguesia, não foi possível deter o avanço das lutas e da CUT (3º. CONCURSOS, 1988, p. 18.).

O fim da ditadura militar no Brasil foi marcado por mobilizações de massa, como a campanha das Diretas Já, que agitaram o cenário político e elevaram a capacidade de mobilização dos movimentos sociais em geral. O movimento sindical participou deste processo, capitaneado pelas mobilizações do ABC paulista e pelo surgimento da CUT (Central Única dos Trabalhadores). Ele se fortaleceu nos anos que se seguiram, e passou a ser um dos responsáveis pela mobilização dos trabalhadores brasileiros. Esta conjuntura de mobilizações sociais elevou a CUT à posição de protagonista das reivindicações trabalhistas e das críticas à estrutura sindical oficial. A CUT assumiu também uma posição contrária às sucessivas políticas governamentais que ocorreram a partir da democratização.

Essa conjuntura fez do sindicalismo cutista um sindicalismo modelar – aglutinador, organizador e massivo. Era um sindicalismo que se propunha renovador e crítico em relação ao *status quo* vigente. Esta idéia de uma prática renovada era tão forte que este foi denominado de o “novo sindicalismo”.

A imagem de um sindicalismo afastado dos mecanismos de controle da estrutura sindical oficial percorreu todo o período das mobilizações nos anos 80. A noção de que surgia algo “novo” podia referir-se tanto ao surgimento da CUT, com uma organização centralizada com estatuto próprio, como ao desenvolvimento de uma prática “nova” em relação ao sindicalismo oficial do período anterior – “pelego”, antidemocrático e submetido à intervenção do regime militar.

Fundada em 1983, a CUT se distinguiu desse sindicalismo “oficial” por buscar organizar massivamente os trabalhadores em manifestações

públicas e contrárias à situação em que viviam nos seus locais de trabalho, de moradia e de lazer. Era uma nova prática, que reivindicava publicamente, e estava associada ao aparecimento desta ação sindical. Liberdade, autonomia, organização pela base, oposição ao governo, solidariedade às mobilizações dos trabalhadores em geral, à organização nos bairros, onde estivesse a oposição ao sindicalismo oficial, eram questões comuns dentro das proposições cutistas.

A mobilização pelo fim da ditadura e as greves no período fomentavam o sentimento de que surgia uma ação coletiva que transcenderia a ação política de esquerda, marcada pelo viés burocratizado dos Partidos Comunistas (PCs). A fundação do Partido dos Trabalhadores foi um elemento decisivo para o desenvolvimento deste sentimento. A militância partidária e de apoio às oposições e às ações ligadas à central recém-fundada se confundiam. Setores do movimento estudantil participavam destes dois espaços com a tranquilidade de quem está no seu espaço político, sem se preocupar com as manifestações de recusa desta participação que veladamente apareciam. Era uma conjuntura em que participar das manifestações cutistas era uma forma de se manifestar contra a ditadura.

A idéia do novo estava relacionada com a fundação da CUT. Esta fundação foi resultado de uma polêmica intensa dentro do movimento sindical brasileiro opondo os sindicalistas “autênticos” – que fundaram a CUT – e os “pelegos” – que eram ainda representantes das intenções ditatoriais dentro do sindicalismo. Assim, o surgimento de um “sentimento” de ruptura com o passado burocrático do sindicalismo correspondia ao que Leila Maria da Silva Blass (1999, p. 36) escreveu:

Dirigentes e militantes sindicais de um lado, e pesquisadores de outro, iluminam de tal modo às práticas sindicais que se instauraram neste País, nas últimas décadas, que acabam ofuscando as tradições políticas e culturais. Além disso, colaboraram para ocultar algumas experiências emblemáticas de luta que fazem parte da memória histórica e do processo de formação das classes trabalhadoras no Brasil.

Esse sentimento era tão forte que seis anos após a fundação da CUT, o seu 3º. Concut ainda o expressava:

A CUT foi construída pela classe trabalhadora, e só por ela, e sempre enfrentou uma feroz e intensa repressão por parte das classes dominantes. A CUT representa uma ruptura com o populismo sindical que manobrava as massas através de promessas assistencialistas e demagógicas para dar sustentação política ao governo. É uma ruptura com o reformismo que limita as reivindicações e conquistas aos limites permitidos pelo governo e pelos patrões. É uma ruptura com o peleguismo que vive à custa do imposto sindical, sob o mando do governo, e que dá as costas para a classe trabalhadora. **Enfim, a CUT rompe com todas as formas de conciliação de classes que estiveram presentes nos momentos mais importantes da história brasileira deste século** (RESOLUÇÕES DO 3º. CONCURT, 1988, p. 24, grifos nossos).

O surgimento de um sindicalismo diferenciado em relação ao sindicalismo burocratizado, realizado pelos Pcs ou pelos sindicalistas ligados ao aparato oficial, correspondeu à necessidade de se distanciar do Ministério do Trabalho e do governo autoritário. Esta concepção veio acompanhada da crítica à estrutura sindical oficial e foi sendo organizado um sindicalismo “novo” e crítico, distante das antigas práticas – clientelistas, burocráticas, cerceadoras das oposições.

Essa manifestação se revelou, ao longo do tempo, não como o novo, pois, em relação às antigas práticas sindicais, o “novo” sindicalismo não significou uma revolução *in totem* no desenvolvimento de uma ação sindical democrática, organizadora e aglutinadora dos trabalhadores na base. As dificuldades de organização das Organizações por Local de Trabalho (OLTs) e as relações entre as oposições sindicais cutistas, durante os anos 90, impediram essa renovação. Por exemplo, no 5º. Concut encontramos a seguinte afirmação:

A maioria das resoluções da CUT sobre OLT ficou no papel. Acreditamos que ficou somente nas intenções em razão da incompreensão do papel das OLTs e pela sedução da criação de um modelo baseado nas experiências que deram certo. Por isso, a consolidação de uma cultura organizativa no local de trabalho, respeitando as experiências concretas, deve ser núcleo da estratégia da CUT (5º. CONCURT, 1994, p. 123).

Segundo Marco Aurélio Santana (1999, p. 149-150), as práticas do novo sindicalismo, apesar dos avanços importantíssimos para o sindicalismo nacional, demonstraram-se, no decorrer do tempo, limitadas para algumas tarefas que se propunham e pelas quais criticava a ação dos militantes do passado. O autor indica que a crítica à manutenção da estrutura sindical oficial e que a greve, como forma de ação, foram os elementos explicativos para que a idéia do novo fosse revestida de uma aura ideológica.

No 6º. Concut, após 9 anos da apresentação dos problemas e do significado da CUT para sua superação, encontramos a seguinte consideração:

A CUT, desde a sua fundação, **debate a construção de um novo modelo de estrutura sindical. No entanto, quaisquer iniciativas que alterem o modelo existente, dependem também de alterações na legislação. [...] Mesmo nas questões que dependem exclusivamente da Central e seus sindicatos filiados, não conseguimos avançar significativamente. As políticas que têm sido aprovadas pela Central, visando o fortalecimento das CUTs Estaduais, a construção dos ramos, a implementação efetiva da OLT e a luta pelo fim do imposto sindical têm se mostrado insuficientes para responder aos desafios do final do século. Estrutura Horizontal, Vertical, Sindicato Orgânico, Organização por Local de Trabalho e Imposto Sindical. A CUT, às vezes, parece agir como uma intersindical ou como uma federação de sindicatos, devido à falta de organicidade nas relações entre os sindicatos com as CUTs Estaduais e, destas, com a Nacional (RESOLUÇÕES DO 6º. CONCURTO, 1997, p. 33, grifo nosso).**

Dessa forma, ao concordarmos com a questão apresentada por Santana (1999, p. 147), indicamos que trataremos ao longo desta tese o “novo sindicalismo” como o sindicalismo cutista. O corporativismo, presente tanto no passado sindical oficial, como nas práticas do “novo sindicalismo”, foi uma permanência na prática sindical brasileira, que mesmo em um momento de luta política intensa, de crítica ao próprio corporativismo²⁸, não foi interrompida, pois os problemas corporativos estavam presentes, como

Não é segredo para ninguém que essa estrutura oficial impede a livre organização sindical. Não dá para se falar em sociedade

²⁸ Esta permanência é alvo de preocupações constantes de todos os matizes teóricos: desde Maria Hermínio Tavares de Almeida (1998) e sua análise calcada no desenvolvimento de grupos de interesses, até Armando Boito (1999) e sua crítica althusseriana ao sindicalismo de Estado.

democrática se os trabalhadores não puderem escolher livre e autonomamente a sua melhor forma de organização, de acordo com seus interesses de classe, com sua ideologia, concepção e prática sindical. Não haverá liberdade plena, enquanto o Estado continuar definindo regras de funcionamento para os sindicatos e interferindo em sua organização (RESOLUÇÕES DO 6º. CONCURT, 1997, p. 33, grifo nosso).

Os problemas para a organização de um sindicalismo modelar, que fugisse da lógica economicista e burocrática ligada ao corporativismo, não se manifestavam somente no passado sindical brasileiro. Esta questão compôs, junto com a ação considerada nova, autêntica, um ideário simbólico e opositor a esta permanência. No 4º. Concut, de 1991, 8 anos após a fundação da CUT, esta realidade é reafirmada:

Desde sua fundação, em 1983, a CUT cresceu a partir do combate à estrutura sindical oficial e da organização e mobilização dos trabalhadores para o enfrentamento da ditadura militar, da transição conservadora e do chamado projeto neoliberal. As mobilizações de massa e as lutas de resistência contra os ataques do capital são estratégicas como principal instrumento de defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores e fundamentais para fazer frente ao poder econômico, ao controle político e ao monopólio da informação exercidos pelas classes dominantes (RESOLUÇÕES DO 4º. CONCURT, 1991, p. 12-13, grifo nosso).

Mesmo desenvolvendo propostas tanto para a superação dos problemas, como para rever a agenda sindical ou para ultrapassar as práticas sindicais do passado, ao sempre propor a organização por local de trabalho, essa “aura” de um novo sindicalismo, não renovou a ação sindical a ponto de fazer com que os antigos problemas da ação coletiva tivessem sido superados:

[...] fábrica é um espaço onde os patrões se utilizam de todas as armas para exercer o seu domínio. A CUT quer conquistar o direito democrático de exercício da atividade sindical nos locais de trabalho e desde já ocupará todos os espaços possíveis para organizar os trabalhadores de forma independente e na defesa de suas reivindicações. A formação de comissões de trabalhadores nos locais de trabalho é uma grande tarefa para impulsionar o sindicalismo que a CUT representa. **Portanto, organizar e difundir a organização sindical massiva nas empresas é um dos principais desafios da CUT, especialmente nessa conjuntura de recessão econômica e perseguição à militância promovida pelos patrões e governo.** A tarefa histórica para impulsionar a concepção sindical classista da CUT é dar um salto de qualidade, articulando o sindicalismo de porta de empresa com a organização

dos trabalhadores dentro da empresa (RESOLUÇÕES DO 3º. CONCUR, 1988, p. 33-34, grifo nosso).

Estes problemas, encontrados na resolução acima, são característicos da fundação de uma organização operária (as polêmicas internas, burocratismo, os encaminhamentos na direção que não chegam à base, a instalação das instâncias estaduais e regionais, a manutenção financeira) e vão paralelamente acompanhando a permanência do corporativismo e, assim, revelando as contradições desta relação do passado sindical brasileiro com o novo sindicalismo:

É inegável o crescimento da CUT e sua presença nas lutas da classe trabalhadora, mas consideramos que ela ainda se encontra em processo de construção na transição por que passa o movimento sindical brasileiro. A CUT ainda convive com seqüelas de 50 anos de tutela do Estado, da CLT e do peleguismo. Uma análise mais detalhada mostra que temos importantes problemas a serem enfrentados e resolvidos, quer nas definições estratégicas e na política de organização e auto-sustentação financeira, quer nas questões de funcionamento democrático das instâncias da Central. Ainda não foi substituída integralmente à velha estrutura viciada e corporativa do movimento sindical por aquela que queremos, bem como não conseguimos implantar a contento a prática sindical aprovada nos três últimos congressos da CUT (4º. CONCUR, 1991, p. 11).

A persistência dos problemas, na organização sindical, não é exclusividade da CUT: os questionamentos sobre a relação entre a ação sindical e o Estado; a defesa do socialismo como superação; a organização democrática e autônoma são temas que persistem dentro da história do movimento sindical e fazem parte da sua razão de ser, da sua manifestação como ação coletiva, como encontramos na citação abaixo:

Devemos assinalar em cada greve a derrubada da lei antigreve; em cada luta e mobilização o exercício de uma democracia que vai além do permitido pelas leis e pela polícia da Nova República. Às reivindicações atuais de salário e emprego, ligamos as propostas de mudança mais geral, como a negação ao pagamento da dívida externa e a reforma agrária radical, pois elas dão à dimensão das transformações que nossas reivindicações exigem (2º. CONCUR, 1986, p. 7).

Dessa forma, os debates internos tinham que enfrentar essas questões além de realizar a crítica à estrutura sindical corporativa brasileira.

Em 1985 no governo de José Sarney, a CUT passou a debater uma política oposicionista. Foi assim que a ação sindical cutista se confundiu, no período, com a ação política, pois a discussão que foi estabelecida sobre a nova constituição impunha um debate voltado para a relação entre poder e sindicalismo. E com o processo constituinte começando, os debates internos relacionavam necessariamente as questões sindicais com as questões políticas:

A alternativa dos trabalhadores para a sociedade é o socialismo. Enquanto a burguesia procura canalizar para si e para dentro do seu sistema econômico o conjunto das reivindicações e propostas dos trabalhadores, nós sabemos que as “soluções” que apresenta só têm o sentido de reforçar a exploração e a dominação de classe. Por esta razão, as soluções que propomos têm o sentido de fazer avançar a consciência dos trabalhadores nas suas próprias forças e no seu projeto social. Em cada luta e nos momentos de enfrentamento mais geral, procuramos **confrontar as exigências dos trabalhadores com os limites políticos da democracia burguesa e os limites políticos do capitalismo** (2º. CONCURT, 1986, p. 7, grifo nosso).

A estreita ligação entre o político e o sindical, no período, fez das manifestações cutistas um locus apropriado de participação, para a militância em geral, que buscava na ação crítica cutista, a oposição ao passado ditatorial que persistia.

3.1 O GOVERNO SARNEY E A OPOSIÇÃO CUTISTA

A ação desenvolvida no governo Sarney foi marcada por um sindicalismopositor e crítico ao *status quo*. A intensidade da defesa de ação política classista, que faria parte do “novo” sindicalismo cutista, encontrado nos documentos, combinava as questões políticas e sindicais com a forma de ação cutista. As discussões políticas que atingiam as plenárias cutistas tinham como objetivo as demandas sindicais, mas a fronteira entre o político e o sindical estava abalada pelos acontecimentos e pela atuação massiva no processo:

Nosso objetivo, portanto, é manter e aprofundar os rumos em que vinha se desenvolvendo o movimento operário e sindical antes do pacote, isto é, o de conseguir apresentar suas propostas em conjunto, formando um todo alternativo à política das classes dominantes e o de cada vez mais ter uma **prática política de classe (e não corporativista e economicista)**. Assim é preciso **retomar as lutas, vinculando-as ao crescimento político** e organizativo do movimento, criando condições para que uma nova conjuntura de mobilizações e de confronto de projetos de classes seja estabelecida, coincidindo com o momento do processo constituinte, um período que abre um espaço do debate na sociedade que pode e deve ser marcado por este confronto de projetos e práticas de classe (2º. CONCUR, 1986, p. 7, grifo nosso).

A correlação de forças no processo constituinte diminuiu bastante os avanços dos direitos trabalhistas em relação às expectativas do movimento sindical. Ainda assim, como Boito Jr. (1999), compreendemos que foi o movimento sindical e popular e as suas ações que permitiram não só a discussão de vários projetos e subprojetos populares e democráticos, mas também as conquistas (limitadas) dos trabalhadores rurais e urbanos.

As pressões sobre o Congresso Constituinte revelavam que a CUT também se empenharia

no sentido de apoiar a eleição de uma bancada expressiva de representantes dos trabalhadores, capazes de irradiar e multiplicar a força da pressão popular sobre o Congresso Constituinte. Ou o povo brasileiro sai às ruas numa grande mobilização de massa através de suas entidades democráticas, para garantir na Constituição os seus interesses imediatos e históricos, e ainda elegendo um bloco parlamentar verdadeiramente comprometido com seus anseios de justiça [...] (2º. CONCUR, 1986, p. 22).

A “desconfiança” com a dinâmica da transição, com a promulgação da Constituinte, com o governo e seus planos econômicos e a crítica intensa à estrutura sindical oficial, foram o traço distintivo da ação cutista no período. Ser cutista significava ser oposição e observar as limitações dos processos constitucionais. No 2º. Concut, a Central apontava estas limitações e dificuldades em relação à Constituinte e incorporava a perspectiva política à ação sindical imediata. Esta relação – ação política e ação sindical – era defendida internamente e era encaminhada pelas resoluções congressuais:

A tarefa política da CUT diante da Constituinte será, de um lado, inviabilizar esta tentativa conservadora e de outro assegurar condições que permitam a mais ampla mobilização popular e as mais diversas formas de pressão política, através da luta de massas. A classe trabalhadora só pode reagir a tudo isto com luta, mobilização e pressão, para isto a CUT define: Posição política e proposta de luta: (2º. CONCUR, 1986, p. 23).

A resolução acima se divide nos itens A e B. No item A ela apresenta a concepção histórica de autonomia e faz a denúncia do teor geral da Constituição:

a) – A CUT, como entidade de luta que se esforça para abarcar a totalidade dos trabalhadores, como entidade apartidária, não apoiará este ou aquele candidato ou partido. Entretanto, tudo fará para que o processo constituinte seja alavanca de mobilização, organização e conscientização dos trabalhadores. Neste sentido, ao mesmo tempo em que denuncia o caráter antidemocrático e anti-soberano da constituinte atual, promove as mais variadas e amplas campanhas em torno das questões mais importantes da Constituinte; obriga os diferentes partidos e candidatos a se pronunciarem acerca das principais reivindicações dos trabalhadores de forma a desmascarar os falsos aliados dos trabalhadores (2º. CONCUR, 1986, p. 23).

No item B, apresenta um quesito importante deste período da atuação cutista, que é a relação direta entre as reivindicações sindicais e políticas:

b) – A CUT deve construir a participação da classe trabalhadora, a partir das lutas concretas, ou seja, nas campanhas salariais, greves, ocupações e luta pela terra, nas lutas por moradia, saúde, educação, creche, transporte etc. E articular as lutas da classe trabalhadora com as lutas gerais da sociedade (2º. CONCUR, 1986, p. 23).

Entretanto, a partir do 4º. Concut, em 1991, essa relação – a perspectiva política e a ação sindical imediata –, que havia sido defendida internamente, passa a ser questionada e avaliada como sem fundamento em relação a uma realidade em mudança e ao estado de direitos democráticos conquistados. Estes últimos tinham que ser estimulados e a participação nos espaços tripartites passaram a ser justificados. Nos cadernos do 2º. Concut encontramos esta preocupação, mas foi no 4º. Concut que a mudança foi assinalada. Entre estes dois congressos, foram 6 anos em que a mudança da ação cutista, em relação à participação nestes espaços e na crítica à estrutura, foi se processando. De uma ação opositora em relação à

Constituinte, à defesa dos avanços na implementação das conquistas democráticas que, mesmo limitadas, passaram a ser entendidas como aquelas que deveriam garantir a busca de uma:

[...] estratégia comum para o enfrentamento desses desafios, principalmente na América Latina, considerando as particularidades de cada país, **a necessidade de participação dos trabalhadores nos fóruns e organismos de decisão e o direito de acesso às informações sobre os acordos firmados entre governos ou setores empresariais.** A CUT deve priorizar o intercâmbio e a cooperação com as demais centrais sindicais latino-americanas, buscando a unidade de ação na defesa dos interesses dos trabalhadores da região, através da construção de fóruns orgânicos (4º. CONCUR, 1991, p. 32, grifo nosso).

Antes de avaliar a mudança na ação sindical característica, modelar e cutista, notamos que no 3º. Concut, em 1988, a Central ainda atentava para esta relação entre o político e o sindical, e fazia uma crítica sobre a promulgação da Constituinte, manifestando, portanto, a oposição aos fatos determinados pela ação governamental.

Foi correta a participação da CUT na constituição da Frente Nacional de Entidades Sindicais, Populares e Democráticas que, em sua declaração “A maioria somos nós”, se colocava na linha de defesa destas mesmas emendas populares e apontava a organização e luta como condição básica para a conquista do direito dos trabalhadores, além de ter afirmado que uma Constituinte que não respeitasse a vontade da Nação não seria por ela respeitada. Foi correta a denúncia incansável da CUT diante do caráter reacionário do Congresso Constituinte e frente à atuação dos parlamentares, como no episódio do cartaz denunciando os “traidores do povo”, que se transformou em um importante instrumento de pressão. Ao mesmo tempo em que procurava defender de todas as formas os interesses dos trabalhadores na Constituinte, a CUT esteve à frente da ampla maioria dos movimentos grevistas e demais formas de luta no campo e nas cidades, sendo que em 1987 mais de 12 milhões de trabalhadores entraram em greve, sob a direção ou acompanhamento da CUT (3º. CONCUR, 1988, p. 20, grifos nossos).

A CUT era reconhecida, nos anos 1980, pela sua força organizativa e aglutinadora em torno tanto das propostas políticas como também das campanhas salariais que visavam à unificação das categorias mobilizadas. Durante este período organizou greves gerais em um país em que as tradições operárias sempre foram tratadas com obscuridade, o que demonstra o seu perfil opositor.

Entre o 3º. e o 4º. Concuts a mudança foi mais extremada em relação a esta questão: da relação entre as questões políticas e sindicais e a manifestação massiva e pública desta união para a participação superestrutural nos fóruns e espaços institucionais.

Em meio a essas indicações de mudanças na ação, a CUT organizou greves gerais contra a política econômica do governo. Ao retomar ações massivas na aglutinação dos trabalhadores, como foi a Greve Geral, a CUT realizou uma ousadia política e sindical, pois enfrentou, além das forças repressoras, a opinião pública refratária às ações com um conteúdo classista.

A greve geral possui uma conotação política na medida em que gera um processo de desobediência e de quebra da aceitação, o que faz com que esta forma de manifestação provoque uma simbologia política repleta de noções de rupturas, desacordos com o estabelecido, enfim, como um grande questionamento daquilo que foi institucionalizado. A realização dessas greves gerais neste período foi marcante para estabelecer o caráter opositor e confrontacionista da CUT.

Mesmo com os problemas que estavam presentes na sua fundação, e que nos permitiram questionar o surgimento da CUT como o aparecimento de um novo sindicalismo na sua totalidade, a Central se inseriu, pela sua trajetória, na definição da ação do sindicalismo modelar. Ou seja, uma ação aglutinadora, organizativa e massiva com greves gerais, campanhas nacionais, unificação das categorias em mobilização nacional. E quando as dificuldades se aprofundaram a ponto de se afirmar que houve uma crise no sindicalismo cutista, houve uma interrupção desta inserção. A fixação da ação cutista como modelar e opositora foi diminuída pelas dificuldades de sua realização na fase descendente do capitalismo e que se manifestou na forma da crise (ou na mudança) da ação sindical cutista. Isto é, nos anos 1990, a ação cutista não realizava esta aliança, entre a ação política e a sindical, para organizar as demandas sindicais. Embora que, no período do 2º. Concut, durante o governo de José Sarney, a ação cutista ainda se inserisse no padrão de uma ação modelar, no 3º. Concut esta ação entrou em crise e, nos últimos congressos analisados – 8º. 2003 e 9º. 2006 –, esta crise modificou a forma da ação revelando a manifestação do sindicalismo institucionalizado e setorial.

Neste capítulo vamos demonstrar esta transição entre o sindicalismo cutista de cunho modelar e o questionamento da sua manifestação. O aparecimento do sindicalismo atomizado e setorial da CUT serão observados nos dois últimos capítulos.

3.2 O GOVERNO COLLOR DE MELO E OS IMPASSES CUTISTAS

Na conjuntura da eleição de Collor de Melo, a CUT foi modificando a sua trajetória. Após a polarização política do segundo turno eleitoral, em 1989, com a derrota de Luís Inácio Lula da Silva, candidato de origem popular e com um programa que aglutinava os movimentos sociais, a necessidade do movimento cutista de dar respostas no plano sindical ao surgimento de uma central, que rivalizava em termos políticos e organizativos, transformou a concepção organizativa da CUT.

Nos Concuts citados a seguir observaremos que itens como a concepção de classe e a discussão sobre a estrutura sindical oficial sofreram mudanças significativas. Nas resoluções do primeiro, do terceiro e do quarto congressos, observaremos o desenrolar desta mudança que contribuiu para o desenvolvimento da crise do sindicalismo brasileiro. Enquanto no primeiro e no terceiro Concuts, junto com as manifestações de oposição ao governo, havia a defesa da sociedade socialista, e de um sindicalismo sem conciliação e declaradamente confrontacionista, no 5º. Concut houve uma modificação nas resoluções relacionadas com estes itens.

A opção por trabalhar analisando estes três congressos correspondeu à construção de um panorama geral que eles possibilitam sobre a trajetória das decisões congressuais:

1º. CONCURTO 1984	3º. CONCURTO 1988	5º. CONCURTO 1994
<p>“A CUT leva a luta contra o governo, o Colégio Eleitoral, os patrões e se opõe às práticas aparelhistas e atreladoras da Conclat. A CUT é um pólo de resistência, de política independente dos trabalhadores” (p. 3).</p>	<p>“[...] as classes dominantes procuram incentivar o chamado ‘sindicalismo de resultados’, facilitando seu acesso aos meios de comunicação e incentivando as alianças com o empresariado. Essas iniciativas no seu conjunto visam limitar o raio de ação do sindicalismo classista, combativo e de massas e, ao mesmo tempo, tentar promover a política de colaboração de classes” (p. 17).</p>	<p>“Nessa caminhada da luta sindical, a CUT tem ampliado sua presença na sociedade e certamente assumirá, por direito próprio, a possibilidade de interferir nos rumos do país. Isso se traduz em avanços na ocupação de espaços institucionais como, por exemplo, nos diversos conselhos de controle sobre os fundos e as políticas públicas hoje existentes. [...] Assim, se a maior inserção institucional é também resultado das conquistas dos trabalhadores, a pressão institucional é a consequência inevitável do mesmo processo” (p. 27).</p>

QUADRO 1 - 1º. CONCURTO 1984; 3º. CONCURTO 1988; 5º. CONCURTO 1994.
FONTE: A Autora (2009).

No 1º. Concurto, de 1984, houve o processo de luta contra a ditadura, com o movimento de Diretas Já que reuniu todo o movimento sindical junto à sociedade civil, contra o regime político. Foi um congresso de afirmação do caráter classista e contrário à estrutura sindical oficial, tendo em vista o que esta representava. Ainda que algumas posições internas no processo de formação da CUT fossem favoráveis à participação por dentro da estrutura, o que prevaleceu foi a reafirmação de uma política de crítica radical a esta estrutura controladora e opressiva.

O 3º. Concurto, de 1988, realizado em Minas Gerais, foi o congresso que antecedeu as primeiras eleições diretas para presidente, assunto que capitaneou o debate interno. É um Congresso de transição entre uma marcha acentuada diante das mudanças de ideário, e o que viriam a ser as mudanças na ação cutista.

Esse Concurto (o 3º.) reafirmou o caráter classista da central, como foi indicado no quadro acima, apresentando-se contrário a qualquer proposta de Pacto Social. Ele ocorreu em uma conjuntura de confronto entre capital e trabalho, com manifestações e confrontos de rua. Este é ainda um Congresso em que há uma reafirmação das políticas anteriores, feitas as ressalvas

conjunturais e táticas: “Para corresponder a tal dimensão histórica, o 3º. Concut dá corpo em suas Resoluções ao compromisso e às tarefas de uma CUT classista, combativa e de massas” (3º. CONCUR, 1988, p. 23). Esta reafirmação do caráter classista, aliado à idéia de combate que, no cotidiano sindical, se confunde com a idéia de um sindicalismo confrontacionista e avesso às práticas pelegas de outrora, corroboram na denominação de um sindicalismo “novo”, aliado à idéia de uma ação oposicionista ao governo, aos empresários e de uma forma difusa contra o regime capitalista (BOITO, 1999, p. 139).

Foi entre o 4º. e o 5º. Concuts que as mudanças se intensificaram, dando início ao que ficou conhecido, na bibliografia especializada no sindicalismo cutista, como a crise da CUT. Foi um momento da transição de um sindicalismo que era modelar, tangenciava as questões políticas e era contra pactos sociais, para um sindicalismo que modificava a sua ação e seu ideário.

Nesse 5º. Concut, de 1994, os balanços são negativos quando se referem à questão de uma ação classista. São balanços, que inseridos no processo de aceitação da crise do sindicalismo, como movimento relevante para a mudança das perspectivas políticas internas, realizavam as caracterizações que indicavam a perda da força do movimento sindical. As questões organizativas deixaram o caráter político de organização e aglutinação da classe trabalhadora, e passaram a ser tratadas como questões de estruturação interna: a proposta de organização por ramos, as CUTs estaduais, regionais, e as relações financeiras com os sindicatos de base.

Foi um Congresso que demonstrou uma desvalorização da ação modelar e organizativa do ponto de vista político, que passou a dar lugar a um ideário sintético, perdendo a perspectiva de uma unidade maior entre os trabalhadores e destes com a sociedade em geral. A idéia de inevitabilidade (ver quadro acima – 5º. Concut) do processo de institucionalização ganhou força e fez com que a mudança na ação sindical, um elemento importante da crise cutista, começasse a ser justificada e efetivada. Por exemplo, em 1992, durante o governo de Itamar Franco, a instalação das Câmaras Setoriais – espaço tripartite estabelecido para realizar o debate sobre proposições em

comum para o setor automobilístico, como demonstrou Galvão (1999)²⁹ – foi à expressão da contradição e da transição, em curso, do sindicalismo de confronto para um sindicalismo propositivo. Esta mudança de uma ação defendida no âmbito das categorias com setores mais organizados, acompanhou a história da CUT nos anos 90 e implicou na participação mais efetiva nos fóruns e espaços tripartites³⁰ e:

- na realização de ações conjuntas com a central sindical neoliberal, a Força Sindical, e com o empresariado;
- no desenvolvimento de ações mais setorializadas dentro das categorias, com a defesa de conquistas e direitos de setores profissionais³¹ em detrimento da unidade entre os trabalhadores;
- na mudança na organização das greves unificadas contra os planos econômicos e que visavam à unidade dos trabalhadores dos anos 1980 para as ações dentro das categorias na defesa do emprego e do salário, características do final dos anos 1990 e início dos anos 2000.

Assim, no 3º. Concut:

São duas as características básicas que definem o sindicalismo classista da CUT: 1) a luta por atrair a maior participação possível de trabalhadores; 2) a capacidade de organizá-los, em oposição à classe burguesa. Portanto, o caráter classista da CUT implica articular as lutas imediatas com o projeto histórico da classe trabalhadora. E, nesta condição, assumir o socialismo como perspectiva geral, sempre procurando a participação de todos os trabalhadores, inclusive dos que nem sequer chegaram ainda ao sindicato, e que, infelizmente, em nosso país, ainda são uma parcela muito significativa da classe (3º. CONCURT, 1988, p. 27).

No 5º. Concut, no entanto, considera-se que:

Nos últimos anos, a ampliação da democracia no plano institucional passou e passa pelo avanço das conquistas dos trabalhadores na sociedade através da sua própria mobilização. Esta é a experiência dos trabalhadores no Brasil em relação ao direito de greve, ao direito de acesso à terra, às conquistas sociais na Constituição, às

²⁹ As Câmaras Setoriais foram estudadas por Galvão e, sobre elas, a autora afirma que foram a manifestação na base sindical do desenvolvimento de um sindicalismo fragmentado e marcado pelas negociações setorializadas (GALVÃO, 1999, p. 121).

³⁰ Estes fóruns tripartites têm sua origem na Constituição de 1988 e no anseio de setores sociais, como o sindicalismo cutista, de aumentar o estado de direitos após o período de exclusão ditatorial.

³¹ Neste sentido, acompanharemos campanhas salariais de categorias significativas dentro da CUT.

eleições diretas e à luta do *impeachment* etc. Nessa caminhada da luta sindical, a CUT tem ampliado sua presença na sociedade e certamente assumirá, por direito próprio, a possibilidade de interferir nos rumos do país. Isso se traduz em avanços na ocupação de espaços institucionais como, por exemplo, nos diversos conselhos de controle sobre os fundos e as políticas públicas hoje existentes (5º. CONCUR, 1994, p. 27).

Como já assinalamos, a CUT, como uma organização sindical, enfrentou as razões, os limites e as fronteiras do sindicato como organização dos trabalhadores.

Mas, a cada avanço na institucionalidade, aumenta a pressão da institucionalidade tanto sobre como na própria CUT. Assim, se a maior inserção institucional é também resultado das conquistas dos trabalhadores, a pressão institucional é a consequência inevitável do mesmo processo. Para resolver esse desafio, a estratégia da CUT na ação institucional, da qual os trabalhadores não podem se omitir, precisa estar subordinada à estratégia geral da Central (5º. CONCUR, 1994, p. 27).

As transformações na realidade brasileira, a partir da inserção do Brasil nas políticas neoliberais representadas pela eleição de Collor, e a abertura comercial promovida por este, aliada à necessidade do empresariado brasileiro adotar uma reestruturação produtiva como forma de organizá-la, contribuíram para a mudança na Central³². Esta transformação não impediu

³² Esta conjuntura fez com que surgisse, como forma de reverter o impacto que o surgimento da FS causou dentro do sindicalismo brasileiro, a proposta depois abandonada de Sindicato Orgânico da CUT:

“Estrutura sindical e relações de trabalho Sindicato orgânico: uma necessidade.

1. O 5º Concur, realizado em 1994, aprovou ‘a abertura de um processo de discussão sobre a transformação ou não dos sindicatos filiados em sindicatos orgânicos à Central’. A 7ª e 8ª Plenárias, cumprindo decisão do 5º Concur, discutiram esta questão e, por ampla maioria, decidiram avançar no processo de implantação do sindicato orgânico.

2. Desde a 7ª Plenária, quando foi aprovado ‘o desafio de transformar os sindicatos filiados em sindicatos orgânicos da Central Única dos Trabalhadores’ o debate sobre a ruptura com a estrutura sindical atrelada, com a estrutura CLT, voltou a ocupar o centro das preocupações dos cutistas.

3. Na 8ª Plenária, reafirmamos a ligação indissolúvel entre a construção do Sindicato orgânico e a luta pela liberdade e autonomia sindical: ‘Não será possível a construção de sindicatos livres, independentes e autônomos, de uma estrutura orgânica da CUT, do local de trabalho à estrutura nacional da Central, sem conquistarmos a plena liberdade e autonomia sindical’.

4. A história da CUT se confunde com a luta pela Liberdade e Autonomia Sindical. A própria fundação da Central se deu no marco da ruptura com os setores do movimento sindical que na época se recusaram a romper com a estrutura sindical CLT, criando uma estrutura horizontal, de classe, proibida na época pela legislação brasileira. Aquele momento já indicava a impossibilidade de criação de uma estrutura sindical unitária fora dos marcos da Liberdade e Autonomia.

5. Essa tendência se confirmou com a criação, nos anos seguintes, das duas CGTs, da Força Sindical e outras Centrais” (6º. CONCUR, 1997, p. 94).

que a rivalidade declarada entre as duas centrais (CUT e Força Sindical – FS) se manifestasse abertamente no período.

A FS³³, fundada em 1991, tem origem no sindicato dos metalúrgicos de São Paulo e se apresentava como um sindicalismo de resoluções práticas, de ganhos econômicos, diferente do sindicalismo “político” desenvolvido pela CUT. Ao se apresentar como uma ação sindical consequente e de resultados, capitaneava a tensão da mídia burguesa, junto com o apoio inicial que demonstrava às proposições e ações do presidente eleito. Ao atrair esta atenção, naquele momento, como uma manifestação sindical do “fenômeno Collor”, elevou as tensões que internamente a CUT vinha apresentando no período que se iniciava. O balanço apresentado nos cadernos de resoluções do 4º. Concut exprimem estas questões. Ser de oposição, declaradamente, mas participar de reuniões – entendimentos nacionais ou pactos sociais dependendo de quem estivesse discutindo o assunto – aparece, neste momento, contraditório como imperativo junto com a reafirmação da sua origem como o “novo” sindicalismo.

Assim, encontramos, no 4º. Concut, a seguinte consideração:

Em junho, quando o Plano Collor já apresentava suas primeiras dificuldades, o governo chamou a CUT para uma discussão, que enfrentamos exigindo a readmissão dos trabalhadores no serviço público. Isso fez o governo se retirar da negociação, alegando intransigência da Central. Em setembro de 1990, o governo volta a insistir numa negociação tripartite, desta vez acenando com a discussão de temas gerais e até consensuais, como a erradicação da pobreza. [...] Para tanto, trabalhava com o objetivo de isolar e enfraquecer a CUT, desenvolvendo um novo sindicalismo oficial, através dos adesistas do movimento sindical. **Nesse contexto, empresários e governo tentavam impor a necessidade de um “entendimento nacional”, precedido de uma trégua entre capital e trabalho. Através da tática de comparecer para disputar com governo e empresários, a CUT conseguiu impor a pauta de 13 pontos da Plenária Nacional e transformar aquilo que pretendia ser um espaço para referendar a política do governo, num fórum de negociações, em que reposição das perdas, necessidade de política salarial, assentamento de**

³³ Ao demonstrar que as posições conciliatórias dos anos 80/90 do séc. XX foram rompidas com a retomadas das lutas sindicais, Trópia (2002) realizou um estudo sobre o impacto da ideologia neoliberal dentro do sindicalismo representado pela Força Sindical. Para tal, realizou análises conjunturais e estruturais apontando para, no caso da Força Sindical, o desenvolvimento da ideologia neoliberal entre os trabalhadores, justificando a aceitação necessária, no sentido gramsciano, da hegemonização neoliberal sobre a ação sindical desta central. Neste estudo, apontou que, mesmo com a ideologia neoliberal sendo assumida pelo sindicalismo da F. S., ela continuou realizando ações características do movimento sindical – greves, manifestações conjuntas com a CUT.

trabalhadores rurais e reversão de demissão de grevistas se constituíram em prioridade de discussão (4º. CONCUR, 1991, p. 6-9, grifo nosso).

Essa participação acirrou o dissenso interno, como demonstra a resolução abaixo:

A CUT enfrentou algumas dificuldades nesse processo, pelo equívoco de setores minoritários que, desrespeitando a democracia interna, decidiram encaminhar na base contra as deliberações da Central. Assim, cada assembléia, em vez de organizar a mobilização dos trabalhadores, se transformava em reavaliação da deliberação de comparecer às negociações, disseminando a desinformação e confundindo propositalmente e de má-fé o processo de negociação com “pacto social”, fazendo coro com os patrões e o governo. A centralização do debate nesta falsa polêmica, fruto de uma concepção que restringe a atuação da Central a ações diretas e de caráter econômico, serviu a dois objetivos. Primeiro, para mascarar a incapacidade que esses setores têm para mobilizar a base de seus sindicatos. Assim, transferem seu imobilismo para o setor majoritário, que estaria “substituindo a mobilização por negociação”. Esse argumento não resiste aos fatos, traduzidos no fortalecimento da Central e no seu credenciamento junto à sociedade, bem como no sucesso das greves desse período. O segundo objetivo, eleitoreiro, consistia em precipitar a discussão interna a respeito da direção, visando o 4º Concut (4º. CONCUR, 1991, p. 6, grifo nosso).

Dar uma resposta cutista era uma necessidade, e os reveses que os trabalhadores sofriam em seus locais de trabalho – demissões com as mudanças relativas à adoção do plano Collor e com a reestruturação produtiva como nova forma de organizar a produção – fez com que a CUT adotasse uma saída de revisão de suas posições. Este recuo, aparentemente circunstancial, se transformou em uma revisão maior e estratégica; se, no 3º. Concut, a Central se exprimia como contrária ao Pacto Social, no 4º. Concut já o justificava, como está indicado nas citações acima.

Em dezembro de 1992, com o impedimento de Collor e a nomeação de Itamar Franco para a função de presidente da República, as relações com o governo, aparentemente, tomavam um rumo menos contraditório, tendo em vista o caráter nacionalista implementado pelo novo governo. Há uma relação de menor conflito no estabelecimento da agenda Brasil, na participação das Câmaras Setoriais e na relação de distanciamento que este governo estabeleceu em relação à normatização da estrutura sindical. Já a nomeação de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para o cargo de Ministro da Fazenda e

a instalação do plano real marcaram o aprofundamento deste período de transição do sindicalismo modelar cutista.

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para presidente, as relações entre o governo e a CUT foram marcadas pelo confronto e pela oposição. Mas as mudanças desde o 4º. Concut, mesmo com esta manifestação oposicionista, obedeceram ao que denominamos de processo de adaptação neoliberal e institucional, e que foram alicerçados por processos estruturais.

Estes fazem parte do momento descendente da etapa do Capitalismo Tardio e que, com características próprias, trouxeram impactos ao modo de vida, à cultura, à organização política e substancialmente à organização sindical dos trabalhadores.

3. 3. O GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E A MANIFESTAÇÃO DA CRISE DO SINDICALISMO NO INTERIOR DA CUT.

As manifestações dos elementos gerais da crise do sindicalismo atingiram mais especificamente os sindicatos que são à base da estrutura cutista e que correspondem ao seguinte conjunto de características: uma diminuição no número de filiados; dificuldades em organizar ações massivas; dificuldades de articulação para dar respostas às mudanças na organização da produção e ao advento de novas tecnologias; ao desemprego crescente; mudança na agenda sindical, com ações localizadas dentro de sindicatos e categorias específicas.

A diminuição no número de filiados é demonstrativa dessa crise, segundo Leôncio M. Rodrigues (2002, p. 30-31). Ele defende este aspecto da crise geral como um elemento determinante para a crise sindical. Para fazer esta defesa ele transformou as diferenças entre as taxas de sindicalização em uma tipologia da dessindicalização. O sindicalismo que estamos denominando como modelar – que englobaria todas as manifestações do movimento sindical, do mundo ocidental, após a 2ª. Guerra Mundial – corresponderia a esta tipologia de Rodrigues. Com a diferença de que, para

nós, caracterizar o sindicalismo como modelar corresponde também em considerar: a dicotomia Reforma ou Revolução; a razão de ser sindical; os elementos da etapa do Capitalismo Tardio.

Já a tipologia de Rodrigues combina questões estatísticas – que referenciam uma baixa sindicalização, uma média sindicalização e uma alta sindicalização – com as mudanças da tecnologia, no mercado de trabalho, nos modos de gestão das empresas. São elementos que, por sua vez, estão circunscritos às características próprias dos países em que se manifestam (RODRIGUES, 2002, p. 30-31).

Ainda para Rodrigues (2002, p. 20-21), o declínio orgânico do sindicalismo como instituição indicaria uma decrepitude finalizadora para o sindicato, frente ao seu fim histórico como uma organização clássica e típica das relações entre capital e trabalho. Por isso, os sindicatos deveriam também diminuir sua atuação frente a suas reivindicações econômicas, como se estas fossem responsáveis pela saturação das relações entre capital e trabalho (RODRIGUES, 2002, p. 297-298) e somente conseguirão sobreviver se transformarem seus objetivos racionais.

Não compartilhamos das posições de Rodrigues tanto no que se refere ao prognóstico, quanto no que se refere à crise sindical e às críticas empiristas às análises políticas. Entendemos, sim, estas dificuldades, dentro da crise geral, como dificuldades do sindicalismo modelar de dar respostas às mudanças na organização do trabalho e ao aumento do desemprego. Isto é, estas dificuldades estão relacionadas com uma ação defensiva por parte da base sindical, o que junto com elementos da etapa do Capitalismo Tardio vão configurar outras questões junto com aquelas que classicamente limitam a razão de ser dos sindicatos.

Novamente as questões sobre a origem da Sociologia, e suas indagações iniciais, percorrem o debate sobre a crise do sindicalismo. Rodrigues (2002, p. 296), é claro, se aproxima das teorizações empíricas e adota uma postura crítica às análises e postulados políticos marxistas. Para ele, a modificação necessária na razão sindical é uma forma de mutação na ação coletiva que caminharia para a transformação do movimento sindical em uma organização mais genérica quanto ao que defende e quanto a quem defende. O sindicato vem se tornando mais e mais corporativo (para nós

atomizado e setorial) ao mesmo tempo em que vêm, superestruturalmente, se aproximando de movimentos, organizações e entidades das mais variadas dimensões. Estes movimentos corresponderiam à modificação dos sindicatos enquanto instituições, levando a uma diversificação de situações, que tem na manifestação empírica estatística – os dados sobre sindicalização – sua revelação máxima (RODRIGUES, 2002, p. 299-301). Assim, ele percorreu o caminho das postulações que buscam na empiria e na crítica ao marxismo a lógica epistemológica da análise.

A ofensiva contra os direitos trabalhistas e os sindicatos impôs também **uma pauta defensiva e fragmentada**, que limitou as tentativas de unificação das lutas como, por exemplo, a campanha por um reajuste geral de 10% em 1999, que não saiu do papel e chegou mesmo a afetar a própria Campanha de Sindicalização, que, apesar de ter aumentado as filiações, não chegou a deslanchar, ficando longe do objetivo de 500 mil novas sindicalizações. O percentual de sindicalização na CUT, desde o 6º Concut, caiu de 34,60% para 31,40%. Com exceção dos ramos vestuário, difusão artística e cultural, transporte, rural e técnico, em todos os demais a situação manteve-se a mesma ou houve uma redução do percentual. Até março de 1999, a queda **vinha sendo acentuada. A partir dessa data, o percentual médio estabilizou-se em torno de 31%. Fica evidente que a campanha de sindicalização, iniciada em março de 1999, conseguiu estancar a queda, em um contexto de enormes dificuldades nas negociações coletivas, deterioração das condições de vida e trabalho e de queda na sindicalização em praticamente todas as partes do mundo** (7º. CONCURT, 2000, p. 26, grifos nossos).

Um outro elemento da crise do sindicalismo foi à mudança na agenda sindical e a defesa de reivindicações de cunho democrático e universalizante. Como a ênfase foi à afirmação de uma pauta defensiva, o problema na CUT era promover mudanças na ação sem trair o ideário fundador – autonomia, liberdade, defesa do socialismo e de um sindicalismo classista e opositor. Preocupar-se com mudanças, sem precipitar o rompimento com o que era original e distintivo desde a sua fundação, levou a intensificação das ambiguidades presentes na ação sindical (RODRIGUES, 1997, p. 234-236).

Apesar da rotatividade e a informalidade do mercado de trabalho brasileiro, já existente nos anos 1980, o sindicalismo cutista se organizou e cresceu. O corporativismo e o perfil pulverizado do sindicalismo brasileiro naquele período não impediu o avanço da CUT. A drástica redução da inflação deslocou a agenda do movimento sindical. Durante o longo período de inflação alta, nos concentramos na defesa do salário e do poder aquisitivo, não

dávamos prioridade aos outros temas da agenda (6º. CONCUR, 1997, p. 19-20).

A defesa de reformas universalizantes se aliou a uma plataforma socialista com a defesa dos valores universais, que, porém, vão reafirmar as lutas estruturais em um patamar crítico, mas não na perspectiva da meta leninista. Estas lutas passaram a ser defendidas enquanto reformas políticas para o Estado, propostas feitas sob o regime capitalista de produção, sem se ater ao seu caráter dentro da pauta de reivindicações.

Contraditoriamente, com fim da ditadura e a redemocratização surgiram novos atores sociais e a luta sindical já não tem o caráter intrinsecamente democrático de enfrentamento com a ditadura militar. Além disso, as agendas nacional e sindical se tornaram mais abrangentes e complexas (reforma do estado, abertura econômica, reestruturação e desemprego tecnológico, terceirização, deslocamento de plantas produtivas, crise bancária, sucateamento dos serviços públicos etc.), colocando novos desafios para os sindicatos (6º. CONCUR, 1997, p. 19-20).

A crise da ação modelar, expressa na dificuldade de aglutinar e organizar, foi sendo resolvida com a adoção de um discurso universalizante – como observamos nas resoluções do 6º. Concur –, que possibilitou uma saída geral para a crise sem corromper o caráter propositivo e o caráter de unidade com os movimentos sociais:

[...] assumindo o papel de protestar contra as injustiças e buscar remédios para males ocorridos, é preciso aperfeiçoar a organização sindical, articular os setores democráticos e populares, investindo ao mesmo tempo na ampliação dos espaços democráticos de participação popular. Na relação com o governo, é fundamental exigir abertura, transparência e participação popular. Nas relações de trabalho, a cidadania exige a implantação de pressupostos consolidados internacionalmente, em documentos da ONU, como a declaração dos Direitos Humanos e diversas resoluções saídas das conferências sociais desta década, além das convenções basilares da OIT, como as de nº 87, 98 e 151, entre outras. Essa é a base da luta por relações democráticas de trabalho, desenvolvida pela central nos últimos 14 anos, exigindo a implantação da organização dos trabalhadores no local de trabalho e um contrato coletivo nacionalmente articulado [...] (6º. CONCUR, 1997, p. 40).

Ainda que muitos movimentos sociais realizassem ações efetivas, como ocupações e enfrentamentos com aparato repressivo, como o MST³⁴ no campo, as proposições que unificam estes e outros setores do movimento social – estudantis, juventudes, mulheres, étnicas –, junto com o movimento sindical cutista, ficaram no plano de um redescobrimto constante do discurso universal. Este redescobrimto justifica proposições clássicas no movimento sindical, mas também, e principalmente, pragmáticas. Isto fica claro nas resoluções citadas a seguir:

Essas diretrizes de políticas de desenvolvimento, orientadas a gerar empregos e renda, exigem ações sindicais concretas nas seguintes direções: **Pressionar o governo, junto a todos os setores democráticos e populares, a reorientar a política econômica direcionando-a a promoção do crescimento econômico com equidade social, ambiental e regional. [...] Criar um Fundo Nacional de Geração de Emprego e Educação Profissional, constituído a partir da totalidade dos recursos do FAT, do “Sistema S”, dos recursos atualmente destinados aos fundos de promoção regionais (Sudam, Sudene, Finor etc.) e de uma taxa adicional média aplicada sobre as importações dos produtos de consumo e intermediários (exceto para bens de capital).** Essa taxa deve ter um valor máximo e variar de acordo com a participação dos produtos importados na produção nacional. Esse fundo será gerido de modo tripartite e será responsável pela aplicação das políticas públicas orientadas à reciclagem profissional, à intermediação de mão-de-obra, ao seguro-desemprego e pela política de geração de empregos (6º. CONCURT, 1997, p. 43-44, grifo nosso).

Neste mesmo documento encontramos:

Fortalecer o Fórum Nacional de Luta (FNL) e uma política de alianças com os setores da sociedade brasileira que se opõem às políticas neoliberais. Considerando que a atuação da CUT sempre se pautou pela combinação da luta de massas com a luta institucional. Considerando a definição pelo 4º, 5º e 6º Concuts de uma estratégia de **resistência propositiva** e de uma política de alianças com os movimentos sociais e com os partidos políticos de oposição para forjar uma alternativa ao governo neoliberal e suas políticas (7º. CONCURT, 2000, p. 52-53, grifo nosso).

A idéia de uma resistência propositiva, aliada ao discurso universalizante nos anos 2000, se transformou na ascensão da única saída

³⁴ Dossiê: Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil. **Revista Idéias**, ano 9, n. 1, 2002. Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

possível³⁵. Tendo ainda como tarefa juntar forças dentro do movimento sindical para dar representatividade às propostas eleitorais com as quais havia identificação, as resoluções apontaram para uma conjunção de esforços que deu vitória a Luís Inácio Lula da Silva (Lula), em 2002:

[...] meados dos anos 1990, uma ampla unidade política e organizativa através do Fórum Nacional de Lutas (FNL), espaço fundamental para organizar e mobilizar as organizações populares na luta contra o retrocesso econômico e social causado pelo projeto neoliberal. A marca do Fórum Nacional de Lutas foi à resistência ativa contra o neoliberalismo no Brasil. Este processo de luta abriu espaços políticos, contribuindo para a vitória eleitoral da frente popular e democrática encabeçada pelo companheiro Luiz Inácio Lula da Silva (8º. CONCURTO, 2003, p. 45).

Em relação ao governo de FHC, a CUT manteve o seu caráter opositor. A denúncia constante das ações do governo FHC é intensa. No entanto, as tentativas de organização contra o desemprego enfrentaram o momento de estabilização da moeda e as dificuldades de organização para a ação de categorias importantes dentro da CUT, como era o caso do funcionalismo federal. Estes aspectos – a estabilização da moeda e a dificuldade organizativa – como elementos da crise geral do sindicalismo modelar foram também enfrentados na CUT. Assim,

As direções da Central, em nível estadual e nacional, eleitas em 1994, enfrentam de saída um novo plano de estabilização econômica. A reação foi a campanha “Parece pesadelo, mas é real”, denunciando o crescimento dos preços, o valor insignificante do salário mínimo e o uso eleitoreiro do plano. **A avaliação incorreta do Plano Real, classificando-o como sendo apenas um plano eleitoreiro contribuiu para isolar a CUT, colocando dificuldades para apontar os rumos da resistência e definir um Plano de Lutas capaz de enfrentá-lo de forma mais abrangente. Na medida em que crescia a aceitação do Plano, aumentavam as dificuldades da campanha.** O sucesso inicial da estabilização econômica resultou em apoio popular e na conseqüente eleição de FHC. O desemprego, as altas taxas de juros e a recessão, denunciados na campanha, só apareceriam mais tarde, no primeiro ano do governo FHC. Repetindo o quadro dos planos anteriores, a CUT e os sindicatos encontraram dificuldades no início da

³⁵ A concepção de que só há uma saída frente à falta de alternativas corresponde à assunção da ideologia neoliberal, em seu momento aparente e justificador da falta de alternativas, apresentadas no primeiro capítulo.

implantação do Real, até para organizar campanhas salariais. **Apesar disso, algumas categorias conseguiram se mobilizar, como é o caso dos petroleiros, realizando uma greve extremamente forte.** Enquanto outros setores, como os funcionários públicos federais, só conseguiram mobilizar depois de mais de um ano, apesar da ausência de reajuste salarial no período (6º. CONCURT, 1997, p. 26, grifos nossos).

Ao buscar na universalidade um rigor político com a preocupação de se definir como oposição, a CUT mistifica a sua ação. Não nega o passado, mas o repele na ação efetivamente desenvolvida. Isto fica claro no 7º. Concut, quando foi anunciada uma ação mais adaptada e de cunho neoliberal, justificada pela mudança da agenda, mas que ainda apresenta a perspectiva universal e aglutinadora:

A principal marca da atual gestão foi à afirmação de uma nova agenda sindical, a agenda de uma CUT cidadã. Desenvolveu-se a partir das resoluções políticas do 4º e 5º Concuts, nos quais foi definida **uma estratégia de resistência propositiva ao neoliberalismo e da necessária vinculação dos interesses dos trabalhadores assalariados do setor “formal da economia” aos interesses dos mais amplos setores da classe trabalhadora e do povo oprimido. Uma nova agenda capaz de reconhecer e representar aspirações e necessidades do trabalhador para além do salário** e que, em função de suas diferenças, seja de idade, sexo, raça, procedência, escolaridade etc., sofre de forma diferente o impacto do desemprego, da diminuição de direitos e da exclusão (7º. CONCURT, 2000, p. 24, grifo nosso).

Mesmo que faça parte da relativa junção do ideário e crie uma mistificação da ação de resistência, a idéia de uma nova agenda para organizar as reivindicações do movimento sindical foi uma manifestação tangencial para as contradições que envolviam os impasses da crise. A idéia que se seguia era de que a mudança na agenda daria conta da nova realidade produtiva e econômica, possibilitando ao sindicalismo resolver adequadamente suas alternativas e atribuições relativas às dificuldades de aglutinar os trabalhadores, ao avaliar como o desemprego, a precarização e o aumento do trabalho informal, dificultavam a ação sindical modelar. Estes elementos da crise geral seriam resolvidos com a mudança na agenda sindical. A questão a se observar é que a agenda não agregou elementos, ela ficou restrita. Segundo Krein (2006, p. 243.), esta minimização na pauta de reivindicações foi um elemento importante para se pensar às mudanças na

ação sindical. Mais ainda, foi reveladora de uma lógica de aceitação da diminuição da presença do Estado nas relações entre capital e trabalho.

Esta aceitação corresponderia, na lógica apresentada nesta tese, à aceitação da ideologia neoliberal dentro do sindicalismo, como um consentimento. A individualização equivaleria, neste aspecto, à aceitação de benefícios compensatórios, que aliam tanto os aspectos universalizantes com a lógica da liberalização e da negociação neoliberal, como a idéia de que resoluções de conflitos se dão no “âmbito de algumas categorias profissionais”.

O sindicalismo desenvolvido pela CUT possui estas características: atomizado nas negociações – como foram as câmaras setoriais –, proclamatório nas decisões, propositivo mesmo sendo oposição ao governo, e com uma ação intracategorias, especificando a atuação sindical.

Na relação com o governo, **é fundamental exigir abertura, transparência e participação popular. Nas relações de trabalho, a cidadania exige a implantação de pressupostos consolidados** internacionalmente, em documentos da ONU, como a declaração dos Direitos Humanos e diversas resoluções saídas das conferências sociais desta década, além das convenções basilares da OIT, como as de nº 87, 98 e 151, entre outras. **Essa é a base da luta por relações democráticas de trabalho, desenvolvida pela central nos últimos 14 anos, [...]** a mobilização dos trabalhadores com a ocupação de espaços institucionais (Codefat, o Conselho Curador do FGTS, o Conselho de Seguridade Social e o Conselho Nacional do Trabalho), de negociação ampla com o governo e o patronato, **disputando, em contraposição às organizações e propostas patronais, influência junto à sociedade. Inicialmente, lutando pela definição do princípio da representatividade como requisito básico de representação**, ao lado da abertura para negociação na definição de todas as políticas que sejam do interesse da classe trabalhadora (6º. CONCUR, 1997, p. 40, grifos nossos).

Neste 6º. Concut, ainda que estivesse em franca oposição, a CUT mantém a postura propositiva, aliando-a ao quesito da representatividade que, mais tarde, em 2007, no Fórum Nacional do Trabalho e, em 2008, com a Lei de Reconhecimento das Centrais, passou a ser peça chave para garantir o espaço que o novo sindicalismo sempre defendeu que possuía pelo seu passado de lutas e oposição.

A idéia de uma nova agenda sindical, vinculada à mudança para a ação propositiva, desenvolveu-se a partir das resoluções políticas do 4º. e 5º.

Concuts, nos quais foi definida uma estratégia de resistência propositiva ao neoliberalismo, através da vinculação dos interesses dos trabalhadores assalariados do setor “formal da economia”, aos interesses mais amplos de setores da classe trabalhadora e do povo oprimido.

Uma nova agenda capaz de reconhecer e representar aspirações e necessidades universais não corrigiu as disparidades nos encaminhamentos e na crise cutista. No 6º. Concut, as resoluções apontavam tanto para as questões gerais, como para a crise. No entanto, a menção ao significado da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) foi expressiva, para as conquistas efetivas dos trabalhadores no período, da mudança na ação:

Todas as categorias profissionais que realizaram campanhas neste período encontram grandes dificuldades diante da política de reajuste “zero” do governo e patrões, além da tentativa de retirar direitos dos acordos. **Poucos têm conseguido a reposição integral da inflação, mesmo com greves. As pequenas conquistas obtidas têm sido na Participação nos Lucros e Resultados. Não existe uma preparação antecipada das campanhas. Reagimos de acordo com a conjuntura imediata, sem uma reflexão maior para o longo prazo.** Muitas vezes, aprovamos campanhas absolutamente corretas e encontramos dificuldades para acompanhar a sua execução, devido à debilidade de organização na estrutura (horizontal e vertical) da CUT. Em outras ocasiões parece haver um descompasso entre uma campanha proposta pela Executiva Nacional e as necessidades dos sindicatos filiados (6º. CONCUR, 1997, p. 30, grifo nosso).

3.3.1 A crise cutista durante os anos FHC

Além dos elementos gerais da crise do sindicalismo apresentados acima, temos os elementos específicos da crise da CUT que vão dar o contorno necessário para o desenvolvimento do que estamos denominando como a ação sindical diferenciada.

As tentativas governamentais de estabelecer uma relação aproximada com a CUT até a ambiguidade entre ser oposição e desenvolver uma política propositiva acompanharam a história da CUT nos anos 90.

Esses impasses intensificaram os debates internos, acirrando as polêmicas entre os defensores – majoritariamente a direção – e os setores contrários aos apelos de pactos e entendimentos, e defensores da ação

estratégica e mobilizadora. Em relação a isto, a lógica da defesa da ação cidadã, de cunho universalizante, e o desenvolvimento de uma ação sindical propositiva vão compor as resoluções do 5º. e do 6º. Concuts.

No 5º. Concut sua justificativa e sua defesa se apresentam:

Nos últimos anos, a ampliação da democracia no plano institucional passou e passa pelo avanço das conquistas dos trabalhadores na sociedade através da sua própria mobilização. Esta é a experiência dos trabalhadores no Brasil em relação ao direito de greve, ao direito de acesso à terra, às conquistas sociais na Constituição, às eleições diretas e à luta do *impeachment* etc. **Nessa caminhada da luta sindical, a CUT tem ampliado sua presença na sociedade e certamente assumirá, por direito próprio, a possibilidade de interferir nos rumos do país. Isso se traduz em avanços na ocupação de espaços institucionais como, por exemplo, nos diversos conselhos de controle sobre os fundos e as políticas públicas hoje existentes. Mas, a cada avanço na institucionalidade, aumenta a pressão da institucionalidade tanto sobre como na própria CUT.** Assim, se a maior inserção institucional é também resultado das conquistas dos trabalhadores, a pressão institucional é a consequência inevitável do mesmo processo. Para resolver esse desafio, a estratégia da CUT na ação institucional, da qual os trabalhadores não podem se omitir, precisa estar subordinada à estratégia geral da Central (5º. CONCUR, 1994, p. 27, grifo nosso).

Da mesma forma, no 6º. Concut encontramos as seguintes considerações:

As classes dominantes colocam-se como arautos da modernidade para promover uma volta ao passado, particularmente tentando retirar as conquistas sociais do pós-guerra. É mais uma modernização conservadora e limitada impulsionada pelas elites brasileiras. Contra essa onda reacionária, é preciso resistir, repudiando o modelo anterior e apontando para um modelo diferente, comprometido com a democracia, liberdade, solidariedade, justiça social e com os interesses e necessidades da maioria da população. Isso exige dos trabalhadores e dos setores democráticos da sociedade a elaboração e apresentação de alternativas, como um conjunto de propostas, tratando de Política Industrial, Política Agrária e Agrícola, além de políticas voltadas para a cidadania, priorizando emprego, educação e formação profissional (6º. CONCUR, 1997, p. 39).

Essa demonstração da adaptação e adoção de uma ação sindical mais propositiva através da participação nesses espaços institucionais foi importante durante os anos dos governos de FHC, pois aumentaram a capacidade institucionalizante da ação. Como afirmou Pochmann (1998, p. 144):

Nos espaços institucionais, os representantes dos trabalhadores possuem condições singulares para a vocalização de interesses coletivos, podendo contra arrestar a tendência de focalização das ações nas categorias profissionais de trabalhadores. Mas essas oportunidades, em certo sentido contraditórias com o que vem ocorrendo com a trajetória recente do sindicalismo brasileiro, dependem fundamentalmente da redefinição do papel das entidades de representação dos interesses dos trabalhadores, com o objetivo de procurar combinar as ações cotidianas e específicas das categorias profissionais com os interesses coletivos estratégicos.

Para o autor (POCHMANN, 1998, p. 143), esta participação foi um dos elementos do processo de mudança na ação sindical cutista. Isto pode ser corroborado com a citação abaixo:

Nessa caminhada da luta sindical, a CUT tem ampliado sua presença na sociedade e certamente assumirá, por direito próprio, a possibilidade de interferir nos rumos do país. Isso se traduz em avanços na ocupação de espaços institucionais como, por exemplo, nos diversos conselhos de controle sobre os fundos e as políticas públicas hoje existentes. Mas, a cada avanço na institucionalidade, aumenta a pressão da institucionalidade tanto sobre como na própria CUT. Assim, **se a maior inserção institucional é também resultado das conquistas dos trabalhadores, a pressão institucional é a consequência inevitável do mesmo processo. Para resolver esse desafio, a estratégia da CUT na ação institucional, da qual os trabalhadores não podem se omitir, precisa estar subordinada à estratégia geral da Central** (5º. CONCUR, 1994, p. 27, grifo nosso).

As interações com outros setores do movimento social, propostas na resolução a seguir, são ações superestruturais e ocorrem nos espaços institucionais:

Desenvolver ações sindicais voltadas à sensibilização e à capacitação de dirigentes sindicais, objetivando a construção de um sindicalismo cidadão. **A intervenção do movimento sindical nos Conselhos Setoriais (saúde, criança e adolescente, assistência social, previdência, educação, combate à discriminação racial, entre outros) resultou em conquistas significativas. Com o movimento social incentivou-se a participação e interlocução dos dirigentes sindicais com as entidades que tratam dos temas de políticas sociais, nas organizações e fóruns desse segmento, tais como: coletivo/comissões de saúde, trabalho e o ambiente; aposentados e pensionistas; juventude; direitos da criança e do adolescente; contra a discriminação racial** (7º. CONCUR, 2000, p. 64, grifo nosso).

A participação na Reforma da Previdência é mais um momento desta relação entre institucionalidade, proposição e universalidade:

Durante todo o segundo semestre de 1995, os partidos de oposição avaliavam que aconteceria um massacre na votação da Comissão Especial. A pequena mobilização conseguida naquele período, somada às divergências no campo governista, impediu a votação no final do ano. O governo, diante da resistência da sociedade, em relação ao seu projeto, abriu negociação com as Centrais Sindicais. No entanto, a maioria dos pontos que foram objetos de negociação não foram contemplados no relatório final, obrigando a CUT a se retirar das negociações e solicitar aos deputados que rejeitassem o relatório (6º. CONCUR, 1997, p. 28).

Como manifestação dessa conjuntura de transição para a ação cutista diferenciada, observamos que a ação da CUT foi opositora ao governo, mas não às mudanças ideológicas que ocorriam no desenvolvimento da ação cutista. Esta ação comportava a manifestação da oposição, mas foi se modificando. Como exemplo disso podemos citar a ação individual de seu presidente – durante os anos 1994-1997 – Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, participante nos trâmites da Reforma da Previdência³⁶ no governo de FHC, o que causou extremo dissenso interno.

Apesar da falta de unidade interna e da polêmica com parlamentares de oposição, sobre a oportunidade de participar das negociações e quanto ao mérito de alguns pontos, o resultado não foi desfavorável. Foi derrotada a tentativa de aprovar o projeto do Governo na Comissão Especial, retirando uma série de direitos dos trabalhadores, mantendo privilégios e abrindo caminho para a privatização da previdência (6º. CONCUR, 1997, p. 28).

A participação, como o conceito da ação que deveria ser desenvolvido, está presente na concepção de que a CUT deveria desenvolver uma imagem de uma central mais flexível e pragmática e não uma organização extremada na sua posição opositora, que fora a sua atuação nos anos 1980.

A principal marca da atual gestão foi à afirmação de uma nova agenda sindical, a agenda de uma CUT cidadã. Esta imagem desenvolveu-se a partir das resoluções políticas do 4º. e 5º. Concuts, nos quais foi definida como uma estratégia de resistência propositiva ao neoliberalismo e da necessária vinculação dos

³⁶ Boito (1999), Galvão (2006), entre outros.

interesses dos trabalhadores assalariados do setor “formal da economia” aos interesses dos mais amplos setores da classe trabalhadora e do povo oprimido (7º. CONCURTO, 2000, p. 24).

O que aprofundou-se nos congressos seguintes. A participação de Vicentinho nas negociações para a Reforma da Previdência são evidências dessa questão. Essa política aparece nas resoluções, principalmente quando foi necessário justificar a participação de caráter prático, isto é, negociador.

A participação da CUT manteve o debate na mídia por várias semanas. A resolução enviada ao Senado não contempla as mudanças que defendíamos. Tampouco atende ao que o governo pretendia. A saída da negociação, denunciando a postura pouco ética do governo e dos partidos que lhe dão sustentação, consolidou uma imagem positiva da CUT na sociedade, como entidade que tem proposta, organiza a mobilização, negocia com seriedade e defende os interesses dos trabalhadores. Nesta questão ficou evidenciada a concepção e prática sindical da CUT: fazer propostas, debater com a sociedade, negociar com os interlocutores e mobilizar os trabalhadores na defesa dos seus interesses (6º. CONCURTO, 1997, p. 28).

Essa política de avanços na prática propositiva e os recuos oposicionistas se acentuaram neste período. A luta contra as privatizações e contra a flexibilização³⁷ em curso demonstrou tanto o aspecto opositor como a ânsia de influir nas questões universalizantes. Se considerarmos que havia uma crise sindical, que dificultava a mobilização, a defesa de uma mobilização contrária aos planos governamentais de reforma aparece mais como uma autoaclamação, do que como uma política para ser efetivada. A participação defendida é institucional, entendida como uma conquista da Constituição de 1988 e da luta pela democratização do país. Portanto, um espaço a ser defendido. Subjacente a esta concepção, está à defesa de um sindicalismo cidadão, defensor de conquistas no marco da Cidadania. Desta concepção vem à política do sindicalismo cidadão, a defesa das convenções da

³⁷ Portaria 865/1995 impede a multa sobre empresas que desrespeitem as negociações coletivas. Decreto 2.100, 1996, regressão em termos de aceitação das convenções a OIT, no caso a convenção 158, sobre demissão sem motivos específicos. MP 1.539, Lei n. 10.101/1994 organizam legalmente a Participação nos Lucros e Resultados (Ver quarto capítulo desta tese). Lei 9.601/1998 organizou legalmente o contrato temporário e o banco de horas. MP 1.779 e 2.168/1998 organiza legalmente o contrato parcial de trabalho com redução de jornada e salário. MP 1.726/1998 organiza legalmente a demissão do temporário. E ainda buscou reprimir o movimento sindical tentando proibir com projetos de emendas constitucionais uma prerrogativa governamental, a ação sindical.

Organização Internacional do Trabalho – OIT³⁸, e a idéia universalizante da defesa da participação nos trâmites da democracia representativa. É uma concepção que está na base da dicotomia clássica entre reforma e revolução, pois cadencia o debate entre ser mais ou menos propositivo. É a expressão, dentro das mudanças da ação sindical cutista, da aceitação do ideário social democrata de direitos universais, que combina com as mudanças, mesmo hesitantes, no desenvolvimento de um sindicalismo participativo. Mas o processo de adaptação cutista é um processo contraditório: elementos da dicotomia clássica são encontrados juntos com a defesa e a assunção da posição reformista (BOITO, 1999, p. 142-148). Estes são elementos de uma política que hesita entre ser participacionista e defensora da estrutura sindical oficial e ser opositora incontestada do governo.

Essa contradição é substancial para pensarmos a trajetória de adaptação da CUT ao Estado neoliberal. E, diferente do que ocorreu na Inglaterra de Thatcher, o movimento sindical no Brasil foi chamado a negociar. Há momentos em que esta negociação foi mais intensa – Câmaras Setoriais e a participação em Conselhos –, e outros em que ela foi menor e mais conflituosa, durante o governo FHC, como o episódio da Reforma da Previdência e na repressão à greve dos petroleiros.

Dessa forma, concordamos novamente com Armando Boito (1999) quando afirma que o neoliberalismo não tem uma política de combate à estrutura sindical oficial, como um arcabouço do Estado corporativo e,

³⁸ A Organização Internacional do Trabalho – OIT, órgão vinculado à Organização das Nações Unidas, cumpriu um papel, em vários países, em termos de proposições sobre as normatizações e regulações das relações entre capital e trabalho de cunho regulador. Isto significou que a sua atuação vem ocorrendo, no plano propositivo, nos marcos da legalização e da democratização das relações sociais, constitutivos da modernidade – iluminista e democrática e/ou de uma racionalidade instrumentalizadora, marcando o desenvolvimento das instituições. A identificação do sindicalismo com as convenções da OIT somente reforça os limites dessa tensão da modernidade, considerando que a instrumentalidade e a sujeição do contrato legal de trabalho fazem parte, ao mesmo tempo, de uma conquista democrática, mas também de uma sujeição da ação sindical a parâmetros da democracia representativa. A adoção dessas convenções aprisiona o sindicalismo no jogo entre as instituições da modernidade conservadora, ao entendermos que, nessa tensão constante, a instrumentalidade marca a constituição do todo institucional. Em 2004 foi elaborado pela OIT o documento “Por uma globalização justa: criar oportunidades para todos”. Na sua elaboração participaram representantes de vários setores sociais, identificados com a proposta de uma globalização mais preocupada com o social e com relações menos conflituosas. Escrito sob a gestão de A. Kanaan, este documento faz parte das ações políticas desenvolvidas que, tendo um caráter tripartite, vem com intenção de integrar as classes.

portanto, intervencionista. A ação do governo FHC foi uma adaptação do que ocorreu na Inglaterra no período do governo de Thatcher, pois se realizou nos moldes de um governo que não enfrenta diretamente o movimento de massas, atua por dentro das prerrogativas do poder executivo com a adoção de medidas provisórias flexibilizadoras.

Este processo foi diferenciado, pois o que estava em curso não era a exclusão, nem o pacto social, mas uma adaptação institucional que, ao longo do período de crise, teve momentos de maior radicalidade e outros em que o movimento foi estrangido, mas não derrotado. Assim, as ações sindicais continuaram ocorrendo, mas na prática, com reivindicações diferenciadas, com propostas que aglutinam setores e não o conjunto, e que modificam o teor do controle da estrutura sindical oficial sobre o sindicalismo, com o reconhecimento das centrais sindicais.

Sendo um processo diferenciado em relação à constituição da social democracia europeia, ele é mais ideologizado, pois a conjuntura do neoliberalismo impõe a intensificação desta forma de dominação superestrutural. Esta discussão percorre o pensamento marxista contemporâneo – o teor da dominação neoliberal – e faz com que as questões teóricas sobre ideologia sejam retomadas. Um programa econômico sem concessões materiais, no marco da realização individual, que coloca setores inteiros da classe sem acesso às conquistas básicas subsiste eleitoralmente e politicamente, pela sua capacidade de revelação de um discurso de acesso ao consumo. Sobre esta questão, Jameson (1997, p. 314-318) afirma que nesta fase do Capitalismo Tardio, através da criação de um simulacro da ação, os indivíduos vão aceitando o processo de exclusão social ao seu redor. Este simulacro se transfere para a atividade financeira, quando a liberação do crédito, principalmente no governo Lula, cria uma simulação de acessibilidade consumista que encanta e convence. Este convencimento pode ser entendido como o momento anterior ao consentimento que se processa conjuntamente. Isto explica, em parte, a mudança significativa dos atos do Primeiro de Maio com seus sorteios e patrocínios, como veremos no quarto capítulo.

Esse convencimento permitiu que a ação cutista, que sofreu um processo de mudança, fosse assumindo uma outra forma de ação que se distancia da sua forma original – opositora, aglutinadora e massiva. Este

distanciamento somente foi possível a partir dos acontecimentos característicos da etapa de desenvolvimento social, na sua fase descendente, quando o desemprego e a ideologia neoliberal foram tangenciando o modo de vida e as organizações dos trabalhadores.

Ele significou uma ação propositiva, atomizada e setorial. Propositiva dentro dos espaços e fóruns tripartites; atomizada ao não realizar ações públicas massivas em comum com a unificação das campanhas salariais dos anos 80; setorial quando a defesa da PLR, que ocorre por local de trabalho e por setor, vai fragmentando a possibilidade de ganhos materiais que somente serão acessíveis aos que cumprirem as metas racionalizadoras da produção, característica desta fase descendente.

4. A AÇÃO SINDICAL CUTISTA: FRAGMENTADA E ADAPTADA.

A CUT representa formalmente uma parcela expressiva da classe trabalhadora brasileira. No entanto, apenas parte dos setores que se identificam com a CUT participa plenamente das atividades sindicais e compartilha do projeto cutista.

As dificuldades para ampliar e fortalecer a representação real da CUT e, portanto, sua capacidade de organização decorrem, sobretudo, da estrutura sindical corporativa, arcaica, na qual os sindicatos não precisam buscar sua legitimidade na base, acarretando a ausência quase geral de organização nos locais de trabalho e dificultando a regulamentação da própria ação sindical das centrais (8º. CONCURT, 2003, p. 52).

A ação é o movimento que configura e que, ao mesmo tempo, limita a constituição da sociedade. É a razão de ser do social que forma tanto as vontades individuais, mas imediatamente coletivas e sociais, que são determinadas pelo senso comum dominante. Por isto, ao mesmo tempo em que a CUT se propõe a influenciar as políticas governamentais, como está na citação das resoluções no início deste capítulo, ela se detém na própria constituição das relações entre as classes. As manifestações materiais e subjetivas nesta fase descendente da economia capitalista se exprimem na exacerbação do prazer individual em detrimento da realização humanizadora que fez do consumo e não do trabalho a realização da (des) humanização.

Essa desumanização, que ocorreu no plano do acesso às mercadorias disponíveis de uma forma pragmática, individualista e consumista, correspondeu também à regressão em termos dos direitos econômicos e trabalhistas. A regressão dos direitos foi revelada durante a adoção das medidas flexibilizadoras realizadas durante o governo Fernando Henrique Cardoso – FHC.

Somente quando observamos as demonstrações da aplicação dessa regressão – anos 80/90 e início dos anos 2000 (como as privatizações, as desindustrializações, o desemprego massivo, a precariedade dos serviços e também a crise do sindicalismo) – podemos tentar entender como seu desenvolvimento ocorreu.

Foi nesta etapa descendente, com a crise de valorização do capital, como demonstrou Mandel (1985), que essas relações extremamente fetichizadas se formaram. Desta maneira, entre o consumo e a aceitação da regressão – que foi a tensão entre a ação e a sua configuração –, temos uma ação sindical que se transformou e se adaptou à visão de mundo dominante³⁹. Para mediar esta tensão – entre o real e o possível – e entender o lugar da ideologia que se revela perversa e destruidora de direitos, mas que passa a ser reconhecida e aceita, devemos evitar o “erro histórico” que define teoricamente as manifestações episódicas como estruturais. Ou melhor, “o erro histórico consiste em apresentar um elemento de pesquisa e de interpretação como ‘causa histórica’” (GRAMSCI, 1984, p. 49).

Para isto, buscamos entender a manifestação dessa aceitação, o que nos levou necessariamente à análise da sua revelação material e subjetiva quando o fetiche consumista e individualizante, junto à aceitação da regressão, em termos de direitos, se manifestou junto ao desemprego como composição da etapa. Junto a isto, uma ação corporativa e diminuta na sua manifestação foi ocorrendo. Corporativa porque ocorre por dentro da estrutura sindical que legalmente se manifesta desta forma. Mas também diminuta porque se localiza dentro de setores das categorias mais organizadas sindicalmente.

Assim, observamos que as manifestações da etapa – ideologia, fetichismos extremados, desemprego, regressões no direito – foram contribuindo para a consolidação dessa ação sindical. Esta regressão não é episódica, pois se descobriu como estrutural nos anos 90 e início dos anos 2000 e vem atingindo de forma sistemática a conformação do social⁴⁰. Também não são episódicas as saídas individualistas, que passaram a ser

³⁹ Importante que se faça uma ressalva: é possível que, impulsionados pelas necessidades políticas e pela ação dos trabalhadores, o sindicalismo possa romper em alguns momentos com a sua adaptação ao neoliberalismo; mas são momentos episódicos, e não estruturais. O que vem se tornando estrutural, dentro da crise maior do movimento operário, o que já foi alvo de ampla análise dentro da Sociologia, nas mais variadas vertentes, é ampla incorporação desta forma de ação social ao aparato estatal.

⁴⁰ As relações do homem com a natureza, que impõem o ritmo da crise ecológica neste início de século XXI, também impelem uma crise tecnológica, pois buscar tecnologias que não agridam a natureza é uma ação que somente pode se desenvolver se houver um esforço estatal e um deslocamento do capital para tal. Enquanto a crise de valorização impede o capital de se voltar para estas tecnologias, o Estado, e sua política minimalista, não impõem um ritmo substancial nas pesquisas. Isto impede que saídas para a crise ecológica, que é uma crise da vida no planeta, possa ser superada a curto ou médio prazo.

garantidas pela ideologização e se transformaram ao extremo em situações degradantes⁴¹, mas que aparecem como saídas únicas e plausíveis.

A regressão das cláusulas das negociações coletivas é expressão dessa etapa descendente e do caráter defensivo das ações dos trabalhadores. Uma agenda sindical diminuta em termos de avanços trabalhistas, ou a sua restrição ao marco do que é possível, significou muito o “rebaixamento da plataforma reivindicativa da central e uma valorização do acordo com o governo e com os empresários, em detrimento da ação grevista e de massa” (BOITO, 2002, p. 34-35). Este rebaixamento não se explica somente nos momentos reivindicativos, pois se manifesta também no acesso aos bens e serviços que os setores ainda organizados pelo trabalho formal e pelo movimento sindical possuem. Ainda que exista uma precariedade na oferta destes serviços, se comparados com a exclusão e o desemprego, eles se transformaram no amparo ideológico desse processo e, assim, propiciaram a formação da base de apoio do governo Lula, dentro desses setores organizados sindicalmente. No movimento sindical cutista este apoio se manifestou como participação no governo e na defesa das políticas governamentais.

4.1 A MANIFESTAÇÃO SUPERESTRUTURAL

A participação de sindicalistas na configuração do governo Lula se realizou ao mesmo tempo em que se deu a incorporação da CUT ao aparato, o que contribuiu para a dinâmica da adaptação e da manifestação do sindicalismo minimalista. Uma das revelações empíricas deste processo são as nomeações de ex-sindicalistas para funções e cargos no governo.

⁴¹ Como, por exemplo, a banalização do cotidiano e das relações de sociabilidade através da atenção midiática, que individualiza a conquista material. Os *reality shows*, os programas televisivos bizarros, as violências desmedidas – o tráfico dos seres humanos gera mais lucro que o tráfico de drogas – são expressões extremadas deste cotidiano. Para Jameson (1997, p. 317-319), “A outra definição de reificação que tem sido relevante nos últimos anos é a do ‘apagamento dos traços da produção’ do próprio objeto, da mercadoria assim produzida. Esse procedimento consiste em ver a questão do ponto de vista do consumidor: sugere o tipo de culpa da qual as pessoas são liberadas se conseguirem não se lembrar do trabalho que for necessário para produzir seus brinquedos e suas mobílias”.

Dessa forma, a participação no governo e a defesa das políticas governamentais permitiram que se pensasse a ação cutista na sua origem, como uma demonstração da institucionalidade que foi se desenvolvendo. Ainda que exista uma manifestação material deste processo – o acesso a bens e serviços precários de uma parcela dos trabalhadores, a cláusula sobre a Participação nos Lucros e Resultados – PLR (aparecendo como uma das poucas conquistas materiais) – ele revela o papel manifesto da Ideologia como sedimento da ação. De qualquer maneira, antes de fazermos a discussão sobre a PLR, devemos localizar a manifestação geral dos aspectos superestruturais de adaptação do sindicalismo cutista.

Ao retomarmos a definição sobre Ideologia, contida nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* (MARX, 1989, p. 165)⁴², passamos a estabelecer uma ligação necessária com as formulações gramscianas sobre a relação entre senso comum e ideologia, hegemonia e poder.

A manifestação superestrutural nesta fase do Capitalismo Tardio vem acompanhada de um processo intenso de junção de noções como participação, institucionalidade, direitos individuais, avanços tecnológicos e a relativa segurança de estar no emprego. Estas manifestações superestruturais acabam por ser uma mistura de conceitos e ações mitificadas, e vão perfazendo um ideário espectral da realidade. Este ideário, como o simulacro ideológico⁴³, não se desloca puramente frente às estruturas, ao contrário, estão presentes e as constituem. Seria, em uma interpretação marxiana, a relação mais intensa e reveladora da forma mercadoria e do seu fetiche. Isto significa afirmar que o processo de individualização vem coroado com um êxito limitado, mas frente ao desemprego e à insegurança, se confirma como um êxito. A revelação da forma mercadoria expressa a intensidade da extração do trabalho excedente através da absolutização da exploração, e também do incremento tecnológico, que tem garantido níveis de valorização do capital aceitáveis no universo da produção da mercadoria. A aceitação desta realidade vem acompanhada da realização que o consumo exerce

⁴² Para Marx, fundamentalmente, o processo vital da existência ocorre no plano da relação com a natureza, do homem com os outros homens e na formação da sua consciência. Distante da percepção de si como ser vital, a consciência alienada reflete o mundo criado, mas de forma invertida. Daí o papel do fetiche e da alienação.

⁴³ *Op cit.*

sobre os indivíduos, e como um espectro, ou um simulacro de êxitos (e até de consumo), é a expressão do senso comum.

Nesta etapa tardia do capitalismo esta revelação se apresenta no deslocamento do coletivo e na intensificação da individualização que, como uma grande conquista, introduz o indivíduo em uma trajetória de cumprimento de metas e objetivos, como no caso do acesso à PLR. Entendemos, assim, como Gramsci, que as superestruturas,

ampliam o domínio do capitalismo, criando novos tipos de indivíduos e de civilização, trabalhando através das várias instituições da sociedade civil, como a família [...]. Isso não é apenas uma questão de interesse econômico, pois Gramsci opõe-se ao reducionismo economicista e conceitua a hegemonia como uma autoridade política, cultural e social (BARRETT, 1994, p. 240).

Stuart Hall afirma que, na formação da hegemonia, as superestruturas gramscianas vão atuar possibilitando a articulação não sistemática do senso comum. Este naturalizaria a correlação de forças e, desta forma, garantiria a sua manifestação cotidiana. Esta revelação se reproduz com o assentimento do esforço individual como a manifestação da realização humana (HALL, 1980, p. 64-66). Este esforço individual se revelou no trabalho intensivo e no dia a dia intenso quando os indivíduos devem garantir o seu emprego tencionado pelo desemprego massivo. É importante que se afirme que o acesso ao consumo de parcela dos trabalhadores é uma condição que impõe a aceitação deste esforço laboral. Armando Boito Jr. (1999, p. 229) afirma que:

A ideologia neoliberal penetra no meio popular através de recursos que, em muitos casos, contrariam seus próprios postulados – em vez da apologia aberta da desigualdade, a defesa aparente da igualdade acompanhada da crítica oportunista dos privilégios; em vez da apologia da liberdade individual e da eficiência econômica como fundamentos da defesa do mercado, a apresentação da melhoria das condições de vida dos trabalhadores como motivo último do livre jogo da oferta e da procura.

Além dessa manifestação superestrutural, o papel que cumprem os ex-dirigentes sindicais, transladados ao papel de partícipes do governo, também faz parte deste ideário participacionista, já que são (ex) sindicalistas representantes dos trabalhadores. Neste sentido concordamos com Boito Jr. e

Andréia Galvão. Enquanto Boito (2002, p. 202-204) apresenta o caráter manifesto da ideologia e do Estado no controle do movimento sindical, e as contradições que advêm deste controle, Galvão (1998, p. 90-92) assinala a direção de um sindicalismo fragmentário que se manifesta, por sua vez, nos rumos que a ação cutista viria a tomar.

Se, nos anos 80, a CUT era manifestadamente opositora do regime e dos governos, nos anos 90 esta relação foi se modificando na medida em que a crise do sindicalismo se instalava. Assim, nos anos 2000, considerando a aceitação e a confiança⁴⁴ política de que o governo Lula promoveria mudanças sociais de caráter popular, há uma alteração na relação de aceitação e de incorporação ao governo. Foi significativa deste processo a indicação e nomeação de Luis Marinho⁴⁵, quando era presidente da CUT, para o cargo de Ministro do Trabalho, em 2005. Esta nomeação foi um simbólico estreitamento das relações entre a CUT e o governo Lula. Além desta participação tivemos ainda:

- Jair Meneguelli (primeiro presidente da CUT, deputado federal e representante do governo Lula em espaços tripartites como o Fórum Nacional do Trabalho durante as discussões sobre a reforma sindical);

⁴⁴ Esta análise acompanha as posturas da Sociologia Política ao analisar as relações da CUT com o governo Lula. Nesse sentido, Andréia Galvão apontou que: “Os laços existentes entre a corrente majoritária da central e a principal tendência petista, de onde provém Lula e os principais quadros do governo federal, têm afastado a CUT de manifestações e protestos contra o governo, mesmo quando este ameaça direitos dos trabalhadores. A central tem feito muitas concessões em relação a seu programa de lutas, o que a coloca diante da necessidade de fazer muitos malabarismos discursivos para justificá-las” (GALVÃO, 2006, p. 4).

⁴⁵ A manifestação “possível” que o neoliberalismo impôs como ideologia se deu no processo de participação da CUT e na sua defesa do governo Lula como um governo popular. Estes laços, que unem o governo e a CUT se intensificaram com a participação no FNT que iremos destacar no quinto capítulo. Portanto, concordamos com Galvão quando afirma que “[...] Apesar de se declarar independente em relação ao governo, a central abre mão de conquistas, apresentando dificuldades para conservar-se de fato independente. De uma maneira geral, a CUT aceita o argumento segundo o qual o remédio prescrito para a economia brasileira devia ser amargo por causa da ‘herança maldita’ do governo Cardoso. A capacidade de resistência da CUT também foi afetada pelas mudanças ocorridas em sua direção. O presidente Lula interveio nas eleições da central, indicando Luiz Marinho, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC para o cargo de presidente. Contrariando a tradição da central, seu ex (e atual) presidente, João Felício, não foi reeleito. Apesar de ambos serem integrantes da *Articulação Sindical*, Felício é funcionário público, tendo uma postura mais crítica diante do governo. Marinho, pelo contrário, é metalúrgico e um dos principais expoentes do sindicalismo propositivo, modalidade desindicalismo altamente vantajosa para o governo, pois rebaixa a negociação àquilo que é realista, assimilando o discurso da ‘utopia do possível’” (GALVÃO, 2006, p. 4).

- Luis Gushiken (participava do sindicalismo bancário nos anos 80/90, que assumiu funções de assessoria diretamente com a Casa Civil);
- Ricardo Berzoini (Ministro do Trabalho e do Emprego, 2004, durante o Fórum Nacional do Trabalho nas discussões sobre a reforma sindical; participou do movimento sindical bancário em São Paulo; foi Ministro da Previdência);
- Jacques Wagner (sindicalista ligado à categoria dos petroleiros, foi representante do governo no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, governador da Bahia eleito em 2006);
- Osvaldo Martinês Bargas (sindicalista metalúrgico do ABC paulista, participou da 3ª. Executiva da CUT; ocupa cargo no Ministério do Trabalho, sendo representante do governo no Fórum Nacional do Trabalho durante as discussões sobre a reforma sindical);
- Vicente Paulo da Silva (ex-presidente da CUT, deputado federal e em 2008 representante do governo no Fórum Nacional do Trabalho durante as discussões sobre a reforma sindical).

O que correspondeu a esta incorporação foi à busca de um controle sobre o movimento, por dentro do próprio movimento. O controle ocorreu pela incorporação dos sindicalistas e também pela institucionalização em curso. Armando Boito Jr. (2002), ao construir sua formulação sobre a Ideologia do sindicato de Estado, entendeu que o desenrolar desta ideologia era uma prática que se desenvolvia promovendo a aceitação por parte dos sindicalistas desta tutela, o que se aproxima desta relação da CUT com o governo Lula.

No entanto, diferentemente do que ocorria no sindicalismo de Estado, essa tutela não será realizada pelo governo através do aparato, mas pelo sindicalismo via o aparato. Esta é a diferença que observamos nesta relação que se construiu entre o governo Lula e a CUT, com a Lei de legalização das Centrais. Se, para Boito Jr. (2002), este sindicalismo de Estado está em decadência, porque houve uma diminuição do controle e da aceitação da presença do Estado na regulação das relações, para nós, isto é verdadeiro na medida em que este controle passará para o próprio sindicalismo. O que queremos agregar a esta afirmação de Boito Jr. é que esta tutela será realizada, como analisaremos no 5º. Capítulo, pelo próprio sindicalismo.

Junto a isto o sindicalismo cutista passou a defender o governo Lula contra as tentativas de “desestabilização” e também passou a defender os programas governamentais.

Essas tentativas de desestabilização não fugiram do marco institucional e não colocaram em risco a governabilidade, mas mobilizaram o sindicalismo na procura de uma ação contrária àqueles que questionam o governo, colocando-se assim ao lado deste. Da mesma forma, os programas governamentais estão incorporados nas decisões dos últimos Concuts. Este tipo de incorporação, atestada por votação, faz parte desta mesma lógica na medida em que o sindicalismo cutista passa a representar, no interior do movimento social, o governo Lula. A questão é que, desta maneira – na defesa do governo contra a desestabilização e das propostas governamentais –, o sindicalismo cutista, com o discurso universalizante junto ao movimento social em geral, passou a compor uma base organizada de apoio ao governo.

Na defesa do governo, segundo o 9º. Concut (2006, p. 9, grifo nosso):

A grave crise política iniciada em 2005 teve como motivo aparente a corrupção, mas seu pano de fundo é esta ferrenha luta pelo poder. Os setores conservadores utilizaram as denúncias contra membros do governo e alguns partidos da base governista para avançar suas posições, visando às eleições de 2006. **Buscaram, desde o início, desgastar o governo, a autoridade do presidente e o PT, principal partido de sustentação, aguçando irremediavelmente a disputa política. Por isso, a direita neoliberal se desespera com os altos índices de popularidade do governo e do presidente Lula, mesmo após um ano de guerra política aberta.** É preciso neste momento, organizar o combate contra o retorno do neoliberalismo em nosso país [...].

Esta defesa se confunde com uma oposição ao neoliberalismo, representado pelo governo FHC. Por exemplo, na resolução a seguir temos uma afirmação que indica esta questão:

O centro de nossa tática combina duas tarefas imbricadas entre si: impedir o retrocesso (o que aconteceria com a vitória da candidatura PSDB-PFL) e apoiar a reeleição do presidente Lula, na perspectiva do avanço no projeto democrático-popular, pressionando pela aplicação da plataforma democrática definida no CONCUR, que orientará as posições da CUT frente às ações do próximo governo (9º. CONCUR, 2006, p. 9).

Na defesa dos programas governamentais, afirmava-se, em 2003, que:

Através do programa Fome Zero, implantado no Governo LULA, várias políticas em diversas áreas apontaram como foco a erradicação da fome, subtraindo em grande quantidade a visão e o conceito assistencialista de esmola ou favor, para o direito à alimentação com qualidade, quantidade e com continuidade. Vários efeitos já foram percebidos nos principais bolsões de miséria, especialmente no nordeste brasileiro, diminuindo ou quase zerando as frentes de emergências. Isto não representa a inteira solução: é preciso um maior crescimento econômico, combinado com uma política social sustentável, que não dependerá só de um governo, e sim de um conjunto de ações coletivas nos diversos setores da sociedade e nas diversas esferas de poder (8ª. CONCURT, 2003, p. 38).

A primeira eleição de Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, possuiu uma carga alegórica que a eleição de um metalúrgico, ex-dirigente sindical e partidário, que organizou greves questionando o poderio militar em um país periférico e com uma recente história democrática⁴⁶, poderia possuir. Com ares de redenção social, a sua posse foi marcada por momentos de comoção social por parte daqueles que, como seus eleitores, acreditavam que esta eleição traria a equidade econômica para o país. A CUT se inseriu naquele entusiasmo, tendo em vista a sua participação ativa nesse processo:

O 8º. Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores adquire uma conotação especial com a simbologia da eleição de um trabalhador, sindicalista e líder de um partido de esquerda para a Presidência da República, demonstrando a força dos movimentos sociais organizados e, principalmente, um forte desejo do povo brasileiro de promover mudanças estruturais em nosso país. Temos a convicção de que não é possível desenvolver um projeto político de mudanças estruturais numa sociedade sem que se enfrente o desafio de incluir milhões de cidadãos no direito à educação e sem que seja feita uma luta sem tréguas pela construção de uma nova hegemonia (8º. CONCURT, 2003, p. 108).

Também a eleição de 2006 foi marcada por este simbolismo, junto com a adesão e o apoio contínuo do movimento sindical cutista e de outros setores populares ao projeto eleitoral do governo Lula: a reafirmação do compromisso com as propostas distribuidoras de renda. Estas relações próximas entre o sindicalismo e o aparato estatal, através da disposição de

⁴⁶ A diferença entre o fim da ditadura militar e a eleição de Lula é somente 18 anos de democracia representativa.

defender certas políticas, fazem parte da história de relacionamentos entre o movimento sindical e os governos. Segundo McIlroy (2002, p. 90-98), “as tentativas de influenciar o Estado são tão antigas quanto os sindicatos”. Esta afirmação de McIlroy é seguida em seu texto pelo traçado das relações entre o movimento sindical inglês, o Estado e os governos após a 2ª. Guerra Mundial. Ao demonstrar as idas e vindas deste relacionamento, McIlroy afirmou que elas vão da defesa incondicional às desconfianças incondicionais e oposicionistas. Tais crenças ou confianças consistem na legitimação da hegemonia capitalista e possibilitam a constituição das ideologias autênticas (GRAMSCI, 1984, p. 46-50). A confiança passa a ser a manifestação da legitimação que o sindicalismo pode auferir ao governo.

A confiança na sua interferência em relação aos rumos do governo Lula mistifica a atuação da CUT: ela ainda é opositora, pois defenderia um programa opositor ao neoliberalismo capaz de influenciar, pelos laços históricos e participacionistas, o próprio governo.

Uma revelação empírica dessa relação são as manifestações do 1º. de Maio que vêm tomando um caráter despolitizado, com sorteios de automóveis e apartamentos, e o patrocínio de empresas estatais e privadas. Desta forma, esta data teve a sua simbologia modificada: das lutas contra o Capital e o Estado burguês, ao sorteio de apartamentos e carros com shows musicais sem conteúdo político.

A CUT vem adotando paulatinamente esse tipo de manifestação: em 2005, o ato realizado na Avenida Paulista, em São Paulo, contou com a participação de membros do governo Lula e foram realizados shows com músicos do cenário artístico muito mais identificados com a Indústria Cultural do que com um passado de proximidade com os movimentos sociais⁴⁷. Em

⁴⁷ Se acompanharmos a cobertura da mídia, dada a estes eventos, podemos unificar muitos exemplos dessa mudança:

“CUT espera levar Lula e 1 mi para festa na Paulista.

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) está se preparando para receber cerca de 1 milhão de pessoas na megafesta de 1º de maio que está sendo montada na avenida Paulista, região central de São Paulo. Entre os atrativos da festa estão shows artísticos e a participação de vários petistas famosos. Entre os nomes esperados pela CUT estão o do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dos ministros Ricardo Berzoini (Trabalho), Jaques Wagner (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social), José Dirceu (Casa Civil). A assessoria do presidente ainda não confirmou sua presença na festa. Também devem discursar no palco da CUT o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), o deputado federal João Paulo Cunha (PT-SP), e a ex-prefeita de São Paulo, Marta Suplicy. As atrações musicais começarão a se apresentar

2008, a manifestação possuiu o mesmo teor, sendo patrocinada por estatais e outras empresas privadas. Enquanto isso, em muitos países, as manifestações do Primeiro de Maio mantiveram um teor de manifestações confrontacionistas⁴⁸.

Ainda que os confrontos continuem a existir, pois fazem parte da dinâmica da luta de classes, eles não abalam o *status quo* vigente, assegurado pela confiança no governo e na governabilidade. O Primeiro de Maio cutista aparece como uma ação política, mas a presença de representantes do governo, os patrocínios de estatais e shows sem vinculação com a história do movimento sindical revelam uma trajetória de inserção na ideologização neoliberal e de defesa e identificação com o governo. O fetiche exacerbado do consumo – representado nestes shows, vinculados à Indústria Cultural – e o simulacro da realização política que estes atos passam a representar fazem com que o esquecimento da existência das “classes sociais, [...] [seja] muito funcional” (JAMESON, 1997, p. 318).

Essa alegação sobre a importância da participação institucional ocorreu junto com a defesa da CUT e do governo Lula, em nome do passado

na Paulista a partir das 9h deste domingo. Deverão passar pelo palco Kelly Key, Daniel, KLB, Jota Quest, Latino, entre outros” Disponível em: <www.folha.com.br>. Acesso em: 18/04/2008.

⁴⁸ Ainda, considerando a atenção da mídia sobre o Primeiro de Maio europeu em 2008, temos:

“Protestos por melhores condições de trabalho marcam 1º de Maio.

Milhares de trabalhadores de todo o mundo protestaram nesta quinta-feira por um salário mais digno e contra a escassez dos alimentos básicos durante diferentes manifestações de comemoração do Dia do Trabalho. Na França, a defesa da previdência e do poder aquisitivo e a regularização dos trabalhadores imigrantes ilegais pautaram os desfiles do Primeiro de Maio em Paris, nos quais participaram milhares de pessoas. A Itália foi palco de manifestações por todo o país, com alertas sobre o grave problema das mortes em acidentes de trabalho e suas vítimas. Desde o começo do ano, 301 pessoas morreram em um total de 270.091 acidentes trabalhistas, segundo dados publicados nesta quinta-feira por uma entidade pública encarregada pela saúde de empregados que trabalham em situações ou locais de risco. Na Alemanha, distúrbios entre manifestantes de esquerda e a polícia em Hamburgo e Nuremberg marcaram o 1º de Maio com violência. A polícia de Hamburgo (norte) denunciou ‘graves excessos’ de alguns manifestantes que incendiaram veículos e latas de lixo, jogaram pedras e construíram barricadas, nas quais também atearam fogo, segundo os agentes de segurança. Os confrontos começaram no final da manifestação do Dia do Trabalho, que reuniu por volta de 6.600 pessoas [...]” Disponível em: <www.folha.com.br>. Acesso em: 18/04/2008, grifo nosso).

opositor, confrontacionista, ou mesmo em nome do emblemático surgimento do novo e de participação em um governo com origem popular⁴⁹.

No 8º. Concut, de 2003, reafirmou-se, como está destacado em negrito abaixo, este apoio e esta defesa:

O compromisso com o projeto político representado pelo governo Lula significa também incentivar e participar de um diálogo permanente com diferentes setores da sociedade, nos espaços abertos pelo governo, além de propor e reivindicar espaços e formas de participação, nas mais diversas áreas de interesse público. **O ambiente de mobilização política na sociedade é condição para o avanço das iniciativas contra-hegemônicas. Independentemente do grau de confusão que algumas iniciativas políticas possam trazer, é preciso valorizar o papel mobilizador presente em cada uma delas.** A participação e a representação de vários setores da sociedade em torno de uma mesa de negociações representarão mais um espaço para demonstrarmos que o ônus das crises sempre recai sobre os trabalhadores e o povo. **A campanha Fome Zero deve se constituir em uma política de efetiva segurança alimentar, trazendo no seu bojo a denúncia de concentração de rendas e de terras, das políticas agrícolas discricionárias e reforçando a luta por um projeto de desenvolvimento sustentável e de geração de trabalho e renda.** É certo que uma campanha dessas não pode resolver – de forma definitiva – o problema da fome (8º. CONCURT, 2003, p. 18, grifos nossos).

No 9º. Concut, de 2006, a atenção é outra. Uma das questões discutidas é que:

A Reforma da Previdência no início do Governo Lula manteve a lógica de retirada de direito dos servidores públicos, sem resolver os problemas estruturais da Previdência. Por outro lado, a pressão dos movimentos sociais e ações governamentais impuseram derrotas à lógica do Estado mínimo e da privatização de direitos. **As principais iniciativas do Governo Lula na ruptura com a proposta neoliberal foram no sentido de paralisar o desmonte do Estado e de recuperar sua capacidade enquanto gestor e executor de políticas públicas. [...] O Estado deve ser provedor de políticas públicas que garantam o exercício da cidadania plena, com acesso aos serviços públicos, com participação popular e com distribuição de renda** (9º. CONCURT, 2006, p. 24, grifos nossos).

⁴⁹ Nesse sentido, o sindicalismo propositivo pode auxiliar na aprovação das reformas, recomendando sua base a adotar uma posição tolerante e “paciente” com o governo que elegeu. Assim, o sindicalismo cutista vem desempenhando, no governo Lula, papel similar ao desempenhado pela FS até o penúltimo ano do governo Cardoso, pois, ao invés de organizar a resistência dos trabalhadores e mobilizá-los em defesa de seus direitos, procura conter manifestações contrárias ao governo, a fim de não prejudicar sua “governabilidade”.

No entanto, não podemos deixar de mencionar que muitas dessas questões se manifestam contraditoriamente – participação institucional, democratização e universalidade. Isto é, são questões que estão limitadas pelo desemprego, pela crise sindical, pela razão de ser dos sindicatos que, presentes desde o 4º. Concut, em 1991, demonstram os impasses na análise e na ação cutista:

Por outro lado, a CUT deve elaborar propostas referentes às reformas nas áreas de política industrial, social e em todas aquelas que afetarem os níveis de emprego, salário, renda e vida do trabalhador. Deve ainda reivindicar sua participação nos conselhos e fóruns de decisão públicos e o direito de acesso à informação. As secretarias nacionais da CUT devem sistematizar tais temas, criando grupos de trabalho e realizando encontros ou seminários que possibilitem a definição de propostas e ações específicas. Como, por exemplo, nas áreas de política habitacional e de reforma urbana, educacional, de saúde, de previdência e outras (4º. CONCUR, 1991, p. 34).

As ambiguidades e contradições, na ação e na defesa de posturas, contidas na origem da CUT, aparecem quando, neste mesmo Concut, há a seguinte afirmação:

A CUT é uma central sindical classista, democrática, autônoma, unitária, de massas e pela base. Fundamentada nessa concepção, fruto do acúmulo de experiências obtidas nas lutas e nos avanços teóricos de nossas resoluções, o desafio estratégico hoje consiste em avançar na consolidação da Central, articulando reivindicações imediatas com as de interesse histórico da classe trabalhadora. Assim a CUT, ao afirmar seu objetivo de superação do capitalismo e pelo socialismo, assume o papel estratégico de agente fundamental na construção de um projeto de **sociedade democrática, organizando autônoma e independentemente os trabalhadores, condição sine qua non para se chegar ao socialismo** (4º. CONCUR, 1991, p. 12-13, grifos nossos).

A idéia de que sempre foi necessário manter distância em relação ao Estado e a outros aparatos estatais fazia parte da defesa da liberdade e da autonomia sindicais, princípios fundantes da ação cutista. Em todos os Concuts este princípio aparece reafirmando as resoluções do 1º. Concut: “Liberdade e autonomia sindical com o reconhecimento do direito de greve e desatrelamento da estrutura sindical do estado; com a revogação imediata do título V da CLT; Pelo fim das intervenções nos sindicatos e anistia dos

diretores cassados” (1º. CONCURTO, 1984, p. 22). Já no 8º. Concut, de 2003, 18 anos após as afirmações reproduzidas acima, temos:

Nossa concepção e nossa prática sindical baseiam-se no princípio da autonomia em relação ao Estado e da independência em relação a governos, partidos políticos e orientação religiosa; independência de classe frente ao capital, democracia nos debates internos, soberania das assembleias de trabalhadores. Ao reafirmar o princípio da liberdade e autonomia sindical, nossa Central coloca-se como um dos principais protagonistas da sociedade, de modo independente, no atual cenário político. **Dessa forma, a CUT, fazendo parte do mesmo campo político que as forças que lideram o governo, está comprometida com a vitória do projeto, mas a partir de uma posição específica: a que coloca sua autonomia e sua independência frente aos partidos e ao governo** (8º. CONCURTO, 2003, p. 10, grifos nossos).

A defesa da liberdade da ação cutista combinava com a idéia de um sindicalismo autônomo em relação à estrutura sindical e ao Estado, como forma de reafirmar a posição histórica que deu origem à sua ação: nova e opositora, confrontacionista e defensora dos direitos de cidadania. Mesmo que, após 19 anos, entre o 1º. Concut e o 8º., as relações políticas identifiquem a CUT com o governo, reafirmar esta liberdade faz parte desta contradição – de uma origem opositora aos governos, desde a sua fundação, para a sua defesa nos últimos anos. A partir desta observação, podemos compreender o que afirma a resolução a seguir:

Com esta compreensão, o sindicalismo cutista rejeita qualquer tentativa de ingerência do governo na CUT e qualquer postura de passividade e cooptação da direção da Central. O caminho da institucionalização da Central seria trágico para a luta dos trabalhadores e também não traria nenhuma vantagem para o governo Lula. **Diante da pressão das elites, que farão de tudo para enquadrar os novos ocupantes do Planalto, cabe à CUT apostar na mobilização ativa dos trabalhadores, na luta pela conquista de uma sociedade soberana, democrática e mais justa – compromisso do projeto democrático e popular personificado pelo presidente Lula** (8º. CONCURTO, 2003, p. 10, grifos nossos).

4.1.1 A estrutura sindical oficial e a CUT

Ser contra o governo não foi garantia do distanciamento da estrutura sindical oficial. As ingerências ideológicas e materiais na manutenção dos sindicatos foram fazendo com que esta defesa da autonomia, tanto no momento em que a CUT era oposição, como no momento do governo Lula, se transformasse em um aparente discurso e ocultasse sua incorporação a este aparato. Assim,

Na busca da mais ampla unidade na defesa do desenvolvimento econômico com a distribuição de riquezas e renda, a CUT não abdica do seu projeto de classe; não pode confundir unidade nacional com a falsa conciliação de classes; não deve aceitar pagar o “pacto” da grave crise do capitalismo. **Seu esforço é para que o Brasil trilhe outro caminho, que de forma cautelosa, mas decidida, supere o modelo neoliberal** (8º. CONCUR, 2003, p. 10, grifo nosso).

O caráter ideológico desta defesa faz parte do discurso universalizante, que na forma de manifesto passou a ocupar as entrelinhas dos cadernos de resoluções desde o 4º. Concut, em 1991. No Congresso de 2003, por exemplo, encontramos a seguinte manifestação:

Quanto às formas de luta, nossa Central está chamada a ter um papel mais ativo na batalha de idéias na sociedade, contrapondo-se ao “*pensamento único* neoliberal, e **na mobilização de amplas massas em defesa das mudanças propostas pelo novo governo, que sempre foram reivindicações da classe trabalhadora. Nesse sentido, desde que as mudanças propostas venham ao encontro dos anseios e lutas e não retirem direitos dos trabalhadores, a CUT deve ser uma central mais presente nas lutas [...]** (8º. CONCUR, 2003, p. 10, grifo nosso).

A idéia de um Estado que garanta amplas conquistas aos trabalhadores assumiu um caráter estratégico e deu ao sindicalismo cutista uma aparência organizativa com a possibilidade de assumir um papel político para além daquele dos anos 80. Esta aparência se revela quando nas resoluções encontramos as seguintes afirmações:

No Brasil, instalaram-se poucos rudimentos de um Estado de bem-estar, destruídos pela globalização da economia que aprofundou, nos países em desenvolvimento, uma histórica exclusão social que

podemos ver nos índices de desemprego e no aumento da indigência. Por outro lado, a globalização tornou a perda de direitos sociais um fenômeno mundial. As resistências ferrenhas dos trabalhadores em todos os continentes e setores fortalecem a idéia de que a construção do Estado que interessa aos trabalhadores, com a recuperação de valores democráticos e solidários, é um processo em permanente disputa (8ª. CONCURT, 2003, p. 23).

Apesar disto, esta aparência não é uma manifestação efetiva da ação, mas a manifestação de seu simulacro. Aparece como universal, mas vai encontrar seus limites, já expostos anteriormente, na realização desta universalidade. A adaptação, que foi sendo desenvolvida ainda no governo Collor e de forma diferenciada no governo FHC, foi substancial para o processo de adaptação que a Lei de Reconhecimento sedimentou. Desde o 4º. Concut as ações propositivas foram substituindo, paulatinamente, as ações de maior confronto, a ponto das greves gerais serem substituídas por “jornadas ou marchas de lutas”. A radicalidade das ações dos anos 80 e 90 do século XX deveriam deixar de ser a manifestação distintiva da CUT.

Paralelamente a isto, a manutenção da estrutura deixou de ser um problema. Isto é, a contrariedade que a existência da estrutura sindical oficial desencadeava foi substituída pela defesa da sua reforma institucional, da qual a CUT faria parte interessada.

No 8º. Concut (2003, p. 91) esta lógica se manifesta da seguinte forma:

A atuação da CUT deve, portanto, orientar-se para que a reforma sindical e trabalhista tenha um caráter progressista, que democratize as relações de trabalho, valorize o papel do Estado como garantidor de direitos, fortaleça a organização sindical e amplie os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

O controle sobre os sindicatos e sua organização por categorias profissionais, através do corporativismo – como uma norma legal e ideológica de controle sobre o movimento sindical – ocorria na base, portanto, criar uma central não impediria o controle que se manifestou historicamente dentro dos sindicatos. A incorporação da CUT a esta estrutura ocorreu a partir dos seus sindicatos e da normatização ideológica da existência do controle e das taxas sindicais (BOITO, 1999, p. 139). A resolução da contradição se mostrou na participação na reforma sindical, que não acabou com a estrutura. De

qualquer maneira, ser contra a estrutura, era distintivo da ação da CUT, o que se modificou com a defesa da participação institucional que, em curso desde a Constituição de 1988, esteve presente na CUT. Desde a sua origem, quando se afirmava que a autonomia e a liberdade sindicais eram questões cruciais para a existência do chamado sindicalismo autêntico ou novo sindicalismo, a CUT realizava críticas contundentes, como demonstra a citação a seguir:

Esta atitude contrária à ratificação da Convenção 87 conta hoje com o apoio da classe patronal, do governo e de setores encastelados na estrutura sindical atual que estão amparados na existência do imposto sindical que fundamenta o imobilismo político, o distanciamento das bases e até mesmo a corrupção. É com base nesta estrutura sindical fascista que hoje os trabalhadores brasileiros estão sendo violentados em seus direitos sindicais (2º. CONCURT, 1986, p. 71-72, grifo nosso).

As dificuldades de implantar uma estrutura alternativa à estrutura oficial criaram um conjunto de propostas alternativas, que não rompiam efetivamente com a estrutura oficial, pela força da sua manifestação ideológica. Elas foram elaboradas da seguinte forma⁵⁰: 1985 – foi lançada internamente a campanha contra o imposto sindical; 1986 – criação de departamentos por ramos de atividades⁵¹; 1988 – mudança no processo de eleição dos delegados dos Concuts, questão que foi alvo de intensa polêmica interna; 1992 – definição dos ramos de atividade para organização dos

⁵⁰ Estas informações foram retiradas do documento **Debates & Reflexões**, n. 11, p. 81-83, dez. 2003. Organizado sob inspiração da apresentação de Gustavo Codas, em seminário da Escola Sindical, de São Paulo, em 1999.

⁵¹ a) Agricultura, plantações e agroindústria (rurais);
 b) Metalurgia, metal-mecânica, siderurgia, eletroeletrônica (metalúrgicos);
 c) Bancos, setor financeiro, seguradoras, bolsas de valores (bancários);
 d) Química, plásticos, papel, petroquímica, petróleo (químicos);
 e) Indústrias têxteis, do vestuário, couro, calçados (vestuário);
 f) Comércio e prestação de serviços (comerciários);
 g) Educação, ensino, cultura (educação);
 h) Saúde, seguridade, previdência social (saúde);
 i) Administração e serviço público;
 j) Construção civil, móveis e madeira (construção civil);
 k) Extração e transformação mineral (mineiros);
 l) Alimentação, fumo, bebidas (alimentação);
 m) Comunicação, jornais, emissoras, publicidade, gráficas (comunicação);
 n) Técnicos, profissionais liberais, trabalhadores em administração e tecnologia;
 o) Trabalhadores em indústrias urbanas de água, esgoto, gás e eletricidade (urbanitários);
 p) Transportes aéreo, rodoviário, ferroviário, marítimo e fluvial (transportes);
 q) Autônomos urbanos;
 r) Inativos.
 (5º. CONCURT, 1994, p. 57).

sindicatos e das confederações (antigos departamentos acionais); 1995 – proibição interna dos cutistas ocuparem o cargo de juízes classistas; discussão sobre o sindicato orgânico, isto é, o sindicato “da” CUT; 2000 – amplia-se a discussão sobre a organização por ramos; 2003 – exigência da revogação das mudanças realizadas na CLT, por FHC; e defesa da legalização das centrais, junto com a defesa, que ocorria desde 1999, dos preceitos de liberdade e autonomia sindicais.

Essa cronologia histórica é importante⁵², pois demonstra esse movimento, que correspondeu ao desenvolvimento de uma ofensiva por parte dos governantes e do empresariado e ação defensiva e preocupada com questões estruturais, por parte do movimento sindical.

A manutenção da estrutura sindical oficial (BOITO, 2002, p. 87) ocorreu com a manutenção dos impostos e taxas, e com a lei sobre a unicidade sindical. Esta condição se transformou em uma contradição para o sindicalismo cutista: ter sua origem ligada a esta oposição e crítica e ir ao longo dos anos se acomodando dentro dela. As mais variadas interpretações sobre o sentido da consolidação desta estrutura legal sobre a classe trabalhadora brasileira são encontradas na literatura especializada.

Sérgio M. Costa (1986) afirmou que a consolidação das leis de trabalho não partiu de uma preocupação *a priori* do governo Vargas para controlar o movimento sindical; partiu sim da decisão de normatizar o que já vinha ocorrendo – os conflitos de classes, antes que ocorressem (COSTA, 1986, p. 7-25). A idéia central na análise de Costa corresponde ao conceito de que o caráter normatizador da estrutura é completo sobre a luta de classes, o que retira da sua análise as contradições e, portanto, o papel da ideologia e a da incorporação do movimento sindical no seu desenvolvimento. Para o autor

⁵² Foi importante considerar também que a incorporação à estrutura ocorreu. A adesão ao modelo corporativo, mesmo tendo todo o caráter controlador, originário na concepção fascista de ordem na união de todos, foi atraindo o conjunto das correntes que atuavam no movimento sindical. Segundo Angela Araújo, as correntes de esquerda, excetuando o anarquismo, foram aderindo ao modelo corporativo, para utilizá-lo a favor dos interesses classistas e minando por dentro o controle normativo e, assim, fascista do Estado brasileiro (2002, p. 29-57). A adesão ocorreu dentro do movimento açambarcando estas correntes, o que é demonstrativo do papel da ideologia e sua sedimentação via as manifestações subjetivas e materiais do processo. Para ela, em 1932 com a repressão ao movimento grevista, as correntes políticas que atuavam no movimento sindical ficaram entre suas alternativas – a liberal e a corporativa – e que estes na defensiva optaram “pela adesão ao sindicalismo corporativo” (ARAÚJO, 2002, p. 48-49).

(COSTA, 1986, p. 172-177), as proibições sobre a existência de centrais sindicais era uma necessidade clara de controle político sobre os sindicatos. Desta forma, é importante considerar – como faz Boito Jr. (1999) e de certa forma Costa (1986) – que a criação das centrais sindicais, organismos no ápice da estrutura e reconhecidos pelo Estado, não mudaria a situação de controle existente na base da estrutura. Ainda assim, os sindicalistas se empenham em afirmar que a

CUT tem se empenhado em combater esta estrutura sindical e lutado pela ratificação da Convenção 87 da OIT, pois entende que este é o caminho para iniciar um novo processo de construção de sindicatos livres autônomos. O governo da Nova República não tomou qualquer atitude significativa em relação à liberdade e autonomia sindical, assim como o Congresso Nacional, onde o governo tem a maioria absoluta, não ratificou a Convenção 87. É importante salientar que ainda na ditadura militar, em agosto de 1984, a Câmara dos Deputados já se posicionou favoravelmente sobre esta questão (5º. CONCUR, 1994, p. 50, grifo nosso).

Todas essas afirmações, contrárias à estrutura oficial, e os balanços que foram realizados pela manutenção e inserção da CUT às estruturas, não combateram a adesão à ideologia e à acomodação ao aparato. Nove anos após a decisão sobre os ramos, afirmou-se que:

Alicerçada sobre os sindicatos oficiais, a CUT enfrenta agora uma tensão crescente entre a acomodação à estrutura oficial e a consolidação de seu projeto sindical, revelada em todos os planos: na montagem da nova estrutura sindical, na implantação da organização no local de trabalho e na reforma do sistema de relações de trabalho. A acomodação está presente, em maior ou menor grau, em todas as concepções sindicais e em todos os ramos de atividade (5º. CONCUR, 1994, p. 50).

Como as formas de superação dos entraves da estrutura oficial não resolveram as questões de acomodação ao aparato, vinte e um anos depois, a política de ramos – que deveria superar, internamente, a estrutura sindical oficial – foi apresentada de forma reduzida:

[...] concluir o processo de construção do perfil dos ramos para consolidar a Organização por Ramos de Atividade, definindo a composição, delimitação e identidade de cada Ramo, de acordo com o acúmulo organizativo existente e as dinâmicas próprias do capital em cada segmento, superando a estrutura sindical corporativista, dividida em categorias, e avançando no debate da

unidade e fusão de entidades nos ramos (9º. CONCUR, 2006, p. 46).

O balanço é inócuo se compararmos a importância desta política ao seu significado: a superação da estrutura sindical oficial. Estas propostas estruturais tinham como objetivo criar uma estrutura própria para que, através de seu crescimento e abrangência, a CUT superasse a estrutura. Isto é,

Essa acomodação, que pode chegar a uma adesão ao modelo corporativista, tem favorecido a burocratização, a ausência de controle das bases sobre as direções sindicais e, no limite, o abuso de poder e a violência, sinais de degeneração da prática sindical (5º. CONCUR, 1994, p. 50).

Ao jogar essa estratégia – de modificar a relação com a estrutura – para a atuação dentro do Fórum Nacional do Trabalho, a CUT fez a defesa da participação institucional para a superação da estrutura sindical oficial, o que fez com que ela colocasse para o espaço institucional e tripartite a solução de questões decisivas. Ao atribuir a tarefa de superação para o Fórum Nacional do Trabalho, a CUT foi paulatinamente realizando a transferência da correlação de forças para dentro do aparato estatal, criando uma institucionalidade que avalizaria o processo interno decidido pelo Fórum, dando ao Estado o suporte último do controle superestrutural⁵³.

A acomodação ao aparato possui uma contrapartida material que correspondeu à manutenção da cobrança das taxas e às dificuldades do sindicalismo em conseguir se manter sem estas cobranças.

Já em 1992, na 5ª Plenária Nacional, foi feito um balanço crítico da trajetória da Central, cuja estratégia de construção previa a conquista e a transformação dos sindicatos da estrutura oficial. Esse balanço, aprovado por consenso e retomado na 6ª Plenária e no 5º Concur, identificava que pouco se havia avançado na transformação dos sindicatos e que a grande maioria havia se acomodado ao padrão de funcionamento da estrutura oficial. Mais grave era a constatação de um processo de burocratização e degeneração, que rebaixava o horizonte histórico da militância e se expressava, por exemplo, nas eleições sindicais (8º. CONCUR, 2003, p. 52).

⁵³ A questão da regressão institucional dos direitos nos levam à polêmica sobre a barbarização do social: segundo Michel Löwy (2000, p. 45-51), a barbárie se apresenta como uma institucionalidade na falta de acesso aos bens e serviços, aos direitos universais, e quando a Ciência e a tecnologia contribuem para o controle do aparato estatal sobre a sociedade.

Na sequência dessas resoluções, encontramos uma contradição: a CUT entende o papel progressista do governo Lula, mas vê na composição do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) a manifestação de uma política neoliberal. E, assim, reafirma que sua atuação específica deveria ser no Fórum Nacional do Trabalho, pois neste espaço as relações não estariam tão definidas e, portanto, mais maleáveis em termos de decisões políticas. Esta questão é mais um exemplo das contradições presentes na atuação da CUT e que fazem com que ela expresse confiança no governo:

A estratégia da CUT de reforma da legislação trabalhista e sindical deve começar pela reafirmação da necessidade da retomada do crescimento econômico, por mudanças na política econômica, pela implementação de políticas ativas e passivas de combate ao desemprego e à fraude trabalhista. Mas é preciso reconhecer que há um novo cenário para esta disputa, não apenas pelos impactos de mais de uma década de neoliberalismo (precarização, desemprego, flexibilização etc.), pela nova realidade sindical já expressa pelo recente Censo Sindical do IBGE, mas também pela derrota do projeto neoliberal no governo central do país (8º. CONCUR, 2003, p. 91-92).

A justificativa da defesa de proposições governamentais correspondeu ao entendimento de que:

A vitória eleitoral abre um período político inédito no Brasil, estabelecendo novas condições para as disputas nesse campo. A estratégia da Central, adequada a este novo período político, passa pela atualização de seu acúmulo sobre o tema e pela “compactação” do conjunto da Central em torno de uma intervenção unificada. Trata-se, portanto, de atualizar a elaboração e organizar a ação para dentro da CUT e para fora. O interesse da CUT e seus sindicatos nesses temas deve levar-nos a pautar o tema, buscar definir os tempos e os espaços, e não apenas responder à agenda e ao calendário do governo federal (8º. CONCUR, 2003, p. 91-92).

Mais adiante se afirma que:

A contradição foi demonstrada, mas não apontada como a contradição fundamental do governo Lula, que é ser composto por representantes neoliberais que defendem a flexibilização. O governo federal estabeleceu dois espaços institucionais para discussão do tema da reforma sindical e trabalhista. Segundo o governo federal, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão de assessoria da Presidência

da República, teria competência para a definição das diretrizes gerais destas reformas, constituindo para tanto grupos de trabalho específicos (8º. CONCUR, 2003, p. 95).

Dessa forma, a CUT vem avalizando a política neoliberal na essência, que acaba por garantir a flexibilização em termos de ganhos materiais, ao incorporar as centrais ao debate:

O conteúdo destas reformas deverá ser objeto das negociações no Fórum Nacional de Trabalho, um espaço paritário e tripartite. Há uma posição amplamente majoritária no Conselho que indica que deverá prevalecer um caráter regressivo nas reformas, que as subordinam às necessidades “do mercado”, contrário à manutenção e à ampliação de direitos fundamentais dos trabalhadores. O critério de representação individual e não-institucional e o predomínio empresarial são suficientes para que a CUT não considere o espaço do Conselho como o espaço prioritário de negociação (8º. CONCUR, 2003, p. 95).

4.1.2 A ação cutista: uma incursão teórica

Minimalista na sua manifestação, a ação sindical cutista poderia ser denominada de societal se ela se revelasse totalmente por fora da estrutura legal em vigor. E mais ainda, se revelasse uma liberalização total nas relações entre capital e trabalho. Segundo Armando Boito Jr. (2002, p. 84),

No final da década de 1980, a parte mais ativa do sindicalismo brasileiro, congregada fundamentalmente na CUT, substituiu como já vimos à estratégia do sindicalismo de massas e de oposição pela estratégia chamada propositiva. Na base do movimento sindical tal substituição fez grassar um novo tipo de corporativismo, que poderíamos chamar, seguindo a bibliografia existente, um meso ou micro corporativismo societal. O maior exemplo dessa nova prática são as câmaras setoriais, principalmente a câmara da indústria automotiva. Porém, de uma maneira mais ampla, na indústria automobilística, no sistema bancário e em outros setores verifica-se uma tendência para a prática de um sindicalismo de setor ou de empresa, subdivisões que a prática sindical tem introduzido no interior das categorias legais estabelecidas pela CLT. Esse fechamento corporativo no setor (operários das montadoras de automóveis) ou na empresa (operários da Ford) pode ser chamado societal justamente porque ele se estabelece independente da vida sindical e procura, na verdade romper com esta regulamentação.

Da mesma forma, na Europa, nos anos 80 do século XX, se desenvolveu um processo de negociação que envolvia a discussão estrutural da economia e reunia todos os envolvidos. O processo de negação da

confrontação foi justificado aos moldes da social democracia – negociar e adaptar para conquistar. No entanto, essa atuação construiu, no campo da luta de classes, um espaço que permitia, ao mesmo tempo, que as discussões fossem estruturais e se manifestassem também na base sindical, tendo a negociação como lógica da ação.

Essa discussão atingiu as mudanças do sindicalismo cutista em dois planos: o plano acadêmico e o plano sindical. Na Sociologia do Trabalho, na medida em que os estudos procuram dar conta desta realidade de mudança da ação sindical cutista, apareceram polêmicas sobre o caráter desta prática sindical que vem se revelando minimalista, institucionalizada e fragmentada. E são três as tendências que observamos:

- aqueles que creditam à prática cutista o arcabouço de uma ação neocorporativa e societal e, portanto, no marco da social democracia;
- aqueles que criam uma mediação entre esta ação societal e a sua manifestação no sindicalismo brasileiro, quando a estrutura sindical ainda tem um peso significativo;
- e aqueles que estabelecem uma diferenciação entre o processo do neocorporativismo societal clássico e sua manifestação setorial junto à regressão dos direitos e à permanência da estrutura sindical corporativa.

Considerando estas tendências, a pergunta em questão é: que relações configuram a ação sindical cutista e como ela se manifesta no plano sindical?

Para responder a esta questão observamos em primeiro lugar o cuidado com a classificação da ação e o peso teórico que estas classificações possuem.

A classificação da ação ocorre no marco da tradição sociológica que busca na nomeação tipológica a certeza que a utilização dos conceitos oferece. Esta tradição marcou tanto a sociologia de cunho funcionalista, como também a sociologia de cunho weberiano. A sociologia de cunho marxista, ao buscar a delimitação da ação, passou muito próxima destas tendências.

Entendemos que para dar conta dessa realidade em constante mudança, a análise deve procurar fugir do erro histórico apontado por

Gramsci: tomar as manifestações episódicas, conjunturais, ou em processo de mudança como uma manifestação estrutural.

A saída analítica implica em ter sempre como parâmetro o movimento e as contradições; ter nas análises sobre a ação sindical a correlação de forças e a luta hegemônica como divisor teórico e observar, nesta correlação de forças, como a prática sindical, a relação com a base e com os aparatos se desenvolve. Isto significa observar, como uma ação em movimento, que se configura tanto em meio às contradições externas (reestruturação produtiva, flexibilização, políticas neoliberais e desemprego massivo), como em meio às contradições internas (mudança na ação sindical, participação e defesa do governo Lula, adoção de uma prática mais setorial), ocorreu. Mais ainda, a constituição da crise significa um andamento constante da ação mais intenso e extremado e a análise sociológica, em todos os seus matizes, busca entender a completude deste andamento.

O rigor que a análise estrutural no viés marxista impõe ao pensador nessa busca significa dar ao social um movimento, que a sua construção como um momento do social possa “enrijecer” e limitar a análise da ação coletiva. A busca deste rigor constitui uma tarefa árdua, pois se como marxistas entendemos que existe uma determinação na ação ideológica, não podemos perder de vista que, como analistas também sofremos esta determinação; por isto, esta busca ocorre por dentro da tradição sociológica, e das polêmicas que a perseguem. Para termos estas questões como um marco analítico, e não como uma tranquila certeza sociológica, devemos apresentar a lógica da polêmica original da sociologia como um marco epistemológico, isto é, a polêmica forçaria a análise na busca das contradições dela mesma, para daí conseguir ampliar a interpretação realizada.

Ainda assim, mesmo sabendo dessas dificuldades, entendemos que a ação que se configurou no sindicalismo cutista é uma ação adaptada à ideologia neoliberal: utiliza os espaços institucionais em que a negociação entre as partes é estabelecida; utiliza a legalidade do Estado neoliberal, que é flexibilizador e que, portanto, aponta, na legalização, o caráter legal do debate e das negociações; defende ações mais setoriais e negociáveis – como as Câmaras Setoriais e PLR. É um sindicalismo que se moldou dentro de uma

realidade em mudança e em negociação. Claro que este processo não foi tranquilo e sem contradições e dissensos internos.

Existem permanências na ação sindical – os problemas relativos à razão de ser dos sindicatos, o corporativismo, a relação com o aparato estatal, a cooptação patronal, o burocratismo – e mudanças – atomizada, minimalista – que revelam um sindicalismo liberado das injunções da defesa do coletivo. Isto é, um sindicalismo que defende o que é possível, sem perder de vista as proclamações históricas, que se forem utilizadas, o são em defesa da universalidade limitada ou inexistente.

Esse processo vem distanciando as organizações sindicais do coletivo em nome da conquista pontual, e correspondeu a uma amostra da inserção e da adesão à ideologia neoliberal no sindicalismo em geral. Diferentemente da revelação do neocorporativismo europeu, entendemos que o sindicalismo setorial e intrasetorial (micro e meso dentro das discussões da Sociologia do Trabalho que trata do sindicalismo) corresponderiam à manifestação desta ação atomizada, quando o espaço mínimo de atuação sindical se realiza no campo do negociado, o que transforma a negociação não em uma manifestação de aglutinação, mas em uma fragmentação anunciada do movimento. Galvão (1998, p. 94) assim sintetiza este processo que, para ela, se manifestou com a instalação das Câmaras Setoriais:

[...] ao mesmo tempo em que a câmara setorial unifica alguns segmentos de trabalhadores, e ela pulveriza a ação de metalúrgicos pertencentes a uma mesma base sindical: não se trata mais dos metalúrgicos do ABC, mas dos metalúrgicos do complexo automotivo. E, a partir da câmara setorial, as negociações passam a envolver, separadamente, os metalúrgicos das montadoras, das autopeças, das empresas de bens de capital, até o momento em que finalmente, a unidade de negociação se reduz à própria empresa.

“Saudada” como uma manifestação do neocorporativismo (GALVÃO, 1998, p. 93), as Câmaras Setoriais, embora tenham com esta manifestação alguma afinidade, deram margem para o aparecimento, como expressou Galvão (1998, p. 93), de um sindicalismo fragmentário, o que o diferencia dos acordos totalizantes do neocorporativismo de cunho social democrata.

Essas denominações possuem um significado dentro da discussão sociológica especializada no sindicalismo: enquanto o corporativismo se

manifesta dentro do que consideramos um sindicalismo modelar, o neocorporativismo é uma manifestação dos acordos institucionais.

Já o sindicalismo que estamos denominando como setorial e intrasetorial é a manifestação da recusa relativa do acordo corporativo. Desenvolve assim duas contrariedades: é contrário ao corporativismo modelar, porque não é aglutinador e massivo; e é contrário ao neocorporativismo, porque vai ocorrer por fora das institucionalidades reconhecidas, podendo ser organizado a partir das dinâmicas internas dos processos de trabalho, como prevê a lei que o organiza.

4.2 A PLR COMO MANIFESTAÇÃO MATERIAL DA AÇÃO MINIMALISTA

Os processos combinados de flexibilização e da crise do sindicalismo modificaram o padrão das campanhas salariais, das negociações e acordos coletivos. Segundo Krein (2006, p. 244-246), esta alteração ocorreu com a diminuição quantitativa de cláusulas na pauta de reivindicações, o que é indicativo de uma regressão em termos dos direitos trabalhistas. O autor observou também que a tendência da diminuição do número de cláusulas correspondeu à lógica da flexibilização, mesmo quando ocorreu uma manutenção numérica ou até um acréscimo. Um dos exemplos desta realidade, que oscila – para o rebaixamento como para o aumento relativo – na organização das cláusulas dos acordos e negociações coletivas, no sentido da flexibilização, é o caso da participação nos lucros e resultados⁵⁴ – PLR –, que foi instituída como medida provisória em 1994⁵⁵. Até se transformar em lei, a PLR foi sendo modificada para que seu alcance

⁵⁴ Ter acesso à participação nos lucros e resultados já havia sido previsto na constituição de 1946, assim como na constituição de 1988, que também estabeleceu este direito. No entanto, ela somente foi regulamentada com a Lei n. 10.101/2000, após ter sido editada na forma de medida provisória, em 1994.

⁵⁵ A participação nos lucros e resultados, existente desde a constituição de 1946, passou a constar, na constituição de 1988, vinculada à remuneração, mas necessitava de uma lei que a regulamentasse (DESEP-CUT, 1988, p. 48).

negociável ficasse explícito como consta no artigo 1º da Lei⁵⁶: “Esta Lei regula a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa como instrumento de integração entre o capital e o trabalho e como incentivo à produtividade, nos termos do art. 7º, inciso XI, da Constituição”⁵⁷.

A necessidade conjuntural – relativa à fase descendente da adoção, por parte de setores da indústria nacional, de formas de racionalização da produção e dos serviços –, transformou o rebaixamento das cláusulas em uma saída sindical de teor econômico e estrutural⁵⁸. Esta saída flexibilizadora ou regressiva, do ponto de vista capitalista, foi à solução para as dificuldades de realização da reprodução ampliada do capital. Como o social é contraditório, as cláusulas regressivas puderam assumir um caráter de conquistas a serem seguidas, mesmo que significassem o rebaixamento e a intensificação do trabalho via a adoção de uma racionalidade neoliberal.

O surgimento da PLR possui este significado, e esta deve ser paga aos trabalhadores de acordo com o seu empenho na produção, não correspondendo ao aumento real dos salários, nem a uma incorporação salarial. E somente deve ser paga se o empenho garantir que as metas condicionantes, negociadas entre as partes, sejam cumpridas. Assim,

§ 1º Dos instrumentos decorrentes da negociação deverão constar regras claras e objetivas quanto à fixação dos direitos substantivos da participação e das regras adjetivas, inclusive mecanismos de aferição das informações pertinentes ao cumprimento do acordado, periodicidade da distribuição, período de vigência e prazos para revisão do acordo, podendo ser considerados, entre outros, os seguintes critérios e condições:

⁵⁶ LEI 10.101/2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10101compilado.htm>.

⁵⁷ *Idem*.

⁵⁸ A intensificação da racionalização produtiva via a elevação da participação dos trabalhadores no processo produtivo, que busca inculcar no operário o sentimento de pertencimento, como um colaborador, capaz de dar sugestões e tomar decisões, faz parte das novas formas de racionalização do trabalho. Passou a ser comum na indústria automotiva essa preocupação em cooptar o operário, ao permitir que ele possa afirmar o que está sentindo – o seu humor diário - em painéis, como uma forma de expressão e relaxamento ou racionalização dos aspectos subjetivos do trabalho, para que, ao fazê-lo, consiga se empenhar e cumprir as metas.

I - índices de produtividade, qualidade ou lucratividade da empresa;

II - programas de metas, resultados e prazos, pactuados previamente⁵⁹.

Para Krein (2006, p. 243),

[...] diversas cláusulas inseridas nas convenções coletivas significam uma flexibilização na determinação do uso e remuneração do trabalho ou pelo menos são controvertidos, tais como: abono salarial em detrimento do reajuste, participação nos lucros e resultados, introdução da jornada flexível e do banco de horas, regulamentação do trabalho das pessoas em contrato de experiência e por prazo determinado e da mão de obra presidiária.

Portanto, a Lei determina que:

Art. 2º A participação nos lucros ou resultados será objeto de negociação entre a empresa e seus empregados, mediante um dos procedimentos a seguir descritos, escolhidos pelas partes de comum acordo:

I - comissão escolhida pelas partes, integrada, também, por um representante indicado pelo sindicato da respectiva categoria;

II - convenção ou acordo coletivo.

§ 1º Dos instrumentos decorrentes da negociação deverão constar regras claras e objetivas quanto à fixação dos direitos substantivos da participação e das regras adjetivas, inclusive mecanismos de aferição das informações pertinentes ao cumprimento do acordado, periodicidade da distribuição, período de vigência e prazos para revisão do acordo, podendo ser considerados, entre outros [...] ⁶⁰.

Para a Confederação Nacional da Indústria, a PLR é o programa capaz de elevar a produtividade e ser um atrativo competitivo na busca de qualificação profissional⁶¹. Já para o sindicalismo, a PLR passou a ser a

⁵⁹ LEI 10.101/2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10101compilado.htm>.

⁶⁰ *Idem*.

⁶¹ “Participação nos lucros e resultados chega ao ‘chão da fábrica’. Para elevar a produtividade nas fábricas e manter empregados, empresas estendem seus programas de incentivo profissional aos operários. Os executivos deixaram de ser os únicos contemplados com os bons resultados de sua empresa. Os funcionários de escalões intermediários também têm sido, cada vez mais, beneficiados com a Participação nos Lucros e Resultados (PLR). O

contrapartida possível na conjuntura adversa. Significou um “ganho” material, sem ser um aumento real de salário, no qual o sindicalismo pôde se apoiar para creditar sua atuação junto aos trabalhadores. Mesmo assim, esse “ganho” apresentou uma contrapartida que foi o aumento da produtividade⁶² através da intensificação do trabalho. No entanto, esta contrapartida não se constituiu em ganhos maiores para os trabalhadores⁶³, em geral, se considerarmos que a variação – um possível aumento – das horas pagas é pequena e o índice de desemprego não se alterou significativamente.

incentivo serve também como meio de complementação salarial. Segundo sociólogo e analista da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Marcos Medeiros, o mecanismo consegue conciliar interesses divergentes, de patrões e empregados. Diante disso, o gasto das empresas com o benefício vem crescendo. Como é o caso da região do ABC paulista, onde se concentram montadoras e autopeças. Em 2000, o montante desembolsado por elas foi de R\$ 92 milhões. Já no ano passado saltou para R\$ 110 milhões. O percentual da categoria coberto pela PLR também cresceu, de 60% para 75% em 2001, de acordo com o sindicato de metalúrgicos do ABC. Outra tendência de política salarial que vem agradando é o tempo de casa. Estudo inédito do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) indica que um trabalhador que tem três meses de experiência numa empresa e lá permanece por mais um ou três anos, terá um ganho salarial próximo a 15%. E, quando passa para mais de cinco anos, o aumento chega a 40,5%. A explicação é a briga por bons profissionais. O resultado é fruto de uma maior pressão competitiva pela qual as empresas brasileiras estão passando, o que as obriga a oferecer um salário de mercado para reter um bom trabalhador” Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/imprescindivel/dia/gd270502.htm>>. Acesso em: 17/11/2007.

⁶²“A produtividade industrial, medida pelas pesquisas industriais mensais, registrou crescimento no semestre de 3,7%, com uma expansão de 1,1% nas horas pagas e de 4,8% na produção industrial (tabela abaixo). Na comparação mensal (mês/igual mês do ano anterior), a taxa de crescimento da produtividade registrada em junho, de 5,4%, só foi superada por taxas registradas no ano de 2004, quando a produtividade se expandiu em 6,1%. O resultado do crescimento da produtividade, conciliando crescimento da produção e das horas pagas, é um comportamento que vem se observando desde 2004, confirmando um padrão de expansão da produtividade com a manutenção do nível de emprego industrial”. Segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, IEDI, órgão de assessoria para Indústria. Documento publicado em Outubro/2007.

⁶³ “Desde 2004 é possível identificar uma inusitada sustentação das taxas de crescimento da produtividade com estabilidade na expansão nas horas pagas, o que demonstra que as empresas têm ampliado o padrão de eficiência produtiva e realizado investimentos – fato que ficou mais claro a partir dos resultados do primeiro semestre de 2007, apresentados nas Pesquisas Industriais do IBGE. [...] Na visão empresarial, a lei equipara o pagamento da PLR com a concessão de ganhos de produtividade, permitindo, assim, que esses sejam entendidos como uma meta, entre outras, a ser atingida, transformando-os num item da remuneração variável. Tal visão cria obstáculos à negociação da produtividade. Ademais, essa sistemática, além de não tornar definitiva a apropriação dos ganhos por parte dos trabalhadores, não permite estendê-los ao conjunto dos trabalhadores de modo a propiciar um incremento. [...] Para os trabalhadores em geral, e para o movimento sindical em particular, a negociação da produtividade reveste-se de importância à medida que é entendida como uma forma efetiva de melhorar o poder aquisitivo e de assegurar e ampliar a participação dos salários na renda nacional. Assim, viabiliza o incremento dos rendimentos do trabalho na apropriação dos resultados do crescimento, sem acirrar conflitos distributivos” Nota Técnica do DIEESE, n. 56, p. 2-7, nov. 2007. “A negociação da produtividade: desafios para o movimento sindical”.

Utilizando os dados do Dieese de 2005, contido no Anuário de 2006, temos as seguintes questões: instituição dos itens condicionantes, produtividade, representação. Para que a PLR seja instituída, estes itens devem constar dos acordos negociados; os itens condicionantes nada mais são do que uma forma de envolvimento subjetivo do trabalhador para garantir a produtividade. Em 44,7%, dos documentos analisados pelo Dieese⁶⁴, demonstra-se que há um crescimento desses itens que fazem da existência dessas metas um dado significativo tanto para a análise da flexibilização, como para a análise da intensificação, pois essas funcionam como elementos racionalizadores da produção.

Os itens condicionantes são: assiduidade; lucro e rentabilidade; conformidade; redução de acidentes; redução de despesas; volume de produção; relação com os clientes; redução de refugos, desempenho pessoal; volume de vendas; produtividade; faturamento; redução do retrabalho; participação no mercado; regulação de estoques; erros administrativos; organização do ambiente de trabalho; redução das horas extras.

Todas as unidades do acordo sobre a PLR como conformidade – redução de acidentes, redução de despesas, volume da produção, relação com clientes, redução de refugos – são efetivamente comportamentais, e são imediatamente racionalizadoras da força de trabalho. Elas fazem com que o controle sobre ela permaneça, mas realizado pelos próprios trabalhadores quando assumem as metas para garantir a PLR.

Dessa forma, os trabalhadores estão tomando para si a responsabilidade do processo produtivo, o que por sua vez é a garantia do trabalho intensivo e que, dentro da jornada normal estipulada, garantiria eficiência. Esta eficiência deveria ser assegurada pela existência de formas de racionalização do trabalho que impõem um ritmo maior no mesmo tempo. O aumento da produtividade é um processo de racionalização expresso nos acordos da PLR. E é significativa para este aumento da produtividade a intensidade com que o trabalho deverá ser realizado, sendo substancial para a garantia da recomposição do lucro.

⁶⁴ Fonte: **Anuário de 2006**. Dieese.

Junto com a PLR, o desemprego também contribuiu para a intensificação no dispêndio da força de trabalho entre aqueles que estão empregados, dada a tensão já contida na composição do exército industrial de reserva. A observação deste movimento, durante o governo FHC, permitiu que afirmássemos que a política de adaptação que se desenvolveu em meio à crise do sindicalismo, como uma tentativa de saída da crise, é uma adaptação diferenciada.

Para que ela se realizasse não foi necessário o combate e o desmonte efetivo do movimento sindical como ocorreu na Inglaterra, nos anos 80. Políticas de aproximação como às reuniões do pacto no Governo Collor e a instalação das Câmaras Setoriais no Governo Itamar não foram políticas de exclusão do movimento sindical. No governo de FHC, o tratamento dado às tentativas de greve do funcionalismo público e à greve dos petroleiros, ainda que tenha o caráter de exclusão do movimento sindical, não ocorreu como uma derrota cabal e efetiva deste.

Por exemplo, com as mudanças na agenda sindical dos anos 2000 e o aumento das greves pela PLR, esta reivindicação foi se transformando em uma das principais cláusulas de acordos e de motivação para a greve. Isto é demonstrativo de que, mesmo com a crise sindical, as greves continuaram ocorrendo, mas estavam mudando o seu direcionamento, mais localizado nas categorias e nas empresas mais organizadas. Foram greves que somaram, em 2005, um total de 19.475 horas paradas, sendo que destas, 1.301 horas foram em defesa do cumprimento de acordos da PLR. Em um total de 48 greves, 32 delas tinham como principal reivindicação o reajuste salarial, seguidos de um percentual de 23,7% em defesa da PLR⁶⁵.

No sindicalismo cutista, a PLR⁶⁶ era a justificativa que não existia no início dos anos 90, em plena vigência da crise da CUT, para uma ação

⁶⁵ *Idem.*

⁶⁶ Um dos exemplos disso podemos ver na página da CUT: “**Comando Nacional assina acordo aditivo de PLR e do valor adicional.** Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região – CUT/SP. O Comando Nacional dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) assinaram nesta quinta, dia 18, acordo aditivo à Convenção Coletiva Nacional para a distribuição da Participação nos Lucros e Resultados e para o valor adicional. O acordo garante o pagamento de PLR composta por 80% do salário mais valor fixo de R\$ 878 na regra básica (teto de R\$ 5.826). Os bancos que ao calcularem a distribuição da PLR não atingirem 5% do lucro líquido, devem majorar o valor até chegar a dois salários, com teto de R\$ 11.652.

sindical mais pragmática. Neste período, o que impulsionava a ação sindical era a justificativa para a ação corporativa e a defesa do emprego e a política de ocupação via a participação dos espaços institucionais. As mudanças vão ocorrer quando a PLR foi se impondo como uma conquista material tangível.

Segundo dados do Dieese, os sindicatos são os principais representantes dos trabalhadores nas negociações pela PLR: 61% correspondem à participação sindical, seguido de 25,2% para as comissões mistas (sindicato e comissão de trabalhadores eleitos para tal fim) e, finalmente, 13,8 % correspondem à formação de comissões sem a presença sindical⁶⁷. Quando há envolvimento do sindicato, as conquistas tendem a aumentar em relação à PLR como indicam as tabelas do anuário do Dieese⁶⁸.

O sindicato, mesmo não tendo o controle do processo (GALVÃO, 2002), foi transformando esta reivindicação em uma cláusula importante das negociações coletivas, o que o colocou em um patamar mais favorável para negociar. Não são mais reivindicações para a base do sindicato que vêm prevalecendo, mas para setores dentro desta base, localizados em empresas que possuem capacidade organizativa com condições de reivindicar a PLR⁶⁹.

A este montante será acrescido adicional à PLR de até R\$ 1.800, dependendo do crescimento do lucro de cada banco, pago acima da regra da PLR e sem desconto de programas próprios de remuneração. Pelo acordo, os bancários terão pagamento antecipado de 50% da PLR (40% do salário mais R\$ 439) e de seu adicional com valor de até R\$ 900. A outra metade será paga até março de 2008. Os bancários do Santander recebem o adiantamento de 50% da PLR e de seu adicional **nesta sexta, dia 19**. A Nossa Caixa credita no dia 25 de outubro. O Itaú, Unibanco e Bradesco fazem o pagamento até o dia 26 de outubro. O Safra credita 50% do valor adicional no dia 25. As demais instituições financeiras ainda não comunicaram a data do crédito.

Entenda o debate – A Convenção Coletiva de Trabalho, que garante o reajuste de 6% nos salários, pisos e verbas, 13ª cesta-alimentação, além das cláusulas sociais, de segurança e de condições de trabalho foi assinado no dia **11 de outubro**. Já o acordo da PLR, por força de legislação, é feito separadamente. Historicamente, desde que foi conquistada em 1995, as assinaturas ocorriam na mesma data. Neste ano, no entanto, ocorreram problemas de redação que adiaram a assinatura para essa semana. ‘Tanto a convenção coletiva quanto o aditivo de PLR abrangem os trabalhadores em todo o país. Somos a única categoria a ter instrumento tão importante’, afirma o presidente do Sindicato, Luiz Cláudio Marcolino” CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT/SÃO PAULO. (grifos nossos).

⁶⁷ Nestes casos, muitas vezes segundo mesma fonte, o sindicato ou não está presente ou atua somente como consultor do processo.

⁶⁸ Fonte: **Anuário de 2006**. Dieese. p. 4.

⁶⁹ No Toyotismo, uma forma de organização de trabalho desenvolvida nas fábricas da Toyota nos anos 1950, no Japão, e que se transformou em uma espécie de padrão para as tentativas capitalistas de superação da crise de superprodução dos anos 1970, entende como uma forma de controle a concepção de que o sindicato deve ser por empresa (ALVES, 2000).

É isto que estamos caracterizando como a manifestação atomizada dentro da ação sindical corporativista. A PLR, tendo um objetivo explícito – a cooperação de classes –, mas também implícito – o aumento da produtividade com aumento da intensidade do trabalho –, forma a base material para o desenvolvimento do sindicalismo de uma ação sindical diferenciada, que se formou no bojo da aceitação dos processos desreguladores.

Assim, além de ser a manifestação da desregulação dentro do sindicalismo cutista (em relação aos outros processos flexibilizadores, como banco de horas, mudança no princípio do negociado sobre o legislado, a CUT foi contrária), a PLR foi à sedimentação material de uma ação que, contrária à ação modelar, foi quebrando a dinâmica organizativa e aglutinadora.

Dentro dos setores organizados na CUT, em que a PLR passou a ser assumida como um dos itens das reivindicações temos: petroleiros (estatais), bancários (serviços) e metalúrgicos (privados). Estes apresentaram, entre 2007 e 2009, as seguintes apreciações sobre a PLR:

- em primeiro lugar, temos as decisões da federação dos Petroleiros da CUT que, com dados de 2008 e 2009, passaram a incorporar a PLR como uma reivindicação comum do processo de negociações junto com a empresa. Além disso, assumem a negociação com a presença da FUP e dos sindicatos. Assim temos a presença da organização sindical – legalizada, via os sindicatos que irão assumir a defesa da PLR junto à empresa e junto à base⁷⁰;
- em segundo lugar, temos as decisões do comando nacional dos bancários que afirmam que a PLR passou a ser a principal reivindicação dos bancários organizados pelos sindicatos, aparecendo como a principal reivindicação que fez parte da Convenção coletiva em 1994⁷¹;
- em terceiro lugar, temos as decisões do Congresso dos Metalúrgicos que, também, por sua vez, vão defender a PLR como uma manifestação de conquistas materiais, buscando incorporá-la nas

⁷⁰ Informações no site: <<http://www.fup.org.br/downloads/confup7.pdf>>.

⁷¹ Disponível em: <<http://www.contrafcut.org.br/noticias.asp?CodNoticia=16659>>.

negociações da data base. As negociações nesta categoria se manifestam setorialmente, sendo que as negociações se dão via sindicato ou comissão local⁷².

Ao compararmos as greves nos três setores entre os anos 2004, 2006 e 2007 temos a seguinte configuração:

NÚMERO ESTIMADO	SETOR ESTATAIS	SETOR PRIVADO
2004	6 greves	15 greves
2005	7 greves	37 greves
2007	XXXXXXX XXXXXXX	31 greves

QUADRO 2 - GREVES EM 2004, 2006 E 2007.

FONTE: Adaptado pela Autora a partir de: Dieese. **Estudos e Pesquisas**, n. 12, n. 22.

Assim, o aumento no número de greves assume um caráter importante neste momento da análise, pois representa a ação sindical característica no padrão modelar de atuação sindical, mas que permanece no desenvolvimento desta ação setorial, comprovando que as greves permanecem mesmo com a mudança na ação.

O papel do neoliberalismo, enquanto programa político, ao utilizar a sua vertente ideologizante como a normatização necessária, coloca o sindicalismo frente a uma situação em que, nos anos 90, nem o “desvio” reformista é entendido como uma possibilidade. Daí a incorporação da “ideologia da única alternativa possível”, fazendo com que a única saída seja a adaptação do sindicalismo ao neoliberalismo. A participação cutista em espaços tripartites, durante os anos 90, foi a expressão dessa prática política em que o conjunto e os interesses da classe ficam escamoteados frente à atuação desses sindicalistas nesses espaços.

Como entendemos que essas práticas e mudanças na ação sindical cutista ocorreram em sentido neoliberalizante?

Nesta etapa regressiva em termos de direitos, quando o desemprego coloca os trabalhadores na defensiva na relação com o capital, o desenvolvimento da ideologia neoliberal, dentro do sindicalismo, pode ser

⁷² Resoluções, como proposições para a ação, do 7º. Congresso Nacional dos Metalúrgicos CNM/CUT. Jun. 2007, p. 74.

amplamente justificado. Armando Boito (1999), ao analisar o desenvolvimento deste sindicalismo da participação, que atingiu a CUT em fins dos anos 90, afirmou que as mudanças que estavam ocorrendo com o sindicalismo ainda não haviam terminado. Concordamos com a análise que o autor faz do processo de adesão do sindicalismo cutista dos anos 90 e que há uma dinâmica processual que envolve as questões gerais da ação coletiva. O processo de adaptação do sindicalismo cutista chegou ao fim com a adesão da CUT à ideologia neoliberal, ao participar de processos desregulamentadores como se fossem as únicas saídas possíveis de um sujeito fragmentado na sua ação. Essa aceitação passa pela manifestação material deste desdobramento que é a adesão do conjunto dos trabalhadores, principalmente dos setores mais organizados e que estão na base do sindicalismo cutista, à participação nos lucros e resultados das empresas.

5. A ADAPTAÇÃO NEOLIBERAL E A LEI DE RECONHECIMENTO DAS CENTRAIS SINDICAIS.

O Caderno de Resoluções apresenta, então, a Estratégia e o Plano de Ação e de Lutas definidos para a gestão 2006-2009; o quadro do perfil dos delegados e delegadas presentes e a composição da Direção Executiva Nacional, na intenção de manter a chama acesa em nossa memória e ações e de proporcionar, como documento histórico, material de estudo para as gerações futuras, que observarão as diretrizes aprovadas como uma urgência do presente, calcada na necessidade de ação para fortalecer a democracia e valorizar o trabalho (9º. CONCURT, 2006, p. 2).

A história da CUT acompanhou a consolidação de um estado democrático de direito no marco da democracia representativa. Manter acesa esta história – como indica a citação acima –, e a memória sobre o significado do advento do “novo sindicalismo”, teve um sentido nos anos de vigência da crise cutista: ao exaltar seu passado autêntico e confrontacionista, justificou a participação nos espaços tripartites, nas reuniões com os governos neoliberais e também com o governo Lula. Trinta anos após a consolidação da democracia representativa e da Constituição de 1988, a CUT e as demais centrais foram reconhecidas como parte da estrutura sindical oficial. Com a Lei n. 11648/08, as centrais passaram a ser reconhecidas como “coordenadoras e representantes” dos trabalhadores nas discussões nos espaços tripartites.

Neste capítulo, ao trabalharmos com as resoluções dos 8º. e 9º. Concuts, com o relatório final sobre Reforma Sindical do Fórum Nacional do Trabalho (FNT) e com a Lei n. 11648/08⁷³, observamos que estas informações vão materializar o que indicamos na nossa metodologia: o fato de termos participado da base de sindicatos cutistas, e aliarmos esta experiência com

⁷³ LEI n. 11648/08 organiza o reconhecimento legal das centrais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm>.

uma interpretação analítica destes documentos, possibilitou que, ao desvendarmos as intenções ocultas e as aparentes, pudéssemos revelar a *práxis* contida na ação e na análise.

E mais, utilizar com rigor os conceitos, o que nos impõe a análise sociológica, revelou a dinâmica da crise que indicamos na introdução: ela não é um impasse, uma interrupção, ela é movimento. E desta forma, assinalou a dinâmica da institucionalização em curso e o advento da ação minimalista de defesa da PLR como materialização deste processo.

5.1 O FÓRUM NACIONAL DO TRABALHO

O Fórum Nacional do Trabalho (FNT) se realizou entre 2003 e 2004. Suas reuniões tinham como objetivo elaborar propostas para a Reforma Trabalhista e Sindical em discussão no Congresso Nacional. Reuniu-se de forma tripartite – com representantes do governo, dos trabalhadores (Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, Social Democracia Sindical, Central Autônoma dos Trabalhadores e a Central Geral dos Trabalhadores⁷⁴) e do empresariado. Reunidos sob os auspícios do Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE, sob a gestão de ex-sindicalistas – Ricardo Berzoini, como Ministro, Osvaldo Martines Bargas como assessor do MTE –, esta estrutura tratou da relação dos sindicatos e das centrais com o Estado. O debate realizado abordou questões como a representatividade, a legalidade, a cobrança de taxas sindicais e o repasse desta arrecadação.

O projeto cutista, participacionista e propositivo, e o desenrolar da ação institucionalizada possibilitaram que a participação no FNT, em 2004, e as reuniões em 2007 com o Ministro Carlos Luppi (sobre o Projeto Lei n.

⁷⁴ Em julho de 2007 as centrais CGT, CAT e SDS se fundiram em uma outra central – União Geral dos Trabalhadores.

1990/2007⁷⁵), dessem margem para que, em 2008, a lei de reconhecimento fosse votada no Congresso Nacional.

Esses dois processos – o FNT e a negociação em torno do Projeto Lei – foram demonstrativos do desenvolvimento do quanto esta ação mais institucional foi dando o ajuste legal para a adaptação ao aparato estatal. Como a crise da CUT – uma crise de mudança na ação sindical – se desenvolveu frente aos impasses que a conjuntura econômica impôs (desemprego, reestruturação produtiva e intensificação do trabalho junto com a ideologia e a política neoliberal), a atuação política desenvolvida no governo Lula possibilitou uma saída para a crise dos anos 90.

Essa crise transformou a ação em uma aceitação das regras institucionais que acompanharam a trajetória dos anos 90, quando foi intensificada a ação participacionista.

Já a participação no FNT e nos acordos para a viabilização da legalização foi o ápice desse processo, e permitiu que pudéssemos afirmar que a crise da CUT chegou ao seu fim. Isto é, dessa participação e negociações surgiu a regra legalizadora e imediatamente controladora da ação, que termina com o processo de desenvolvimento de uma ação mais adaptada, encerrando um período de mudança. O fim da crise acompanhou as discussões sobre as dificuldades dos sindicatos em geral frente à “falta de saídas” e à ausência de alternativas. Frente a esta falta de saída ideológica o movimento foi incorporando o reconhecimento nos marcos da reforma neoliberalizante da estrutura sindical, apresentando o reconhecimento legal como ganho político.

Para a CUT, este ganho político, em uma conjuntura desfavorável, se apresentou como o assentimento para que a manifestação da ação adaptada ganhasse seu curso legalizado. E foram as resoluções tanto do FNT como do Projeto Lei n. 1990/2007 que prepararam este processo. Assim, as questões listadas na composição do quadro a seguir – e sua comparação – são elementos significativos para a análise da ação adaptada e da finalização da crise da CUT. A comparação realizada entre os itens arrolados abaixo teve a

⁷⁵ O Projeto de Lei 1990/07 foi apresentado no Congresso Nacional, pelo Ministro do Trabalho e do Emprego – MTE, Carlos Luppi em 2007, resultado de um acordo entre as Centrais sindicais participantes do FNT e o governo, via o MTE. Este acordo visava a apresentação ao Congresso do PL, que esteve organizado tendo como base legal as discussões do FNT.

intenção de demonstrar o processo na trajetória das normatizações para o advento da Lei n. 11 648/08.

FÓRUM NACIONAL DO TRABALHO	PROJETO DE LEI 1990/2007⁷⁶
Requisitos	Requisitos
a) a Central Sindical deverá contar com Sindicatos reconhecidos em, pelo menos, 18 (dezoito) Unidades da Federação, contemplando as cinco regiões do País;	I – filiação de, no mínimo, cem sindicatos distribuídos nas cinco regiões do País;
Regiões abrangentes	Regiões abrangentes
b) dentre as 18 (dezoito) Unidades da Federação com representação da Central Sindical, em pelo menos 9 (nove) delas, a soma dos trabalhadores empregados sindicalizados nos Sindicatos pertencentes à Central Sindical deve ser igual ou superior a 15% (quinze por cento) da soma dos trabalhadores empregados em cada uma dessas Unidades.	II – filiação em pelo menos três regiões do País de, no mínimo, vinte sindicatos em cada uma;
Filiação	Filiação
c) a soma dos trabalhadores empregados sindicalizados nos Sindicatos pertencentes à Central Sindical deve ser igual ou superior a 22% da soma dos trabalhadores empregados nas bases de representação de seus Sindicatos; d) em, pelo menos, 7 (sete) setores econômicos, previstos na legislação, a soma dos trabalhadores empregados sindicalizados nos Sindicatos pertencentes à Central Sindical deve ser igual ou superior a 15% (quinze por cento) da soma dos trabalhadores empregados em cada um desses setores econômicos em âmbito nacional.	III – filiação de sindicatos em, no mínimo, cinco setores de atividade econômica; [...] IV – filiação de trabalhadores aos sindicatos integrantes de sua estrutura organizativa de, no mínimo, sete por cento do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional. § 1º O índice previsto no inciso IV será de cinco por cento do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional no período de vinte e quatro meses a contar da publicação desta Lei.
Cumprimento e julgamento dos requisitos	Cumprimento e julgamento dos requisitos
- Durante o período de até 36 (trinta e seis) meses após a vigência da nova legislação, as Centrais Sindicais poderão se constituir com base nos critérios de representatividade válidos para o período de transição. Esse período poderá ser prorrogado por mais 24 (vinte e quatro) meses, a depender da análise de desempenho de seus índices de sindicalização pela Câmara Bipartite do Conselho Nacional de Relações do Trabalho.	§ 2º As centrais sindicais que atenderem apenas aos requisitos dos incisos I, II e III poderão somar os índices de sindicalização dos sindicatos a elas filiadas, de modo a cumprir o requisito do inciso IV. (art 4) § 2º Ato do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego divulgará, anualmente, relação das centrais sindicais que atendem aos requisitos de que trata o art. 2º, indicando seus índices de representatividade.

QUADRO 3 – COMPARAÇÃO ENTRE O FÓRUM NACIONAL DO TRABALHO E O PROJETO DE LEI 1990/2007.

FONTE: A Autora (2009).

Em relação à representação política da Central frente à sociedade, os itens como “requisitos”, “regiões abrangentes” e “filiação” cumprem o mesmo papel: aferir a representatividade. A localização espacialmente, mas também política das centrais que passariam a ser amparadas por esta legislação, garantiria a representatividade legal, que deveria ser atestada. Estes detalhes não são especificados no Projeto de Lei n. 1990/07 – pelo seu caráter provisório resultante de um acordo político das centrais com o governo via o MTE –, mas sim nas propostas do FNT.

Nos anos 80, a representatividade que permitia o reconhecimento político da CUT era impulsionada pela realização de campanhas salariais unificadas nacionais, pela participação nas manifestações contra a ditadura, pelas denúncias das condições de trabalho, pelas campanhas de solidariedade às greves.

Nesta etapa de legalização, a partir de 2008, a representatividade está aferida por uma norma legal que confere a todas as centrais que nela se enquadrarem a institucionalidade política aceitável dentro dos quadros da democracia representativa.

A aceitação dessa norma legal indicou a anuência do processo institucional que, sob a vigência do Estado neoliberal, impulsionou um outro contorno – flexível – para a vigência da autoridade legal⁷⁷ sobre o sindicalismo.

O que observamos é que nesta etapa regressiva em termos dos direitos, esta lógica flexibilizante – encontrada nos anos do governo FHC – e minimalista na sua manifestação ideológica, impõem uma individualização dos direitos e a sua transformação em um bem comercializável (BORON, 2001, p. 252). Elas vão completando um quadro de subsunção do trabalho, quando cada avanço sindical – institucionalizado, minimalista e material – desenvolve uma contrapartida conservadora. Portanto o ganho político deixa de ser um a ganho e se consubstancia na aceitação do processo de cooptação e adaptação.

⁷⁷ Estamos entendendo (mas isto seria objeto de outra análise) que o Estado neoliberal continua mantendo suas funções – organizador das instituições e controlador dos conflitos – de uma forma flexibilizada, sendo acionado via as normatizações legais dos aparatos – ideológico e repressor – na medida em que isto seja necessário ao capital.

Um controle flexível não quer dizer liberado, mas subsumido frente à lógica de que todos estão universalmente representados (ao estarem democraticamente instalados nos espaços tripartites, e assegurados pelas discussões democráticas e legalizadoras). Dentro desta lógica, há uma acomodação frente a uma realidade complexa: Estado neoliberal, reestruturação produtiva, desemprego, crise sindical. Esta flexibilidade no controle ocorreu, pois a fiscalização ou apreciação meticulosa dos critérios não está nas mãos de somente uma das partes – o Estado –, mas nas mãos também do conjunto das centrais que vão estar legalmente habilitadas para tal julgamento. A questão é que ela passa a ser um controle sobre a ação sindical e não a sua liberalização.

Outros dois aspectos considerados na análise – “cumprimento e julgamento dos requisitos” –, que encontramos no último item do quadro acima, devem ser assegurados dentro da ação sindical legalizada que passou a compor a estrutura adaptada. Dentro desta estrutura, as centrais agiram como o poder normatizador ao lado do Conselho de Trabalho, espaço tripartite e permanente do FNT, e do Ministério do Trabalho. O controle dos requisitos será efetuado pelo Ministério do Trabalho e repassado às centrais, que funcionará como uma “renovação” do controle estatal sobre as centrais.

O questionamento da tutela do Estado frente à liberdade sindical passou a ser ocultado diante da dinâmica institucionalizante da ação sindical cutista. Por exemplo, o questionamento sobre a existência do imposto, que assumia uma importância política substancial dentro da CUT, foi substituído pela necessidade de assegurar o percentual a ser repassado de uma forma legal – proposta contida tanto no relatório do FNT, como no Projeto de Lei n. 1990/2007⁷⁸. Este é um debate, sobre o imposto sindical, que acompanha as contradições da ação cutista e, com a votação da Lei em 2008, retornou com o caráter de uma legalidade democrática, já que foi discutido entre as partes envolvidas.

⁷⁸ A contribuição negocial, nova denominação para as possíveis formas de cobrança, pressupõe que os trabalhadores participem no estabelecimento desta taxa e da sua cobrança. Neste aspecto ela é um saldo qualitativo em relação à estrutura sindical anterior. Se existe um aspecto em que a mudança foi fundamental foi nesta necessidade. A questão é que ela necessita de regulamentação e, enquanto ela não sai, isto não ocorre. Até março de 2009 esta outra forma de cobrança não havia sido estabelecida e o que estava em vigor era o imposto compulsório.

Para que se assegure o cumprimento dos requisitos legalizadores e assim o repasse financeiro, haverá um mecanismo de controle político, já que o repasse será realizado se a central cumprir estes requisitos.

De qualquer forma, o que queremos apontar, ao debater os mecanismos legais da normatização, é que a CUT, ao aceitar as regras legais e a sua vigência, acolheu o controle legal sobre a ação sindical.

Por exemplo, o direito de greve é um direito constitucional. No entanto, na medida em que passou a ser uma legalidade, esta serviu para normatizar as relações entre capital e trabalho. Isto ocorreu, por exemplo, na greve dos petroleiros em 1995 quando a pressão governamental para acabar com a greve e colocá-la na ilegalidade pressionou os sindicatos dos petroleiros e acuou o movimento grevista. E frente a esta investida, o movimento foi sendo isolado pelos meios de comunicação. E assim, sem a solidariedade da população e com problemas políticos internos, decretou-se o fim da greve.

É muito importante que se afirme que um sindicato mais adaptado não prescinde de formas de lutas sindicais, como a greve. Mas estas formas vão se moldar às regras estabelecidas institucionalmente dentro do sindicalismo, pois o que foi estabelecido legalmente faz dessa aceitação ideológica um desfecho importante para a adaptação do movimento sindical.

Dessa forma, para ser legalizada, a CUT participou do processo de manutenção da normatização sobre o sindicalismo, em uma etapa de direitos regressivos, em um momento em que as conquistas trabalhistas estavam sendo flexibilizadas. Esta incorporação passou por contradições, pois a CUT foi contra o processo geral de flexibilização de FHC. Mas assim mesmo foi aceitando a flexibilização em relação ao aparecimento da PLR, que como uma das poucas conquistas materiais foi criando a sedimentação para o desenvolvimento de uma ação mais setorial, o que junto com o processo institucional de legalização vão marcando o fim da crise da CUT.

5.2 A LEI DE RECONHECIMENTO DAS CENTRAIS

Como já abordamos anteriormente, a confiança manifesta no governo Lula era a confiança no desenvolvimento de uma ação governamental capaz de avalizar uma política de participação e de garantia de universalidade. Esta confiança permitiu que no 8º. Concut esta política se expressasse internamente em uma estratégia, que diferenciada em relação a outros governos, deu confiabilidade ao governo Lula:

Que, não pode ser a mesma utilizada nos governos anteriores. É possível afirmar que esta **vitória tem uma dimensão histórico-universal**. Em todo o período republicano, nunca o Brasil foi dirigido por forças tão nitidamente identificadas com as lutas populares. O país já teve alguns governos de viés progressista, **mas só agora um núcleo de esquerda, forjado na luta contra a ditadura e na resistência ao neoliberalismo, chega ao Palácio do Planalto**. Além desta dimensão histórica, a vitória tem alcance mundial, com profundos reflexos, em especial, no continente latino-americano (8º. CONCURT, 2003, p. 11, grifos nossos).

Ou ainda, como uma política de unidade no apoio ao Governo, a CUT indicava a possibilidade de superação da política neoliberal – como uma conquista social – via o diálogo:

Consideramos o governo Lula uma conquista dos setores que historicamente lutaram pela democratização do Estado e das relações de trabalho, e com o qual se pode estabelecer relações e negociações transparentes, tendo os interesses dos trabalhadores devidamente considerados. **Desse modo, a CUT deve dialogar com o governo no debate concreto do projeto alternativo e utilizar sua capacidade de mobilização para pressionar desde a base sindical e setores amplos da sociedade civil para que tal projeto se realize, fortalecendo-se cada vez mais diante dos governos nacional, estadual e municipal, pavimentando um campo de pressão popular para se contrapor ao brutal cerco das elites neoliberais** (8º. CONCURT, 2003, p. 13, grifo nosso).

Nessa mesma direção, seguem-se estas outras manifestações de apoio e confiança ao governo Lula:

O nosso apoio à candidatura Lula durante o processo eleitoral e o nosso compromisso, ao lado de outros setores da sociedade, com o seu projeto político **não devem ser entendidos como superação de diferenças com setores que historicamente se opõem à CUT**. Por outro lado, nossa disputa com o capital e seus representantes **não pode servir de pretexto para se criar,**

a priori, antagonismos com o novo governo. A disputa de hegemonia é um processo em permanente construção, em todos os espaços sociais. O governo tem apontado para uma governabilidade ampliada na qual, para além dos apoios alcançados no Congresso Nacional, se conquistou o apoio da sociedade civil organizada, em especial dos movimentos sociais e populares que fazem parte do campo democrático-popular. Consideramos que, para tanto, o governo deve anunciar claramente a transição para um projeto nacional e popular (8º. CONCURT, 2003, p. 13, grifos nossos).

Nesse mesmo Concut, o 8º., as afirmações demonstraram que o movimento sindical se viu constrangido diante da nova conjuntura neoliberal. Sem outras referências clássicas ou da origem da CUT de oposição e confronto com o capital além das apresentadas nos Concuts (participação, apoio ao governo, defesa da institucionalidade – para buscarem alternativas frente à aplicação das políticas governamentais, das novas tecnologias e da reestruturação produtiva) – a defesa da relação tripartite foi substituindo a defesa da ação como oposição. Foi assim que nos Concuts dos anos 2000, como o 9º. Congresso, a justificativa de uma política de influências, de ganhar posições dentro da estrutura, foi estabelecendo os limites para a formação de um sindicalismo adaptado:

No entanto, a CUT posiciona-se criticamente em relação às políticas monetária e fiscal adotadas, até o momento, pelo governo Lula: juros altos, superávit fiscal elevado e câmbio valorizado. De um lado, estas políticas têm resultado na estabilidade dos preços; no cumprimento de contratos da dívida pública; na redução do risco-país, com a atração de capitais externos; em um contexto de liquidez internacional. Por outro lado, estas mesmas políticas não permitem um efetivo equacionamento da dívida pública, retraindo os investimentos públicos e privados, e penalizando os investimentos nas políticas sociais (9º. CONCURT, 2006, p. 15).

A procura por tais resultados imediatos acompanhou a busca por uma maior participação, que já ocorria através da ocupação de espaços institucionais e da presença de ex-sindicalistas no governo Lula. Elas só seriam intensificadas, no entanto, com uma institucionalização da ação, quando, no plano superestrutural, a CUT deixou de ser uma dificuldade política e passou a ser um ajuste político para as mudanças e efetivação do controle sobre os trabalhadores:

Para promover um desenvolvimento sustentável e solidário no país, propomos que o governo adote a fixação de objetivos claramente sociais, vinculados à política econômica, através de metas quantitativas de crescimento econômico e de empregos formais a serem criados, além das metas de inflação, já praticadas. Conseqüentemente, a fixação das taxas de juros levaria em consideração o equilíbrio das três metas: a meta de inflação e as metas de crescimento e de emprego (9º. CONCURTO, 2006, p. 15).

Segundo Boito (2002, p. 73), como “o neoliberalismo tem convivido pacificamente com o corporativismo de Estado”, o movimento sindical cutista (depois de anos de crítica e tentativas internas de combater a estrutura, com a política de ramos, com a lei de reconhecimento e com uma estrutura renovada) acabou por participar do advento da institucionalidade, a Lei n. 11648/08, que faltava para finalizar a crise de adaptação.

Em relação à Lei n. 11648/08, e seu significado dentro da ideologização neoliberal, para a renovação da estrutura sindical oficial e do papel da CUT neste processo, vamos observar que não houve o fim do imposto compulsório, mecanismo histórico de controle do Estado sobre o sindicalismo. Com esta Lei as regras arroladas para receber o financiamento criaram um outro mecanismo de controle sobre a atuação da Central – que são os requisitos legais para aferição da representatividade.

Este quesito relativo ao repasse financeiro ao prever a anuência por parte do movimento sindical para que haja um tratamento igualitário entre entidades – dos empregados e dos empregadores – e desigual com as centrais que não cumprirem o requisito é indicativo da assunção desta defesa dos espaços tripartites, para a manutenção de ganhos políticos de alguns setores do movimento sindical. Ainda que possam existir acordos em relação às centrais que não estarão em dia com os requisitos e que estarão por fora do aparato legal, como também prevê a Lei, a desigualdade de tratamento será de caráter político:

1º O critério de proporcionalidade, bem como a possibilidade de acordo entre as centrais, previsto no caput deste artigo não poderá prejudicar a participação de outras centrais sindicais que atenderem aos requisitos estabelecidos no art. 2º desta Lei.

§ 2º A aplicação do disposto no caput deste artigo deverá preservar a paridade de representação de trabalhadores e empregadores em qualquer organismo mediante o qual sejam levadas a cabo as consultas⁷⁹.

Em relação ao que estabelece a Lei para empregados e empregadores temos o artigo 589:

I - para os empregadores:

- a) 5% (cinco por cento) para a confederação correspondente;
- b) 15% (quinze por cento) para a federação;
- c) 60% (sessenta por cento) para o sindicato respectivo; e.
- d) 20% (vinte por cento) para a “Conta Especial Emprego e Salário”;

II - para os trabalhadores:

- a) 5% (cinco por cento) para a confederação correspondente;
- b) 10% (dez por cento) para a central sindical;
- c) 15% (quinze por cento) para a federação;
- d) 60% (sessenta por cento) para o sindicato respectivo; e.
- e) 10% (dez por cento) para a “Conta Especial Emprego e Salário”;

§ 1º O sindicato de trabalhadores indicará ao Ministério do Trabalho e Emprego a central sindical a que estiver filiado como beneficiária da respectiva contribuição sindical, para fins de destinação dos créditos previstos neste artigo.

§ 2º A central sindical a que se refere a alínea *b* do inciso II do caput deste artigo deverá atender aos requisitos de representatividade previstos na legislação específica sobre a matéria⁸⁰.

⁷⁹ LEI n. 11648. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm>.

⁸⁰ *Idem*.

A questão é que, com a nova Lei, uma relação mais institucionalizada, mais organizada e ideológica no relacionamento com o movimento sindical como um todo se constituiu. A configuração que se arquitetou com a Lei n. 11648/08 manteve a lógica que organiza as relações entre as classes: o Estado como um aparelho de controle dos movimentos sociais. A Lei de Reconhecimento das Centrais recolocou este papel ao indicar que o controle será efetuado pelo Ministério do Trabalho com o diferencial que ele ocorrerá junto com as Centrais, legalmente representadas, de acordo com certificação que será emitida pelo MTE.

No seu artigo 4º, a indicação do papel normatizador do Ministério do Trabalho é cabal:

A aferição dos requisitos de representatividade de que trata o art. 2º desta Lei será realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 1º **O Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, mediante consulta às centrais sindicais, poderá baixar instruções para disciplinar os procedimentos necessários à aferição dos requisitos de representatividade**, bem como para alterá-los com base na análise dos índices de sindicalização dos sindicatos filiados às centrais sindicais.

§ 2º Ato do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego divulgará, anualmente, relação das centrais sindicais que atendem aos requisitos de que trata o art. 2º desta Lei, indicando seus índices de representatividade (grifo nosso)⁸¹.

Aparentando uma relação mais ágil e dinâmica, assumindo uma aura de neutralidade, que perseguem as regras institucionais na democracia representativa, com esta lei, as centrais com maior poder de organização vão ser as centrais reconhecidas. E o controle sobre o movimento sindical não ocorrerá diretamente pelo Estado, mas via o próprio movimento, pelas centrais legalizadas.

Qual é a questão, portanto?

O Estado passou a ser mínimo, as cláusulas contratuais estão rebaixadas, a agenda sindical se modificou, o desemprego estrutural

⁸¹ *Idem.*

permaneceu, e a CUT se institucionalizou. E além deste quadro, a CUT, através dos seus sindicatos, foi desenvolvendo um sindicalismo mais fragmentado e reduzido. Mesmo com sua postura de defesa da unidade com os movimentos sociais, o que prevalece é a individualização sindical, pois esta defesa ocorreu com ações superestruturais que atraem atenção, mas não dão continuidade, nem estabelecem com as situações concretas, na ação dos movimentos sociais em geral, uma ligação política efetiva. A CUT, ao concordar com a Lei de Reconhecimento como um poder normativo, repete em um plano estrutural o que vem acontecendo no cotidiano dos locais de trabalho: a defesa de conquistas possíveis, negociáveis para algumas categorias.

Assim como no processo produtivo o controle sobre o trabalho passou a ser realizado pelo próprio trabalhador, através da adoção de metas, vinculadas, por exemplo, à PLR, no movimento sindical, o controle será efetuado pelos próprios dirigentes sindicais. Diferente da relação estabelecida por Thatcher contra o movimento sindical inglês, a relação neoliberal, que se configurou e que podemos observar na relação do sindicalismo cutista com o governo, foi à assunção de controle ideologizador pelas relações institucionais. E, ao atingir o movimento sindical, a aceitação de alternativas que são mínimas⁸², ou únicas, pois são as alternativas que aparecem como viáveis, negociáveis, prevalecem e assumem ares democratizantes. A pressão institucional, que faz do aspecto legal o efetivo controle modernizador das relações entre as classes, aumentou a pressão para o aparecimento de um sindicalismo que pressupõe a separação de uma parcela dos trabalhadores e a defesa de seus interesses, em detrimento da sua categoria profissional específica.

Para Boito Jr. (2002, p. 73), o controle sobre o sindicalismo realizado pelo Estado burguês permaneceu mesmo com todas as mudanças que ocorreram no âmbito das relações superestruturais no domínio da Constituição de 1988. Esta permanência permitiu, assim, que além das

⁸² Em 2009, os trabalhadores foram obrigados a aceitar a redução dos salários e da jornada como forma de manter o emprego que estava em risco com a crise financeira mundial que se apresentou a partir da crise norte-americana, que teve como estopim os empréstimos de risco no mercado imobiliário e as transações realizadas para manter este mercado em movimentação.

questões apontadas acima, como pode-se observar no Artigo 1º. da Lei de Reconhecimento, que o controle estatal permanecesse. Permanece, mas assumiu a aparência de uma manifestação democrática, de participação e consentimento, coroando as decisões do Fórum Nacional do Trabalho como se elas representassem o máximo de participação entre as classes no âmbito de um regime democrático das relações trabalhistas⁸³.

Essa participação não produziu ações aglutinadoras e massivas, pois o sindicalismo cutista atuou fragmentado, ora visando – através de proclamações – a unidade com o movimento social em geral, ora tentando apoiar as ações do governo. No processo de sua identificação política e ideológica com o governo Lula, fez o que se espera da base sindical de apoio ao governo, cumprindo o seu papel de Central, como um negociador constante, e que atuava no plano superestrutural:

Ampliar o papel negociador da CUT consiste, também, que a Central exerça de fato seu papel de coordenação, proposição e mobilização de Campanhas Salariais Unificadas, articulando os diversos setores/categorias para a construção de uma pauta comum a ser composta por quatro itens básicos: limitação de hora extra, pisos salariais nacionais, direito à informação mensal de emprego e salário por empresa e organização no local de trabalho. Além disso, é estratégico articular setores e categorias que têm salário médio próximo ao salário mínimo, entre elas, o comércio, a construção civil, as trabalhadoras domésticas e os servidores públicos municipais; visando conquistar pisos nacionais superiores ao salário mínimo. **Constituir e consolidar espaços efetivos de negociação das relações de trabalho no setor público, nas três esferas de governo é outra meta importante da Central** (9º. CONCUR, 2006, p. 46-47, grifos nossos).

Nessa mesma direção, os sindicatos cutistas e a CUT promoveram ações e manifestações superestruturais, de defesa da PLR como reivindicação, como indicaram as resoluções abaixo:

⁸³ Além disso, o neoliberalismo não vem atuando de maneira tão repressora como foi o governo Thatcher na Inglaterra dos anos 90, ou ainda como o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, contra os petroleiros em greve nacional. Isso, sem observar a atuação deste mesmo governo na greve das Universidades Federais, em 2001, quando o então Ministro da Educação, Paulo Renato, cortou o pagamento dos professores, durante 90 dias.

Atualizar o debate sobre Acordo/Contrato Coletivo Nacional de Trabalho, para concretizá-lo como eixo de organização e mobilização das categorias. Por fim, **a direção da CUT deverá elaborar uma estratégia dentro de seus princípios para orientação dos sindicatos filiados no que concerne a negociação de Participação nos Lucros e Resultados – PLR, levando em conta, entre outros, a luta pela Organização por Local de Trabalho – OLT, a transparência e divulgação de informações por parte das empresas aos sindicatos; a tomada de decisões por assembleias de trabalhadores(as) sobre objetivos e metas dos acordos, além de taxa negociada** (9º. CONCUR, 2006, p. 46-47, grifo nosso).

O neoliberalismo tem caráter antipopular e imperialista e, neste aspecto, concordamos com os seus críticos. Mas, discordamos de alguns deles quando observarmos que o neoliberalismo não precisa incidir intensamente sobre o sindicalismo para se manifestar. Esta ação contra o movimento sindical foi, na sua forma política e social, a apresentação inicial do neoliberalismo. No entanto, na medida em que, ideologicamente, suas idéias e seu programa foram se desenvolvendo no interior da classe trabalhadora – através da pressão do desemprego, da intensificação do trabalho – não houve a necessidade, no Brasil, de tratar o movimento sindical como inimigo. Além da existência de uma central sindical defensora do neoliberalismo, como a Força Sindical, paulatinamente, o sindicalismo cutista – originalmente opositor ao *status quo* – foi, principalmente no governo Lula, incorporando esta ideologização.

Como afirmamos no início desta tese, todas as transformações na trajetória da CUT – nos anos 80 e 90 do século XX – fizeram parte da crise mais geral do sindicalismo. Esta crise se manifestou: primeiro, na CUT, tanto internamente como nas relações estruturais determinadas pela etapa capitalista; segundo, nas relações entre os sindicatos e o ápice da organização sindical.

Mantém-se dentro da crise geral do sindicalismo, mas supera a sua manifestação localizada, inserida em um processo de modificação da ação, visando resolver também suas questões internas. Este processo, tratado no quarto capítulo, eleva a idéia de crise como movimento e como dinâmica da ação. Então, a crise de adaptação se encerra e permite que a CUT, sem ter

que se preocupar com a defesa de proposições que a circunscrevam na dicotomia Reforma ou Revolução, se libere deste debate. Ao se liberar, se inscreveu no debate sobre a ação fragmentada e seus desdobramentos normativos, que estão inseridos nas discussões sobre o contrato coletivo de trabalho⁸⁴, o que dá continuidade ao processo minimalista em curso.

A crise da ação coletiva não é a crise do sindicalismo, mas dos trabalhadores, aglutinados ou não nas suas organizações sindicais e também nas organizações políticas. Toda a nossa análise sobre as dificuldades do movimento sindical cutista e a sua superação nos levaram a entender que ao ultrapassar a crise, não houve isenção do processo maior de crise da ação coletiva, do qual este sindicalismo faz parte. E ao ir além da sua crise de mudança na ação ela se transformou em uma central mais institucional. O fim da crise da CUT se deu por dentro do Estado capitalista conformando as relações entre as classes e garantindo a manutenção da crise de direção do movimento operário. Ao mesmo tempo em que este processo de adaptação – com seus aspectos superestruturais manifestos – estavam em curso, os sindicatos deveriam, por sua razão de ser, dar respostas às questões sindicais. A saída foi buscar uma prática sindical com resultados imediatos, que envolveu a mudança na agenda sindical e, dentro desta, uma defesa de conquistas possíveis e negociáveis, como a PLR.

Ocorreu a finalização da crise, mas as questões que revelam a dicotomia clássica permanecem. A questão a se observar, ao se concluir esta exposição, é que a origem, o desenvolvimento e a finalização da crise da CUT são momentos constituidores de uma dinâmica maior que é a crise de movimento dos trabalhadores, que não se resolveu no sentido leninista, nem reformista, mas que revelou uma manifestação mais sutil e ideologizada.

Se a adaptação era o que movia a CUT nos anos de sua crise, a sua incorporação ao aparato estatal e o papel das Centrais reconhecidas no julgamento da representatividade impulsionaram uma ação por dentro do aparato, julgando e controlando o movimento sindical. Esta é o controle que

⁸⁴ Esta discussão deve ser objeto de uma outra análise; de qualquer forma, as proposições sobre contrato coletivo visam a negociação entre as partes, o que eleva a flexibilização e a fragmentação da ação sindical.

finaliza a crise de adaptação e insere definitivamente a CUT no arcabouço da crise geral. Esta crise tem seu aspecto material.

A aceitação da PLR permite que possamos indicar a assunção de uma ação sindical que, por fora dos marcos reformista, leninista, ou neocorporativista do tipo societal, envolveu a busca de ganhos materiais que passam pela organização de setores dentro das categorias, e o abandono de ações maiores e unificadas como era característica do sindicalismo cutista na sua origem. Nesta origem, a sua manifestação era de um sindicalismo modelar, que foi se modificando e dando origem a esta outra forma, que mais ideologizada, permite que se quebre a aglutinação com sua justificativa de ganhos materiais.

A nomeação da ação, independente da sua denominação, foi estabelecida dentro do quarto capítulo, que retomamos aqui, a título de finalizar a análise. A ação que se desenvolveu neste início de século XXI é uma ação tendencial, dentro da dinâmica sindical, mais setorial e atomizada. Nesta etapa, a tensão entre o desenvolvimento da institucionalização e a sua crise imediata (bárbara e racional, segundo Löwy) nos levou ao caráter não fixo e tencionado na composição da ação.

Uma ação sindical institucional surgiu como racionalizadora do conflito, pois atuará na sua normatização, o que não significa que o conflito deixará de existir. Por isto podemos afirmar que a institucionalização da CUT não finaliza a crise da ação sindical, mas finaliza a crise da CUT como instituição opositora e crítica à estrutura sindical e à hegemonia dominante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação social é o movimento que configura e que, ao mesmo tempo, limita a constituição da sociedade. E a razão de ser do social se forma com as vontades individuais, mas imediatamente coletivas e sociais determinadas pela estrutura e pela visão de mundo dominante. Estas também podem ser influenciadas, de maneira periférica, pelas ideologias autênticas (no sentido gramsciano) que buscam romper com a dominação de classe.

Na China do início do século XXI, a falta de leis protecionistas vem permitindo que milhares de pessoas trabalhem em condições precárias sem nenhuma garantia de bem estar. Observar essa falta de proteção dos trabalhadores chineses nos colocou frente a uma contradição: é possível o desenvolvimento de regulamentações trabalhistas na China quando se observa a crise da ação coletiva e da sua manifestação junto às ideologias autênticas? É possível pensar em saídas aglutinadoras e organizativas para os trabalhadores chineses? E para os trabalhadores de outros países?

Como romper com a ação coletiva determinada pela hegemonização dominante frente à precarização do modo de vida dos trabalhadores?

Ao existir, por parte dos trabalhadores chineses, a busca de um padrão de atividade sindical, podemos afirmar que o sindicalismo não deixou de ter um locus próprio de desenvolvimento que é a desigualdade social e o conflito que ela desencadeia. Isto tanto para as manifestações a favor da dominação, como para as manifestações das ideologias autênticas.

O que estamos sugerindo é que o sindicalismo, mesmo em meio a sua crise continua sendo importante, como uma possível cunha na realidade precária desta etapa descendente do capitalismo. Esta possibilidade está inserida na lógica manifesta e contraditória da ação social. Desta forma consideramos que, se no pós-guerra foi desenvolvida uma lógica institucionalizante, que permitiu o surgimento de burocracias sindicais, mantenedoras do *status quo*, no Brasil, o fim do século XX revelou que estas burocracias conseguiram contornar a sua crise característica.

Isso porque, insistimos, esta lógica correspondeu à conformidade que o papel da ideologia neoliberal realizou, globalmente, ao desenvolver um senso comum (no sentido gramsciano) de aceitação. Mas também

correspondeu, ao considerarmos o movimento que constitui a crise e o próprio social, ao desenvolvimento de novas institucionalidades.

Por exemplo, nos anos 2000 – entre 2006/2007 – no México, na província de Oaxaca, organizou-se um movimento contrário à corrupção e dominação do governo local que contou com a participação organizada dos movimentos sociais e do movimento sindical – especificamente dos professores desta província. Com isto estabeleceu-se uma organização democrática que fugia tanto da concepção de democracia representativa dentro do ideário liberal como do centralismo burocrático das organizações do stalinismo. Em uma forma de democracia direta, os participantes buscaram se organizar e denunciar a repressão violenta ao seu movimento. Foi uma unidade importante para o desenvolvimento de uma forma de representatividade, que rompeu com a institucionalidade burocratizada.

Não houve a necessidade histórica de construir etapas – liberais ou na tradição stalinista ou ainda social democrata – para o desenvolvimento de novas institucionalidades organizativas e democráticas. Contrariamente à organização em Oaxaca, o sindicalismo setorial e intrasetorial que vêm sendo desenvolvido, no Brasil, pela CUT, corresponderam a uma saída sindical que se identificou ideologicamente com as manifestações neoliberais na forma de uma ação institucionalizada.

Por isto, esta tese demonstrou que o processo denominado como crise do sindicalismo cutista chegou ao fim. Chegou ao fim porque esta crise que tinha origem na mudança em curso da ação sindical cutista – de confrontacionista para adaptada – deu sustentação para que uma outra forma de ação sindical se revelasse. Esta mudança acompanhou a história da CUT nos anos 90, o que implicou na participação mais efetiva nos fóruns e espaços tripartites e nas atividades comuns com a Força Sindical – sua rival no plano sindical. Significou também a fragmentação das ações aglutinadoras e autônomas, pretendidas na fundação da CUT. Esse fracionamento rumou em direção ao desenvolvimento de ações mais específicas dentro das categorias, como a defesa de conquistas e direitos de setores profissionais em detrimento da unidade entre os trabalhadores como foram as Câmaras Setoriais; junto a isto se soma o advento da PLR como uma forma de continuidade desta ação

setorial, que vem sendo considerada como uma conquista importante dentro do processo de flexibilização realizado.

Foram mudanças que transformaram as greves unificadas contra os planos econômicos e que visavam à unidade dos trabalhadores dos anos 80, em ações dentro das categorias na defesa do emprego e do salário.

Esta defesa fez com que esse sindicalismo participasse do processo de flexibilização das relações trabalhistas características dessa etapa descendente e neoliberalizante da economia, e que ocorreu na medida em que o sindicalismo cutista, em meio a essa modificação na ação, buscou a sua legalização. Mais do que isto, estas mudanças expuseram também como a combinação entre a diminuição da agenda sindical e a defesa de cláusulas liberalizantes, como a PLR, foram dando uma materialidade à mudança da ação.

E no fim da crise, a CUT desenvolveu ações menos programáticas no sentido histórico do movimento operário – como a defesa do socialismo – e mais pragmáticas e economicistas, o que significou que o sindicalismo cutista ficou autorizado para realizar defesas de ações mais adaptadas.

Mas estas são ações que, pontuais e menores na conquista de direitos trabalhistas, passaram nessa etapa a terem um caráter estratégico dentro da CUT. Elas modificaram a esfera de atuação cutista, que passou a ser minimalista na sua essência e legalizada na sua organização pública. Buscaram ainda, na reforma da estrutura corporativa, a legalidade que permitiu à ação cutista a sua revelação final, que por sua vez se inscreveu como elemento da etapa do Capitalismo Tardio e que acompanhou as características deste desenvolvimento.

Para realizarmos esta análise, da mudança da ação combinada com a legalização das centrais, buscamos entender qual o significado da crise geral do sindicalismo sobre a crise específica da CUT. Dentro deste debate, as polêmicas localizavam os sindicatos – ou como ação institucional, ou como sujeito ultrapassado e necessariamente tendo que ser revisto, ou ainda como discurso limitado frente ao pragmatismo economicista. Entendemos que esta crise, marcada pela dinâmica da adaptação institucional e legal da CUT, reafirmou o papel dos sindicatos na sociedade, mas também indicou o quanto

este pode ser revelador das contradições que formam a ação coletiva, como das possibilidades de superação dos entraves que a cercam.

A análise da crise de adaptação do sindicalismo cutista demonstrou que a CUT, ao se inserir na crise de direção do movimento operário e sindical em geral, finalizou a sua crise específica, de adequação ao aparato estatal.

Assim, as críticas milenaristas à ação sindical nos levam a afirmar que o comportamento dos trabalhadores dentro de suas organizações sofre uma espécie de síndrome prometeica⁸⁵: as críticas vão e vêm no sentido da formação da classe e da busca de externar (ou exterminar) o seu sentido político. Desta forma, a reafirmação da existência das classes não pode se dar no plano do dogmatismo stalinista, nem da ilusão neoliberal do fim das classes. Esta redefinição, se é que se pode denominá-la assim, correspondeu à necessidade de se identificar as contradições na ação coletiva nesta conjuntura do Capitalismo Tardio, quando o movimento sindical cutista, em um processo de identificação com a ideologia neoliberal, desenvolveu uma fragmentação na sua prática.

Esta fragmentação, que levou ao surgimento de uma ação minimalista – de defesa de reivindicações de setores dentro das categorias – é uma manifestação imediata, na conjuntura dos anos 2000, da desagregação da ação sindical modelar. A ação sindical se realiza, mas não ocorre nos marcos da coalizão marxiana, necessária para colocar em igualdade aqueles que são desiguais (MARX, 1989).

⁸⁵ Prometeu, figura mitológica, que ao ser responsabilizado, pelos Deuses do Olimpo, por ter dado fogo e ensinado a técnica aos homens, foi condenado a ser acorrentado no Cáucaso e ter o seu fígado comido por um abruite todos os dias, pois este renascia, o que permitia à ave rapineira realizar diariamente a execução da pena.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. Sobre a lógica das ciências sociais. In: COHN, G. **Adorno**. São Paulo: Ática, 1986.

ALEXANDER, J. C. O Novo Movimento Teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, n. 4, jun. 1987.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. Sindicato em tempo de reforma. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 1, jan./mar.1998.

ALTHUSSER, Louis. **A Favor de MARX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALVES, G. Do "novo sindicalismo" à "concertação social": ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 15, nov. 2000.

_____. Nova Ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa. In: TEIXEIRA, F. J. S.; OLIVEIRA, M. A. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**. As novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Fortaleza: UECE, 1998. p. 109-161.

ANDERSON, P. **Antinomias de GRAMSCI**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. **Pós neoliberalismo**. As políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. **Considerações Sobre o Marxismo Ocidental**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Crise da Crise do Marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **O Fim da História: de Hegel a Fukuyama**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

_____. **O Novo Sindicalismo**. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1991.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: ANTUNES, R. (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 1997.

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX**. São Paulo: Contraponto, 1996.

_____. Século marxista, século americano. In: ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 295-350.

_____. Trabalhadores do mundo no final do século. In: ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 351-371.

BARRETO, R. M.; PÁDUA NETO, A. de. Participação nos lucros ou resultados (PLR) nas empresas petroquímicas da Bahia. **BAHIA ANÁLISE & DADOS**, Salvador, v. 12, n. 3, p. 167-177, dez. 2002.

BENSAID, D. **Marx o Intempestivo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**. São Paulo: Boitempo, 2000.

BEYNON, H. O Sindicalismo tem futuro no século XXI? In: SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. (Orgs.). **Além da Fábrica**. Trabalhadores, Sindicato e a Nova Questão Social. São Paulo: Boitempo, 2003.

BIRH, Alan. **Da grande noite à alternativa**. O movimento operário europeu em *crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOITO JR, A. A crise do sindicalismo. In: RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. (Orgs.). **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 319-333.

_____. **De volta para o novo corporativismo**: a trajetória recente do sindicalismo brasileiro. ANPOCS, 1994. Mimeo.

_____. **O sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. “Reforma e persistência da estrutura sindical”. In: BOITO JR, Armando (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BÓRON, A. A sociedade Civil após o dilúvio neoliberal. In: SADER, E.; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo**. As políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 63-138.

_____. Depois do dilúvio sempre sai o sol. In: _____. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1994. p. 209-242.

_____. Quinze anos depois: democracia e injustiça na história recente da América Latina. In: _____. **A coruja de Minerva**. Mercado contra Democracia no capitalismo contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2001.

CARDOSO, A. M. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **A trama da modernidade**: pragmatismo sindical e democratização no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

_____. O sindicalismo no Brasil: breve excuro sobre mudanças e

permanências. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro: n. 2, p. 11-34, jul. 2002.

CARVALHO NETO, A. **Relações de trabalho e negociação coletiva na virada do milênio**: estudo em quatro setores dinâmicos da economia brasileira. Belo Horizonte: Vozes / IRT, PUC Minas, 2001.

CASTEL, R. **Metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação**: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 3. p. 411-439.

CHESNAIS, F. A mundialização do Capital. In: COGGIOLA, Osvaldo. **Humanitas – Revista de Estudos**, São Paulo: FFLCH/USP, p. 9, 1998.

_____. O capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, O. (Org.). **Globalização e socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A Globalização da Pobreza**: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

COSTA, S. **Estado e controle sindical no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz editor, 1986.

CRUZ, A. **A janela estilhaçada**: a crise do discurso do novo sindicalismo. Petrópolis: Vozes, 2000.

DEDECCA, C. S. Reorganização das relações de trabalho no Brasil. In: CARVALHO NETO, A.; CARVALHO, R. A. de. (Orgs.). **Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90**. Belo Horizonte: IRT, PUC-MG, 1998. p. 151-180.

EAGLETON, T. De Luckács a Gramsci. In: _____. **Ideologia**. São Paulo: Editora Boitempo / Editora da Unesp, 1997. p. 89-114.

FERNANDES, F. A herança Intelectual da Sociologia. In: MARTINS, J. S.; FORACHI, M. M. (Orgs.). **Sociologia e Sociedade**. 20. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004. p. 9-17.

GALVÃO, A. Do coletivo ao setor, do setor à empresa: a trajetória do 'novo sindicalismo' metalúrgico nos anos 90. In: RODRIGUES, Iram J. **O novo sindicalismo vinte anos depois**. São Paulo: Vozes, 1999. p. 113-161.

_____. **Entrevista com René Mouriaux**. Reanimação das lutas sociais e a esquerda na Europa hoje. Crítica marxista. Disponível em:
<http://www.unicamp.br/unicamp/servicos/servicos_bibliotecas.html#acervos>.

_____. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. Tese (Doutorado). Set. 2003. Disponível em:
<http://www.unicamp.br/unicamp/servicos/servicos_bibliotecas.html#acervos>.

_____. O movimento sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxos. In: **III Reunião intermediária GT ANPOCS –Trabalho e sindicatos na Sociedade Contemporânea**. UFPR.

GIANNOTTI, V.; LOPES NETO, S. **Collor**. A CUT e a Pizza. 2. ed. São Paulo: [s.n.], 1993.

_____. **Cut Ontem e Hoje**. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. **História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GOLDMANN, L. **Ciências Humanas e Filosofia**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

_____. **Dialética e Ciências Humanas**. Lisboa: Presença, 1973. v. 1 e 2.

_____. **Dialética e Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel**. São Paulo: Boitempo, 2002.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1984.

HABERMAS, J. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1980.

_____. A nova Intransparência. A crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Revista Novos Estudos**, Cebrap, n. 18, set. 1987.

_____. A Revolução e a necessidade de revisão da esquerda. O que significa o socialismo hoje? In: BLACKBURN, Robin (Org.). **Depois da Queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1992. p. 45-72.

_____. Ciência e Técnica enquanto ideologia. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. **Mudança estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. O Horizonte da Modernidade está se deslocando. In: **O pensamento Pós-metafísico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

_____. **Teoría de la acción comunicativa**. Tomo II Crítica de la razón funionalista. [S./l.]: Taurus, [s/d].

HALL, S. *et al.* Política e Ideologia em Gramsci. In: **Da ideologia**. Centre fro Contemporary Cultural Studies. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 60-100.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

HOBBSAWM, E. Adeus a tudo aquilo. In: BLACKBURN, Robin (Org.). **Depois da Queda**: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. São Paulo: Paz e Terra, 1992. p. 92-106.

_____. **A Era dos Extremos**. O breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

JAMESON, F. **A Cultura do Dinheiro**. Ensaio sobre a Globalização. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Pós-modernismo**. A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997.

KELLER, W. Neocorporativismo e Trabalho: a experiência Brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação Seade, v. 9, n. 4, p. 73-83, out./dez. 1995.

KREIN, J. D. As negociações coletivas e a regulação do trabalho. In: ARAÚJO; FERRAZ (Orgs.). **Trabalho e Sindicalismo**: tempo de incertezas. São Paulo: LTr, 2006.

_____. **O Aprofundamento da Flexibilização das Relações de Trabalho no Brasil nos Anos 90**. Dissertação (Mestrado em Economia Social e do Trabalho) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, fev. 2001.

KURZ, R. **O Colapso da Modernização**: da derrocada de socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOJKINE, J. **A Revolução Informacional**. São Paulo: Cortez, 1999.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Barbárie e Modernidade no século XX. In: LOWY, M.; BENSALD, D. **Marxismo, Modernidade e Utopia**. São Paulo: Xamã, 2000. p. 49.

LUXEMBURG, Rosa. **A crise da Social Democracia**. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

_____. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Flama, 1946.

MANDEL, E. **A Crise do Capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

_____. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANNHEIN, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. I (a).

_____. **Luta de Classes em França**. São Paulo: Global, 1986.

_____. **O 18 Brumário de Louis Bonaparte**. Lisboa: Avante!, 1982.

_____. **A Guerra Civil na França**. São Paulo: Global, 1986.

_____. **O Manifesto Comunista**. URSS: Edições Progresso, 1987.

_____. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1989.

_____. **A Ideologia Alemã** (Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **O Capital**. Livro I, Capítulo VI. Inédito. São Paulo: Livraria Editora Ciência Humanas, 1978.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOURIAUX, R. O sindicalismo dos países industrializados após a crise dos anos 1970: efetivos, estruturas e estratégias. In: SANTANA, M. A.;

RAMALHO, J. R. **Além da Fábrica**. Trabalhadores, Sindicato e a Nova Questão Social. São Paulo: Boitempo, 2003.

NEGRO, Antonio Luigi. Nas origens do 'Novo Sindicalismo': o maio de 59, 68 e 78 na Indústria Automobilística. In: RODRIGUES, Iram J. **O novo sindicalismo vinte anos depois**. São Paulo: Vozes, 1999. p. 9-33.

NOGUEIRA, Arnaldo J. F. Mazzei. Emergência e crise do novo sindicalismo no setor público brasileiro. In: RODRIGUES, Iran J. (Org.). **O novo sindicalismo vinte anos depois**. Petrópolis: Vozes, 1999.

NORONHA, Eduardo Noronha. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JR., Armando (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 93.

OFFE, C. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, M. A. Notas sobre a *crise* do Novo Sindicalismo Brasileiro. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n.1, jan./mar.1998.

OLIVEIRA, R. V. de. As promessas da CUT e a reforma sindical do Governo Lula: dilemas recorrentes. In: ARAÚJO; FERRAZ (Orgs.). **Trabalho e Sindicalismo**: tempo de incertezas. São Paulo: LTr, 2006.

_____. O sindicalismo metalúrgico, o "festival de greves" e as possibilidades do contrato coletivo nacional. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Trabalhar o Mundo**. Os caminhos do novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Os desafios do sindicalismo brasileiro neste final de século. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba: DECISO/UFPR, n. 10/11, p. 139-152, 1998.

_____. Ação sindical no Brasil: transformações e perspectivas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 1, jan./mar. 1998.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

RAMALHO, J. R. (Org.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 11-43.

_____. Organização sindical e a instalação de novas fábricas do setor automobilístico: o caso do sul fluminense. In: RODRIGUES, Iran J. (Org.). **O novo sindicalismo vinte anos depois**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 1997.

RODRIGUES, Iran J. **A trajetória do Novo Sindicalismo**. O Novo Sindicalismo vinte anos depois. São Paulo: Vozes, 1999.

_____. **Sindicalismo e política**. A trajetória da CUT. São Paulo: Scritta, 1997a.

_____. Sindicalismo, emprego e relações de trabalho na indústria automobilística. In: ANTUNES, Ricardo. **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997b.

RODRIGUES, L. M. **CUT: militantes e ideologia**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

_____. **Destinos do Sindicalismo**. 2. ed. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2002.

_____. **Partidos e sindicatos**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. O sindicalismo corporativo no Brasil. In: **Partidos e sindicatos**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Revolução e Contra-Revolução na Alemanha**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

ROMÃO, F. **A greve do fim do mundo**. Tese (Doutorado) - Unicamp, 2006. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000376968>>.

SADER, E.; GENTILI, P. **Pós neoliberalismo**. As políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, B. de S. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. In: **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, B. de S.; COSTA, H. A. Introdução: Para ampliar o cânone do internacionalismo operário. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Trabalhar o mundo**. Os caminhos do novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 21-75.

SILVA, O. H. A Foice e a Cruz. **Comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná**. Curitiba: Rosa de Bassi Gráfica e Editora, 2006.

SILVER, B. J. **As forças do trabalho**. Movimento de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005.

SMITH, R. S. Militância revivida na AFL-CIO. Qual sua importância para o sindicalismo norte-americano? **São Paulo em Perspectiva**, v. 12, n. 1, 1998.

STEIN, L. de M. Trabalho informal, globalização e sindicato norte americano hoje, algumas formas de resistência. In: **III GT Intermediário Anpocs**, Curitiba, UFPR, 3 a 5 abr. 2006. Mimeo.

TOURAINÉ, A. O Sujeito. In: **Crítica à Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 213-268.

TRÓPIA, P. Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil. **Revista Idéias**. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, ano 9, n. 1, 2002.

TROTSKY, Leon. **A Revolução Traída**. São Paulo: Global, 1980.

_____. **A revolução permanente**. São Paulo: Kairós, 1985.

_____. Burocratismo e revolução. In: MIRANDA, Orlando. **Trotsky**. São Paulo: Editora Ática, 1981. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). p. 138-144.

_____. **Escritos sobre os sindicatos**. São Paulo: Kairós, 1978.

TUMOLO, P. S. **Da contestação à conformação**. A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

WACQUANT, L. **Corpo e Alma**. Notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WAMBIER, S. M. **Prometeu Traído**: a crise do capitalismo tardio e a nova dialética civilização e barbárie. Tese (Doutorado) - Setor de Educação – UFPR, 2007.

WATERMAM, P. Emancipar o internacionalismo operário. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Trabalhar o Mundo**. Os caminhos do novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

WRIGHT, Erik Olin *et al.* **Reconstruindo o Marxismo**: ensaios sobre a explicação e teoria da história. Petrópolis: Vozes, 1993.

ZAPATA, F. Crise do sindicalismo na América Latina. **Dados** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: IRPERJ, v. 37, n. 1, 1994.

ŽIŽEK, Slavoj (Org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

A NEGOCIAÇÃO da produtividade: desafios para o movimento sindical. **Nota Técnica**, n. 56, p. 2-7, nov. 2007.

AS GREVES de 2005. **Estudos e Pesquisas**, ano 2, n. 20, maio 2006.

BALANÇO dos pisos salariais negociados em 2006. **Estudos e Pesquisas**, n. 4, abr. 2007.

BALANÇOS. Greves. **Estudos e Pesquisas**, 2007.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Cadernos de resoluções**, 1º. Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CONCUR, São Paulo, ago. 1984. Disponível em: <www.cut.org.br>.

_____. **Cadernos de resoluções**, 2º. Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CONCUR, Rio de Janeiro, ago. 1986. Disponível em: <www.cut.org.br>.

_____. **Cadernos de resoluções**, 3º. Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CONCUR, Minas Gerais, set. 1988. Disponível em: <www.cut.org.br>.

_____. **Cadernos de resoluções**, 4º. Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CONCUR, São Paulo, set. 1991. Disponível em: <www.cut.org.br>.

_____. **Cadernos de resoluções**, 5º. Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CONCUR, São Paulo, maio. 1994. Disponível em: <www.cut.org.br>.

_____. **Cadernos de resoluções**, 6º. Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CONCUR, ago. 1997. Disponível em: <www.cut.org.br>.

_____. **Cadernos de resoluções**, 7º. Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CONCUR, São Paulo, ago. 2000. Disponível em: <www.cut.org.br>.

_____. **Cadernos de resoluções**, 8º. Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CONCUR, São Paulo, jun. 2003. Disponível em: <www.cut.org.br>.

_____. **Cadernos de resoluções**, 9º. Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CONCUR, São Paulo, jun. 2006. Disponível em: <www.cut.org.br>.

DIEESE. **Anuário DIEESE** - 6ª. Edição, 2005. Disponível em:
<<http://www.dieese.org.br/>>.

_____. **Anuário DIEESE** - 7ª. Edição, 2006. Disponível em:
<<http://www.dieese.org.br/>>.

_____. **Anuário DIEESE** - 8ª. Edição, 2007. Disponível em:
<<http://www.dieese.org.br/>>.

O MOVIMENTO grevista em 2004. **Estudos e Pesquisas**, n. 12, out. 2005.

PARTICIPAÇÃO dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresas – 2005. **Estudos e Pesquisas**, ano 3, n. 22, ago. 2006.

PRIMEIRO semestre de 2006. **Estudos e Pesquisas**, ano 3, n. 27, nov. 2007.

Documentários Citados

DEBATE Sindical. **A nova constituição e os Direitos dos Trabalhadores**. Desep. Ano II, n. 9, out. 1988.

DEBATES e reflexões. n. 11, dez. 2003. **A Reforma Sindical e a Proposta da CUT**. Escola Sindical São Paulo CUT.

ESCOLA sul da central única dos trabalhadores. **Rumo à organicidade e a uma nova cultura sindical**. 1996.

RELATÓRIO Final. **Reforma sindical Fórum Nacional do Trabalho, espaço de diálogo e negociação**. Ministério do Trabalho e do Emprego, Secretaria das Relações do Trabalho. Brasília, DF: 2004.

Legislação Consultada (Sites de Origem)

LEI de reconhecimento das Centrais: Lei 11 648/08. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm>.

PROJETO Lei (Acordo sobre reconhecimento). PL 1990/07. Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=366816>.

SOBRE a PLR. Lei 10.101/2000. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10101compilado.htm>.

Sites Sindicais

FEDERAÇÃO Única dos Petroleiros. Disponível em: <<http://www.fup.org.br/>>.

CONFEDERAÇÃO Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro.
Disponível em: <<http://www.contrafcut.org.br/>>.

CONFEDERAÇÃO Nacional dos Metalúrgicos da CUT. Disponível em:
<www.cnmcut.org.br>.

Jornais com Consulta *On Line*

PLR chega ao chão de fábricas. **Folha de São Paulo**, 23 nov. 2007.
Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/imprescindivel/dia/gd270502.htm>>.

Outros Sites Consultados

BCB. Disponível em:
<http://www.bcb.gov.br/Pec/spread/port/relatorio_economia_bancaria_credito.pdf>.

IEDI. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>.

IEDI. **Produtividade industrial em 2007**. Disponível em:
<www.iedi.org.brhttp://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home&UserActiveTemplate=iedi>.

IPEA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>.